

RAÍZES E RUMOS

ISSN: 2317-7705 online

Olhares para o futuro:

Ações extensionistas no contexto da infância e da juventude

v.10, n.2, julho / dezembro 2022





REITOR

Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

VICE-REITOR

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Jorge de Paula Costa Avila

DIRETOR DE EXTENSÃO

Prof. Me. Julio Cesar Silva Macedo

COORDENADORA DE CULTURA

Ana Carolina Carpintéro

EDITORES

Prof. Me. Julio Cesar Silva Macedo
Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

EDIÇÃO DE TEXTO

Camila Pereira Montovani e Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

RAÍZES E RUMOS

v.10 n.2 julho/ dezembro 2022

Rio de Janeiro

ISSN 2317-7705 (online)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raízes e rumos. — Vol. 1, n. 1 (2013-). — Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2013- .
v. : il.

Semestral.

Revista oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Inicialmente publicada em formato impresso pelo Departamento de Extensão, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ISSN 0104-7035 (impresso).

ISSN 2317-7705 (online)

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. ENSINO. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Ficha catalográfica elaborada por Naira Silveira – CRB-7 6250

SUMÁRIO

Editorial

- Olhares para o futuro: ações extensionistas no contexto da infância e da juventude.....07**
Jorge de Paula Costa Avila, Julio Cesar Silva Macedo, Fernanda Coutinho Sabino Scoralick

Artigos Originais

- Entre direito e desproteção: como crianças e adolescentes negros ou pardos são tratados no meio jurídico? Um olhar da psicologia sobre esta questão.....08 a 29**
Juliana Abreu Menezes, Hebe Signorini Gonçalves

- O impacto da pandemia nas vozes de jovens do Ensino Médio das escolas públicas do Estado de Minas Gerais.....30 a 51**
Monica Izilda Silva, Daniel Fernando Bovolenta Ovigli

Relatos de Experiência Extensionista

- Relato de Experiência Extensionista sobre a aplicação do Programa Candeia: promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional.....52 a 61**
Ellen Karoline Claudino Antunes, Luana Luiza Galoni, Grazielly Ribas, Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

- Produção de Cartilha Informativa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: relato de experiência.....62 a 75**
Artur Garcia Baptistuta, Rafaela Jessily Machado, Karin Casarini

- Construindo hábitos alimentares na infância: um olhar para o futuro.....76 a 85**
Luana Lima de Mesquita, Paloma Gonçalves de Sousa, Yve Ferreira Gomes dos Santos, Ana Beatriz de Araújo Ferreira, Bruna Marcelle Peixoto Souza, Camila dos Santos Américo Dantas, Caroline Chaves Augusto Leitão, Claudilene da Silva Porto, Elaíde Cristina Araújo, Gustavo Henriques Chifarelli, Juliana Rodrigues Nascimento, Larissa Almeida Silva, Paloma Silva Mendes, Reidner da Silva Rivelto, Luciana Ribeiro Trajano Manhães

- Em nome do sujeito: psicanálise, arte e educação, o trabalho em rede em prol de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.....86 a 94**
Lucia Maria de Freitas Perez, Rita Maria Manso de Barros, Alice Cristina Ensá

Psicoterapia em tempos de pandemia: a transferência em um caso de violência doméstica com criança.....95 a 105
Renata Alves de Paula Monteiro, Lucas Guarnieri da Cruz

Coleção infantojuvenil: História das artes visuais do litoral do Paraná.....106 a 116
Carla Beatriz Franco Ruschmann, Luciana Ferreira

Projeto Shantala: capacitação remota com residência multiprofissional de São Paulo.....117 a 125
Natanyannie Kayrene da Costa Hou, Isabella Luiz Resende, Nuno Miguel Lopes de Oliveira

Violência contra adolescentes na escola: um debate necessário?126 a 139
Douglas de Souza, João Bôsko Hora Góis

Maternagem, Mídia e Infância: principais desafios e aprendizados do projeto @mmi.ufpe140 a 149
Maria Collier de Mendonça, Rogério Luiz Covaleski, Rodrigo Phelipe Lopes, Brenda Guedes, Marília Félix de Carvalho, Viviane Maria dos Santos

Contação de histórias como ação extensionista para o letramento de crianças na cidade de Bom Jesus (PI).....150 a 159
Valdeney Lima da Costa, Cleidiana Ribeiro da Silva

Avaliação do aprendizado em anatomia on-line com o Museu Interativo de Anatomia (MIA) - Ensino das ciências morfofuncionais para crianças: um desafio em tempo de pandemia160 a 169
Vinícius Neves Paiva Oliveira, Roberta Barbizan Petinari



Editorial

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 marca o reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, aos quais devem ser garantidos todos os direitos humanos fundamentais, tais como à saúde, à educação, à dignidade, ao lazer, entre outros. Embora estejam resguardados pela legislação brasileira, crianças e adolescentes são uma parcela muito vulnerável da população e, infelizmente, as estatísticas nacionais ainda apontam para dados alarmantes relacionados ao trabalho infantil, aos índices de analfabetismo, desnutrição, abuso sexual e mortalidade infantil, por exemplo. Diante deste cenário, a Extensão Universitária pode ser um eixo importante de articulação de ações, projetos e pesquisas entre comunidade acadêmica, sociedade civil e órgãos governamentais para a proteção, a promoção, o desenvolvimento e a garantia de direitos essenciais à infância e à juventude contemporâneas.

Este número da Raízes e Rumos reúne textos que dão visibilidade a projetos e programas de Extensão que tenham como foco o tema “Olhares para o futuro: ações extensionistas no contexto da infância e da juventude”. Com muita satisfação tornamos públicas ações que estão profundamente comprometidas com a transformação e a ressignificação de questões sensíveis para crianças e adolescentes, construindo outros mundos possíveis e mirando num futuro mais justo, diverso e acolhedor para a parcela da população que depende do nosso comprometimento hoje para florescer amanhã.

Agradecemos a fundamental colaboração dos nossos pareceristas que abraçam conosco a produção deste material ao se dedicarem à avaliação cuidadosa dos manuscritos, garantindo a qualidade da nossa publicação.

Boa leitura!

Jorge Ávila - Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Julio Macedo - Diretor de Extensão e editor da Raízes e Rumos

Fernanda Sabino - Produtora Cultura e editora da Raízes e Rumos



Entre direito e desproteção: como crianças e adolescentes negros ou pardos são tratados no meio jurídico? Um olhar da psicologia sobre esta questão

Between law and unprotection: how black or brown children and adolescents are treated in the legal system? The point of view of psychology on this issue

Juliana Abreu Menezes¹
Hebe Signorini Gonçalves²

Resumo

O presente artigo busca compreender as consequências que o acolhimento institucional pode provocar na vida de crianças e adolescentes negros ou pardos. Além disso, será investigado se os profissionais de Psicologia podem, em alguma medida, contribuir com a condição de desproteção vivida por esses jovens. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de artigos nas plataformas do Scielo e do Pepsic; o uso de livros, dissertações, teses e pesquisas documentais de leis; e leitura com análise crítica de relatos retirados dos diários de campo produzidos pelo projeto de extensão da UFRJ "Direitos da Infância: as redes em foco". Por fim, o objetivo do artigo é mostrar que o sistema jurídico é fortemente marcado por um racismo institucional e estrutural que influencia totalmente a vida das famílias e das crianças ou adolescentes que são convocados pelas Varas de Infância, e refletir sobre o papel da Psicologia dentro das Varas de Infância.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Racismo. Adolescência.

Abstract

This article wants to understand the consequences that institutional care can cause to the lives of black and brown children and adolescents, and to investigate whether Psychology professionals can, to some extent, contribute to the unprotected condition experienced by these young people. The methodology used was the bibliographic survey of articles on Scielo and Pepsic platforms; the use of books, dissertations, theses, and documentary research on laws; and critical reading and analysis of reports taken from field diaries produced by the UFRJ extension project called "Childhood Rights: the networks in focus". Finally, the main objective of this article is to show that the legal system is strongly marked by an institutional and structural racism that totally

¹Discente do curso de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - juliansabreu@gmail.com

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH (UFRJ) - hebesignorini@gmail.com



influences the lives of families and children or adolescents who are summoned by the Childhood Courts, and to reflect on the role of Psychology within the Children's Court.

Keywords: Institutional Care. Racism. Adolescence.

1 Introdução

O acolhimento institucional, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990, online), é uma medida provisória e excepcional, a qual permite que crianças e adolescentes sejam afastados de seu convívio familiar em situações extremas de violações de direitos, tais como a negligência ou violência física, psicológica ou sexual. Segundo o Art. 19, § 2, estes jovens podem permanecer acolhidos por um período de 18 meses, salvo exceções que são avaliadas judicialmente (BRASIL, 2017, online). Mas quem são esses sujeitos acolhidos institucionalmente no contexto atual?

Nos dados do 28º Censo do Módulo Criança e Adolescente (MCA) de dezembro de 2021, é possível observar a discrepância entre o número de crianças e adolescentes brancos, amarelos e indígenas que foram acolhidos no Estado do Rio de Janeiro (257 no total) para o número de jovens negros ou pardos (1.109) nesta mesma situação. Essa diferença entre os números totais de jovens acolhidos diz muito sobre um racismo institucional que "se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder" (ALMEIDA, 2019, p. 27).

A metodologia utilizada neste trabalho foi pautada em pesquisas bibliográficas nas plataformas de artigo Scielo e do Pepsic; na leitura de livros, dissertações e teses no formato *online*; em pesquisas documentais de leis em plataformas do governo estadual e federal; e por fim, na leitura e análise crítica de relatos retirados de diários de campo produzidos pelos estudantes do projeto de extensão "Direitos da Infância: as redes em foco".

O presente texto se propõe a investigar se a Psicologia pode auxiliar na manutenção da desproteção desses sujeitos, e questionar se há como os profissionais



da área promoverem uma mudança de perspectiva para um viés antirracista nos seus modos de ação. O tema das relações étnico-raciais dentro do campo da Psicologia Jurídica e do Direito é extremamente relevante e necessário de ser cada vez mais discutido e estudado pelos profissionais dessas áreas.

Este trabalho foi realizado a partir da experiência teórico-prática de dois anos de uma das autoras no projeto de extensão "Direitos da Infância: as redes em foco" da UFRJ. O projeto iniciou-se em 2017 e apesar dos impactos causados pela pandemia, com todo o trabalho e os estudos sendo realizados à distância, foi possível discutir a importância das relações étnico-raciais dentro dos dispositivos jurídicos e como, ou se, a Psicologia reflete sobre estas questões tão atuais neste contexto brasileiro.

2 O que é acolhimento institucional?

Antes do acolhimento institucional ser concebido da forma como é conhecido hoje, houve o internamento de crianças e adolescentes, anteriormente chamados de "menores", que era realizado como um modo de controlar tanto esses sujeitos ditos "delinquentes" quanto o "abandono" deles por suas famílias (RIZZINI; RIZZINI, 2004). As autoras propõem uma divisão histórica entre: o internato, iniciado a partir do século XVIII; a reabilitação dos "menores" (sécs. XIX-XX); e o abrigamento de crianças e adolescentes nos dias atuais.

Na mesma obra, as autoras descrevem como eram realizadas algumas práticas de internamento no período colonial, ressaltando a falta de dados que pudessem revelar quem e quantos eram esses sujeitos, mas principalmente a ausência de relatos que pudessem contar as histórias daquelas crianças e adolescentes que passaram anos de suas vidas em instituições do governo imperial ou instituições religiosas. Somente no período republicano houve uma modificação dos serviços institucionais por conta do crescimento da discussão em relação à assistência à infância.

O Serviço de Assistência do Menor (SAM) foi criado nos anos 1940, no governo Vargas, e atuava do mesmo modo que os serviços anteriores, havendo poucas alterações nos primeiros anos após seu surgimento. A Fundação Nacional do Bem-



Estar do Menor (FUNABEM) surge em 1964, na Ditadura Militar, com uma proposta de trazer mudanças efetivas, no sentido de uma valorização da família e com a proposta de internar somente em último caso (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Rizzini e Rizzini (2004) trazem um tom crítico na forma como os dados estatísticos eram expostos, uma vez que há de se considerar que a FUNABEM foi criada no início da Ditadura Militar, e o fato de que grande parte dos internatos se localizavam no interior dos Estados e com isso, as crianças e adolescentes eram mandados para longe das cidades/capitais e de seus familiares. Pode-se perceber claramente uma “política de limpeza” dessas cidades grandes com esse tipo de ação.

No final dos anos 1980, com o início da redemocratização e das discussões sobre os direitos de crianças e adolescentes, há a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre os diversos direitos que o ECA sistematizou, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são propostos como "medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade" (BRASIL, 1990, online).

A Lei Federal nº 13.509/17 (BRASIL, 2017, online), conhecida como a Lei da Adoção, trouxe algumas modificações na lei original de 1990, tais como: a necessidade de que todo acolhimento de criança ou adolescente, em família extensa ou institucionalmente, seja reavaliado a cada três meses pela autoridade judicial. Com esse breve histórico, pôde-se compreender melhor os dados atuais sobre quem são as crianças e adolescentes que chegam aos serviços de acolhimento institucional.

2.1 Acolhimento institucional e seu principal público-alvo



As informações trazidas na tabela a seguir foram retiradas dos Censos realizados pelo Módulo Criança e Adolescente (MCA), um sistema criado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2008, e dizem respeito à raça/cor/etnia das crianças e adolescentes acolhidos no Estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que os dados relacionados à cor/raça/etnia dos jovens acolhidos só começaram a aparecer nos Censos do Estado a partir do ano de 2018.

Tabela 1. Cor/Raça/Etnia das crianças e adolescentes acolhidos no Estado do Rio de Janeiro (Módulo Criança e Adolescente, 2018-2021)³

Censo	Raça Negra		Brancos, amarelos, indígenas e ignorados		Total
		%		%	
22º (31/12/2018)	1279	77,5	371	22,5	1650
23º (30/06/2019)	1390	80,7	333	19,3	1723
24º (31/12/2019)	1250	79,4	325	20,6	1575
25º (30/06/2020)	1120	78,6	305	21,4	1425
26º (31/12/2020)	1000	78,3	277	21,7	1277
27º (30/06/2021)	1048	79,5	270	20,5	1318
28º (31/12/2021)	1109	81,0	260	19,0	1369

Nos dados acima, pode-se observar que sempre houve uma sobre representação do número de crianças e adolescentes de cor/etnia da raça negra acolhidos em todo Estado do Rio de Janeiro. É necessário apontar que nem mesmo durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19, nos meses ao longo de 2020 e início de 2021, os números diminuíram. Naquele período, diversos serviços foram afetados pela quarentena e pela impossibilidade do trabalho em campo, mas ainda assim, os números de jovens da raça negra acolhidos permaneceram altos, provavelmente porque os dispositivos biopolíticos existentes não deixaram de operar por causa da pandemia.

³ Dados retirados do: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/>.



Segundo Eurico (2018), a produção e a reprodução do racismo institucional, através de práticas discriminatórias, são fatores responsáveis por impactar diretamente a construção da sociabilidade de crianças e adolescentes negros, já que esses sujeitos diversas vezes são postos em um lugar de invisibilidade ou daquilo que não é querido ou desejável. A autora aponta como o modelo de família imposto na contemporaneidade pode ser capaz de fazer com que os grupos familiares de determinadas classes sociais sofram prejuízos em sua capacidade protetiva por conta de fatores estruturais de uma sociedade capitalista.

Segundo o ECA, a perda ou a suspensão do poder familiar somente ocorrerão em caso de descumprimento dos direitos e deveres estabelecidos no Art. 22, que diz que "aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais" (BRASIL, 1990, online). Os casos previstos na legislação civil dizem que a perda do poder familiar poderá ocorrer por:

[...] castigos imoderados; abandono; prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; entrega irregular do filho para adoção; ou caso haja a prática de homicídio, feminicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, estupro, ou crime diverso contra a dignidade sexual (ESPÍNDOLA, VIANNA, OLIVEIRA; 2019, p. 37).

Hilario (2018) trabalha, em especial, a questão social, pois em entrevista com alguns profissionais do Poder Judiciário, as entrevistadas relatam que a falta da garantia dos direitos das famílias é capaz de deixar esses grupos vulneráveis e dificulta o cuidado com suas crianças. Com isso, é possível perceber que a desassistência a um direito pode fazer com que uma família viole outros direitos e seja a única responsabilizada por isso.

Crestani e Rocha (2018) trabalham o acolhimento institucional como um dos equipamentos biopolíticos criados como forma de controle do governo sobre a população. Por isso, essas ações de controle e vigilância do governo ficam atrás do véu de um suposto cuidado e proteção da população quando, na realidade, uma



determinada parcela da população é escolhida para ser seu principal objeto e neste caso, o público-alvo seriam as famílias pobres e negras.

Segundo o Art. 19, § 3º do ECA, "a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência" (BRASIL, 1990, online). O número de crianças e adolescentes acolhidos é alto o suficiente para questionar-se se essa manutenção ou reintegração na família está sendo realmente priorizada. Além disso, qual é o outro destino possível desses sujeitos acolhidos se não for o retorno a suas famílias de origem ou a permanência nos abrigos?

2.2 A relação entre acolhimento institucional x crianças e adolescentes disponíveis para adoção

O ECA preconiza que, antes da colocação em acolhimento institucional, os jovens possam permanecer em acolhimento familiar ou mesmo sejam reintegrados às suas famílias de origem. Quando não há a possibilidade de reintegração ou manutenção dessas crianças e adolescentes em suas famílias, nucleares ou extensas, seja por conta de orfandade, pais desconhecidos, destituição do poder familiar ou entrega voluntária, elas se tornam disponíveis à adoção e podem ser inseridas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Espíndola, Viana e Oliveira (2019) discutem fortemente essa problemática, destacando que tratar o processo de adoção como solução para a questão da longa permanência de crianças e adolescentes em abrigos institucionais pode ferir o direito fundamental de convivência familiar tão preconizado pelo ECA. O direito à convivência familiar é um ponto trabalhado pelos autores que ressaltam a necessidade de políticas públicas que sejam efetivas e possam auxiliar as famílias de classes socioeconômicas mais vulneráveis a garantir seus direitos e, por conseguinte, conseguirem trazer seus filhos e filhas de volta aos seus lares de origem.

Segundo Saraiva (2018), as práticas racistas de relações de exclusão podem impedir uma parcela da população de ter acesso aos direitos mais básicos, e reforça que a criação de leis que desconsiderem as necessidades de pessoas negras e pardas não seria suficiente para mudar a realidade dessas pessoas, pois em conjunto com a



discriminação racial que estes grupos sofrem, essas diretrizes acabam não produzindo impacto real nas suas vidas, por ignorarem questões estruturais e sistêmicas. A autora finaliza destacando a importância de investir no fortalecimento e na potência dos relacionamentos familiares das famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômica, mas respeitando o espaço privado e a autonomia que estas pessoas têm diante das situações de suas vidas.

Portanto, é necessário ter um olhar crítico ao modo como a adoção, medida excepcional e irrevogável, está sendo vista como a solução da problemática do longo acolhimento institucional de jovens, ainda mais considerando o racismo institucional que permeia as ações do sistema judiciário, no que diz respeito à quantidade de crianças e adolescentes negros e pardos acolhidos e na não efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. A partir dos dados expostos e da problematização realizada, pode-se agora discutir o que é o racismo e as formas de impacto desse fenômeno na vida da população infanto-juvenil negra e parda.

3 O que é racismo?

Foi discutido anteriormente como os jovens negros e pardos sofrem com um percentual maior de acolhimento institucional que jovens brancos, amarelos e indígenas. O motivo principal disso foi associado às práticas racistas, com as quais esta população convive diariamente. Mas o que seria racismo no sentido geral?

Segundo Foucault (2005), o racismo, no sentido amplo, foi inserido como um dos dispositivos do poder no funcionamento do Estado de modo que não fosse possível a manutenção dos Estados modernos sem a existência deste. Por conta disso, uma das funções principais do racismo é a fragmentação e separação da população, além de ser o responsável por tornar indesejável a existência de determinados grupos da sociedade, muitas vezes até justificando o poder de morte sobre eles.

Segundo Almeida (2019), a noção de raça é dinâmica e seu significado é sempre ligado ao contexto histórico e relacional do qual se trata. Assim, o racismo seria uma "forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se



manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Almeida (2019) diferencia o preconceito racial da discriminação racial. Para o autor, o preconceito racial baseia-se em estereótipos referentes aos indivíduos de um grupo específico racializado, podendo ou não provocar práticas discriminatórias. Já a discriminação racial diria respeito ao tipo de tratamento diferenciado que pessoas racializadas podem sofrer e, com isso, pode ser direta ou indireta: direta quando trata do repúdio direcionado a pessoas de um determinado grupo racial, e indireta quando não há intenção consciente de discriminar (ALMEIDA, 2019).

A seguir, serão expostos outros dois fenômenos derivados do racismo, os quais são denominados de racismo estrutural e racismo institucional, e suas repercussões para a população infanto-juvenil negra e parda no âmbito jurídico.

3.1 A presença do racismo estrutural nos processos jurídicos

Para Almeida (2019), é fundamental destacar que o racismo estrutural existe para além de ações individuais, mas também é um constituinte de relações raciais nas quais um grupo possui poder sobre o outro. O autor trabalha a perspectiva do racismo estrutural poder ser desdobrado em um processo histórico e político: histórico, pois depende de particularidades de cada formação social, possuindo assim suas especificidades; e político porque é um processo sistêmico que interfere nas organizações da sociedade, logo, sendo também dependente do poder político local.

Achille Mbembe (2017) repensa a noção de biopoder trabalhada por Foucault e discute os modos de subjugação na contemporaneidade através da noção de necropolítica. O autor relaciona o Estado de exceção e a figura do inimigo como forma de tornar o direito de matar base normativa dos Estados. Por conta disso, o poder agiria em prol da produção deste diferente dentro da sociedade, o que Mbembe chama de "inimigo ficcional".



É sabido que a necropolítica, tal qual o próprio nome refere, diz respeito não somente a uma política de morte e ao direito de matar determinadas populações, mas à invisibilização e ao apagamento dessas populações, as quais também podem ser consideradas como formas simbólicas de morte ainda em vida. Nova, Marques, Fávero, Loiola e Dantas (2021) trazem a ausência dos registros nas categorias de raça/cor nos documentos jurídicos para mostrar como isso deixa de produzir dados importantes sobre as pessoas atendidas nesses espaços. Como consequência, a discussão sobre a criação de políticas públicas e possíveis encaminhamentos para estes casos fica cada vez mais difícil e enfraquecida.

Segundo Nova *et al.* (2021), a ausência do quesito cor/raça nos documentos jurídicos também poderia naturalizar e normalizar as desigualdades e discriminações raciais presentes ali, mantendo e reproduzindo preconceitos. Dessa forma, os autores reforçam a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à população infanto-juvenil negra e parda, como um modo de ir contra a lógica de encarceramento desses jovens, que muitas vezes não têm chances de fugir da realidade de violência e apagamento de suas condições de existência.

Segundo os mesmos autores, a meritocracia que pauta a estrutura jurídica no Brasil tem impossibilitado o tratamento de questões que concernem os problemas sociais e raciais que chegam aos serviços das Varas da Infância e Juventude. A partir do que foi exposto, e a fim de problematizar o viés proveniente de um racismo estrutural que permeia os dispositivos jurídicos, é fundamental refletir sobre os direitos da infância e da adolescência dos sujeitos negros e pardos que, por vezes, acabam sendo (des)protegidos por causa da produção e reprodução de discriminações e preconceitos sistêmicos.

3.2 Como o racismo institucional interfere na percepção dos profissionais que trabalham no meio jurídico?

Para refletir como o racismo institucional interfere na perspectiva de trabalho dos profissionais do âmbito jurídico, e para além da bibliografia base, um novo tipo de material será introduzido neste momento: o uso de trechos dos diários de campos



produzidos a partir da experiência vivencial e de ressonâncias obtidas pelos alunos da equipe de extensionistas do projeto "Direitos da infância: as redes em foco". Os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade dos assistidos.

Daniel é um menino negro, alto, magro, com cabelo raspado estilo militar e short colorido. Seu pai, Eliseu, o acompanhava e parecia estar desconfortável naquela cadeira, pois abraçou sua bolsa tipo carteiro no peito. A juíza perguntou sobre as ameaças contra o adolescente: ele está acolhido há dois anos, ainda há risco na comunidade? O menino afirma com muita certeza de que sim, ele não pode voltar à comunidade. A juíza questiona: "perdeu carga, foi?" e o menino explica com timidez que armaram para ele, ele é inocente e não fez nada errado no tráfico. Ok, ela deixa passar e se dirige ao pai. O metralha (!!!!!) de perguntas e assume um tom horrível. Fala com ar superior e dá esporro no Eliseu como se ele fosse uma criança. Quer saber o motivo de ele não sair da comunidade e grita que ele tem responsabilidades com seu filho. Eliseu fica na defensiva e eu tive até a impressão de que estava segurando o choro. Ele cuida de sua mãe, seu neto, filhos, sobrinhos etc. etc. etc. – muita gente nessa família. A casa é própria e ele foi nascido e criado na comunidade. Quando a juíza pergunta sobre os motivos para seu receio em se mudar, Eliseu assume uma posição defensiva e explica que não tem ligação com o tráfico. Parecia muito querer convencer a todos na audiência de que ele gosta da comunidade, e não como local dominado pelo crime organizado. Assim, ele se exalta, fala mais alto, fica tenso, parece assustado e acuado. Se vira para o filho e reclama: "tá vendo a vergonha que você faz a gente passar!?". Daniel também parece se sentir assustado e acuado, empurra a cadeira com o corpo e sai da sala batendo a porta. [...] Mas enfim, a juíza continuou com o seu sermão. Gritou mais, exclamou que Daniel irá morrer e que Eliseu deve se responsabilizar pelo filho. Gritou mais. O pai silenciou e nada mais foi dito. A medida de acolhimento institucional foi mantida e nada foi resolvido. [...] A única pessoa que se posicionou de maneira a acolher Eliseu foi uma agente da saúde que estava no cantinho da sala. Ela pediu a palavra duas vezes, insistiu e conseguiu. Sugeriu um acompanhamento psicológico para Eliseu, pois ele estava tomando para si os problemas de todos ao seu redor e parecia esgotado. Achei cuidadoso da parte dela. Eliseu sorriu e soltou um pouquinho a bolsa carteiro (Trecho retirado do diário de campo online, 2017).

Como exposto no trecho do caso real acima, é possível observar o modo como os adolescentes negros e pardos, principalmente, juntamente com seus familiares, podem ser recepcionados por profissionais, seja do Direito ou da Psicologia, durante atendimentos ou audiências. Os familiares são cobrados a tomar atitudes que diversas vezes podem não estar ao seu alcance e os adolescentes tornam-se estigmatizados



pelos atos que os levaram a ser acolhidos, o que pode afetar diretamente a forma de atendimento e/ou encaminhamento desses sujeitos.

Saraiva (2018) descreve o racismo institucional através de duas dimensões: a política-programática, a qual se manifesta em ações que impossibilitem a criação de políticas públicas específicas relacionadas à questão étnico-racial; e as relações interpessoais, que se manifesta nas relações entre os gestores, trabalhadores e usuários dos serviços públicos.

Moreira (2019) traz a discussão sobre racismo institucional para o âmbito das práticas no campo jurídico quando relata a política de vigilância exercida com famílias pobres, que inevitavelmente são o principal alvo desses dispositivos uma vez que qualquer situação minimamente fora do esperado pode ser responsável pelo acolhimento institucional de seus filhos e filhas.

A autora prossegue em sua análise relatando que esses dispositivos do sistema de justiça, tal como a rede de serviços, produzem documentos em relação a essas famílias pautados na excessiva possibilidade de risco e perigo, desconsiderando as particularidades de cada família e individualizando as questões sociais e estruturais trazidas por essas pessoas.

Moreira (2019) ressalta a necessidade de problematizar a análise das práticas desses profissionais através do modo como as famílias circulam pelas redes de serviços públicos até o momento em que são convocadas ao sistema judiciário. Por isso, é fundamental que se possa problematizar sobre como o racismo institucional pode interferir nos modos de ação das práticas dos profissionais que podem decidir sobre o futuro dessas famílias, assim como o de seus filhos e filhas.

Segundo Souza, Chaves e Hashizume (2021) existem diversas repercussões causadas pelo racismo institucional no âmbito judiciário, mas destacam em especial a desigualdade racial no número de magistrados brancos (um privilégio mantido pela branquitude) que deixa de refletir a diversidade étnico-racial brasileiro, além de distanciar-se do público-alvo convocado pela Justiça.

No que diz respeito às famílias pobres e de raça negra, que majoritariamente são aquelas chamadas pelos serviços da Justiça, Moreira (2019) recorda que foram as



peças brancas que estabeleceram normas e padrões ideais de relações, que até hoje são responsáveis por ditar e julgar as relações nas famílias, apontando assim, quem seria apto ou não a criar e cuidar de seus filhos.

Desse modo, a autora relata que existe uma construção histórica que sistematicamente desqualifica os modos de cuidado e afeto entre os integrantes das famílias negras e pobres, e que ignorar as desigualdades sociais, raciais e econômicas somente traria um olhar que individualiza as dificuldades e que não auxiliaria em mudanças nesse cenário.

Portanto, é importante lembrar que o único modo de combater o racismo nas instituições da sociedade, em suas mais variadas formas, é através da incorporação de práticas antirracistas efetivas que possam se comprometer a:

- a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo [...];
- b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
- c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
- d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Por fim, serão discutidos os modos como os profissionais da Psicologia podem lidar com as questões raciais e serão levantadas reflexões sobre possíveis formas de ações antirracistas que podem ser incorporadas no meio jurídico.

4 Como os psicólogos podem lidar com questões raciais no meio jurídico?

O psicólogo, assim como o assistente social, faz parte da equipe que integra tanto as Varas quanto as instituições de acolhimento institucional. O foco, a partir de então, será discutir os modos com os quais os psicólogos das equipes técnicas dos serviços de atendimento da Justiça podem lidar com questões raciais em sua prática do dia a dia, destacando os profissionais técnicos das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso



A intenção não é questionar o trabalho individual de cada profissional de Psicologia que faz parte dos diversos dispositivos assistenciais e serviços jurídicos, mas sim discorrer, a partir das concepções teóricas realizadas antes, sobre os fenômenos estruturais e sistêmicos que impedem a realização efetiva de práticas antirracistas.

As famílias negras ou pardas e pobres constituem a maioria da população que é convocada aos dispositivos e serviços da Justiça, assim como seus filhos e filhas normalmente são o principal público-alvo das medidas de acolhimento institucional. Ter noção dessa realidade pode auxiliar os psicólogos e demais membros da equipe técnica a terem uma percepção mais apurada das diferenças raciais e sociais existentes na relação que se estabelece durante os atendimentos com os integrantes das famílias envolvidas nos processos de acolhimento institucional.

Munanga (2015) discute a importância da responsabilidade social em profissionais que trabalhem em âmbitos nos quais as questões sociais e raciais são mais visíveis e aponta os caminhos para iniciar um confronto contra os "ismos". Em suas palavras, o combate ao racismo e suas diversas formas de discriminação deve ter três pilares essenciais: o legislativo, o político e o educacional. O legislativo teria como função criar e promover leis mais efetivas aos atos discriminatórios e racistas, enquanto o meio político teria como enfoque a implementação de estratégias e políticas de promoção da igualdade. Por fim, ele salienta a incorporação de um modelo educacional que pudesse trabalhar as diversidades através de ferramentas pedagógicas antirracistas, antimachistas, entre outros.

Desse modo, pode-se perceber a necessidade dos pilares do legislativo, do político e do educacional para que as políticas públicas possam ser efetivas no campo real e não somente leis no papel (sem diminuir a importância das leis). Em uma realidade onde o combate contra o racismo em todas suas formas configure uma pauta primordial do governo brasileiro, deputados e senadores poderiam criar leis mais eficazes contra quaisquer atos discriminatórios. Ao lado disso, defende-se a promoção de práticas educacionais que promovam a conscientização desde a infância e com enfoque em representações positivas do sujeito negro para todos os jovens ao longo de



sua vida escolar. A confluência de todos esses âmbitos poderia se transformar em um instrumento potente para o início de uma transformação geral.

É fundamental que se possa refletir sobre o trabalho prático dos psicólogos. Souza (2018) aponta a necessidade de um saber teórico, com início na graduação, que seja sensível às especificidades e demandas da população de raça negra no Brasil. Ela ressalta que, uma vez que a Psicologia como campo de atuação se distancie dessa questão racial e social, seus profissionais estariam renunciando à produção de um cuidado e de uma escuta de qualidade com pessoas dessa população. Uma postura antirracista dos psicólogos é mais do que necessária em quaisquer ambientes, mas principalmente com destaque ao âmbito jurídico o qual possui a população negra e parda como seu principal público-alvo.

No que diz respeito ao trabalho do psicólogo, Siqueira, Schmitt e Scott (2019) fizeram uma pesquisa sobre o trabalho dos psicólogos na reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos em três estados (Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Distrito Federal). Eles concluíram que havia procedimentos padronizados entre os profissionais e até alguns desafios que eram compartilhados independentemente da localidade e jurisdição, mas alertaram para a dificuldade que algumas famílias tinham em cumprir o cronograma de visitas no acolhimento. Os autores destacaram que o Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada criança ou adolescente acolhido deveria fornecer outras opções viáveis para esses casos.

Essas ações de planejamento são comumente realizadas de forma automatizada, uma vez que o projeto de sucateamento dos serviços socioassistenciais se torna cada vez mais forte ao longo dos anos. O déficit quantitativo de profissionais nas equipes (para suprir a demanda de trabalho) ou mesmo a falta de espaço nos locais de atendimento ou a não disponibilidade de veículos que possam auxiliar a equipe no deslocamento à localidade de residência das famílias usuárias desses serviços são problemas reais do dia a dia que afetam diretamente a qualidade e por consequência, a eficácia dos serviços prestados.

Costa (2014) lembra que o exercício do psicólogo deve estar alinhado à promoção de qualidade de vida e ao questionamento constante de preconceitos



enraizados, contribuindo assim com a luta contra quaisquer formas de discriminação, violência e opressão. Além disso, a autora discute que o trabalho do psicólogo em políticas públicas deve estar pautado em ações que possam fomentar a autonomia e a superação de vulnerabilidades sociais desses sujeitos, de modo a perceber e valorizar as potencialidades e dificuldades das famílias de crianças ou adolescentes acolhidos.

O trabalho prático dos psicólogos em equipes técnicas das Varas, ou mesmo em abrigos e/ou demais serviços da rede assistencial, é permeado por particularidades trazidas por questões raciais, sociais e econômicas. Por mais que o profissional de Psicologia traga suas crenças pessoais e individuais, se ele(a) estiver trabalhando em qualquer um desses dispositivos, é preciso que tenha consciência de que suas práticas ou discursos podem trazer preconceitos velados. Por isso, estar a par de discussões nesses campos não é somente um ato político, mas é um dever necessário para uma atuação pautada nas diretrizes do Código de Ética do Psicólogo.

Veiga (2019) critica o fato de o tema das relações étnico-raciais não ser melhor contemplado nas graduações de Psicologia no Brasil, uma vez que a limitação das disciplinas a conceituações europeias e norte-americanas nas graduações provoca o ocultamento das subjetividades negras. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma cartilha em 2017 sobre referências técnicas quanto à atuação de psicólogos(as) no que diz respeito à questão racial. Uma leitura crítica da realidade social e atual pode se tornar o diferencial principal para um trabalho engajado e focado em trazer mudanças efetivas para a vida das pessoas negras ou pardas.

Na cartilha do CFP (2017), é proposto também que sejam apresentados exemplos de modos como os(as) psicólogos(as) podem atuar na desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias, a denúncia ao racismo em quaisquer contextos e o trabalho com identidades negras de forma positiva. No que diz respeito ao trabalho em políticas públicas, a cartilha destaca que os psicólogos possam ter uma atuação pautada nas necessidades específicas da população alvo desses serviços.

A cartilha ressalta que uma reflexão sobre si mesmo é primordial em cada profissional de Psicologia no Brasil, pois todos eles são parte constituinte de uma sociedade ainda extremamente marcada pelo racismo em diversos aspectos e pela forte



valorização da branquitude. Por isso, os autores destacam que os quesitos de cor, idade e renda estejam presentes nos documentos e/ou fichas dos usuários/assistidos para que se possa ter um perfil mais representativo da população atendida nos serviços públicos.

Ao longo do artigo, foi possível verificar os principais fenômenos concernentes ao racismo estrutural e institucional que normalmente comparecem nos casos de crianças e adolescentes acolhidos e nos atendimentos realizados pelos profissionais de Psicologia das equipes técnicas dos serviços assistenciais e da Justiça. Algumas ações de mudanças foram propostas pela literatura, mas é sabido que uma atuação antirracista feita pelos psicólogos ainda é o início de uma longa jornada de mudanças realmente efetivas para a realidade da população de raça negra na sociedade brasileira.

5 Considerações Finais

Este trabalho iniciou-se com o seguinte questionamento: como crianças e adolescentes negros ou pardos são tratados no meio jurídico? Ou seja, haveria alguma diferença no modo como esses jovens eram vistos por profissionais que trabalham em dispositivos da Justiça em comparação com crianças ou adolescentes de outros grupos raciais? Conforme discutido ao longo do texto, e através de dados estatísticos e bibliográficos, a resposta seria que sim. Existe uma diferença na forma como os jovens da raça negra são tratados nesse sistema, ainda mais quando levado em conta que essa população é muito mais convocada e vigiada pelos dispositivos biopolíticos dos serviços públicos.

É possível perceber o quão complexo pode ser o trabalho prático do psicólogo, e dos demais profissionais que compõem as equipes técnicas dos serviços da Justiça, no que diz respeito aos atendimentos realizados e às intervenções e/ou encaminhamentos propostos. É sabido que o sucateamento dos serviços da rede pública atinge diretamente a população da raça negra e pobre, mais necessitada desses serviços em decorrência da desassistência a outros direitos, e por conta disso, a criação



de novas e criativas ações por parte dos profissionais se torna cada vez mais dificultosa.

Nos diários de campo, relatos e supervisões do projeto de extensão, foi discutido diversas vezes como os profissionais dessas equipes interdisciplinares podem ser capturados pelas lógicas racistas já instauradas há muito tempo no campo jurídico. Com isso, eles podem naturalizar relações e situações que compõem nos processos das Varas, contribuindo assim para uma manutenção das condições de desproteção dos jovens acolhidos. No mais, o questionamento individual de cada profissional naquele ambiente é um passo necessário para a introdução de novas intervenções.

É preciso ressaltar aqui a necessidade do trabalho legislativo e dos setores públicos no geral no desenvolvimento e na efetivação real de políticas públicas específicas para grupos raciais distintos. A literatura lembra a importância de manter registros, principalmente nos quesitos de raça/cor/etnia, nos documentos oficiais, já que o ocultamento desses dados não provocaria a discussão que é necessária sobre esse grupo racial e as desigualdades pelas quais sofrem diariamente.

Ainda que o Conselho Federal de Psicologia venha atuando em prol de um trabalho mais antirracista, a Psicologia, como campo de estudo e de atuação, deveria se implicar mais nos assuntos que envolvem as relações étnico-raciais e sociais no Brasil. Para os psicólogos que trabalham na área jurídica especificamente, uma atuação antirracista é requerida em suas práticas para que o objetivo do compromisso ético com as pessoas as quais atende seja atingido.

O foco deste trabalho foram os psicólogos, mas é importante ressaltar que novos estudos e pesquisas sejam realizados a fim de questionar também a atuação dos demais profissionais que compõem as equipes interprofissionais das Varas e serviços socioassistenciais.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).



BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei no 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Lei 13.509 de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017. 147 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022.

COSTA, Carolina Rippel. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: interfaces da história e o trabalho da psicologia**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194559>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CRESTANI, Vanessa; ROCHA, Kátia Borges. **Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre**. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, n. 0, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PdCQ3kKYR4sL3dpjwvCW7pk/?lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ESPÍNDOLA, Sandro Pitthan; VIANA, Marcos B &; OLIVEIRA, Maria Helena Barros. **Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução?** *Saúde em Debate* [on-line]. 2019, v. 43, n. spe4, pp. 34-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S404>. Acesso em: 27 fev. 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Infância e adolescência no contexto do acolhimento institucional: particularidade da questão étnico-racial**. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Vitória - Es, v. 16, n. 0, p. 1-16, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22111>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



HILARIO, Suzan Laleska Souza Bezerra. **As determinações sociais que incidem no acolhimento institucional de crianças e adolescentes: uma análise a partir das concepções dos profissionais do Poder Judiciário.** Natal, 2018. 93f.: il. Monografia (Graduação em Serviço Social) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36386>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios, 2(32), 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 18 mai. 2022.

MOREIRA, Tatiana Oliveira. **“Mas essa criança não tem perfil de abrigo!”: problematizações sobre raça, gênero e pobreza no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.** 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – FACULDADE DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16568>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MUNANGA, Kabenlege. **Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade?** Revista Brasileira de Psicologia, Salvador, n.2 (núm. esp.), p. 7-15, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revbraspsicol/issue/download/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Especial/502>. Acesso em: 27 fev. 2022.

NOVA, Adeildo Vila; MARQUES, Bárbara Canela; FÁVERO, Eunice Teresinha; LOIOLA, Gracielle Feitosa de; DANTAS, Hílkie Maria de Carvalho. **Racismo estrutural e institucional e a justiça da infância e juventude: a (des)proteção de crianças e adolescentes negros/as pobres.** Serviço Social e Saúde, Campinas, SP, v. 19, p. e020007, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665359>. Acesso em: 27 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **22o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2018. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/22o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **23o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2019. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/23o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **24o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2019. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/24o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **25o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2020. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/25o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **26o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2020. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/26o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **27o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2021. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/27o-censo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **28o Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro.** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro: MPRJ, 2021. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/28o-censo/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** São Paulo: Loyola, 2004.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. **Direito à convivência familiar crianças e adolescentes: limites e desafios enfrentados face ao racismo institucional.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória - Es, v. 16, p. 1-15, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22953>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; SCOTT, Juliano Beck; SCHMITT, Fabiana Muller. **Reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos: atuação do psicólogo em três estados brasileiros.** Psicologia em Estudo, v. 24, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/41565>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SOUZA, Emilleny Lázaro da Silva; CHAVES, Karoline Soares; HASHIZUME, Maurício Hiroaki. **Racismo estrutural e institucional no judiciário tocantinense: jurisprudência, perfis e persistências.** Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 103-128, 2021. Disponível em:



<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/36475>.
Acesso em: 1 jun. 2022.

SOUZA, Júlia Trindade. **Do mito da democracia racial à crítica do racismo nas práticas psicológicas: a importância de uma psicologia antirracista**. 2018. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Volta Redonda, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9546>. Acesso: 27 fev. 2022.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia** [on-line]. 2019, v. 31, pp. 244-248. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Acesso em: 27 fev. 2022.



O impacto da pandemia nas vozes de jovens do Ensino Médio das escolas públicas do Estado de Minas Gerais

The impact of the pandemic on the voices of High School students in public schools in the State of Minas Gerais

Monica Izilda Silva¹

Daniel Fernando Bovolenta Ovigli²

Resumo

O artigo aborda de forma preliminar os impactos da pandemia da Covid-19, considerando as vozes de jovens do Ensino Médio de diferentes escolas públicas, situadas em diferentes realidades do Estado de Minas Gerais. Para tanto, baseamo-nos na técnica de pesquisa qualitativa grupo focal, a partir da interação entre quinze jovens, de forma a revelar suas percepções. As falas do grupo foram transcritas e analisadas em acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), organizadas a partir das categorias: (i) quem são os jovens pesquisados; (ii) jovens em ação; (iii) os jovens e a escola na pandemia; (iv) ensino remoto das escolas públicas; (v) ser jovem da escola pública na pandemia. A análise e a interpretação das vozes dos jovens revelam desafios urgentes frente às adversidades impostas pelo cenário pandêmico o que enseja, por parte das políticas educacionais, a busca pela permanência desses jovens no Ensino Médio.

Palavras-chave: Jovens. Ensino Médio. Pandemia.

Abstract

The article addresses, in a preliminary way, the impacts of the Covid-19 pandemic, considering the voices of high school youth from different public schools, located in different realities of the State of Minas Gerais. To do so, we based ourselves on the qualitative focus group research technique, based on the interaction between fifteen young people, in order to reveal their perceptions. The group's statements were transcribed and analyzed according to Bardin's (2011) content analysis technique, organized according to the following categories: (i) who are the young people surveyed; (ii) youth in action; (iii) Youth and School in the pandemic; (iv) Remote

¹ Servidora da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - monica.silva@educacao.mg.gov.br

² Docente do Departamento de Educação em Ciências, Matemática e Tecnologias (DECMT), vinculado ao Instituto de Ciências Exatas, Naturais e Educação (ICENE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).



Teaching from Public Schools; (v) Youth Students in the pandemic. The analysis and interpretation of the voices of young people reveal urgent challenges in the face of the adversities imposed by the pandemic scenario, which gives rise, on the part of educational policies, to the search and permanence of these young people in high school.

Keywords: Young people. High school. Pandemic.

1 Introdução

O Ministério da Saúde do Brasil divulga, no dia 31 de dezembro de 2019, após estudos e casos confirmados na China, um novo agente viral (coronavírus) capaz de provocar uma síndrome respiratória aguda grave, também chamada de SARS-CoV-2. No dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de contaminação no Brasil, em São Paulo, desencadeando um processo de disseminação e sucessivas mortes no país. O grande potencial de transmissibilidade do vírus gerou uma crise sanitária expandindo a doença do novo coronavírus (Covid-19), desestabilizando a vida de bilhões de pessoas pelo mundo. Um dos efeitos mais evidentes foi o conjunto de medidas para o distanciamento social, incluindo as escolas e os sujeitos que nelas interagem (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2020).

Tais medidas restritivas se refletiram no fechamento de bares, adiamentos de eventos sociais, religiosos, almoços de famílias, apertos de mãos e a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais, algumas das determinações do Ministério da Saúde do Brasil (2020), considerando os indicadores de transmissibilidade da Covid-19.

Com a quarentena decretada conjuntamente com a adoção de protocolos sanitários, algumas pessoas puderam trabalhar no formato *home office*³, ou seja, em casa, o que foi facilitado pelas evoluções tecnológicas em especial pela internet, limitando a livre circulação nas ruas para contenção do vírus, ainda que essa

³ *Home office* ou *escritório em casa*, também chamado de trabalho remoto, trabalho à distância ou [teletrabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teletrabalho), é uma tendência mundial que a cada ano ganha mais adeptos. Basicamente, trata-se de permitir que o colaborador trabalhe de qualquer lugar. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Home_office. Acesso em 19 out. 2022.



possibilidade de escolha não tenham sido as mesmas para todos os cidadãos (REIS et al., 2020).

No âmbito das atividades escolares não foi diferente. Medidas para o enfrentamento à Covid-19, em caráter emergencial de saúde pública de importância internacional, foram criadas via decretos e leis como forma de contenção da pandemia e com alterações exponenciais na dinâmica das atividades escolares de todo o país, provocando uma mudança profunda na forma com que a sociedade em geral vê a educação, em especial os estudantes e os professores (SEE-MG, 2021).

Com as aulas presenciais suspensas abruptamente, políticas públicas e instituições de ensino, de forma a não interromper o ano letivo e no sentido de dar continuidade às ações pedagógicas e calendário escolar, abraçaram formas digitais de ensino, para que a conexão entre estudantes e escola não se esgotasse na evasão ou no abandono escolar. As lideranças governamentais, cientes da falta de acesso de muitos dos estudantes às mídias digitais, deram também a opção do material impresso (SEE-MG, 2021).

Em meio a mudanças repentinas, é praticamente impossível não se refletir e debater sobre as condições socioeconômicas desfavoráveis na rede pública de ensino no Brasil, agravadas com a crise sanitária.

O Plano de Estudo Tutorado (PET) foi uma das ferramentas utilizadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais enquanto Regime de Estudo não Presencial (RENP) neste período no qual as aulas estiverem suspensas. Ele foi ofertado aos alunos da rede pública como alternativa para a continuidade no processo de ensino até a retomada das aulas de forma presencial (SEE-MG, 2021).

Além da organização das apostilas para que alunos e professores trabalhassem os conteúdos curriculares ao longo do período de isolamento social, foram criados também o canal, via televisão, com o programa de TV - Se Liga na Educação, transmitido na Rede Minas⁴ (para os estudantes da cidade de Belo Horizonte), de segunda-feira a sexta-feira, pela manhã, como material complementar. Para alunos de

⁴ A Rede Minas é transmitida em Belo Horizonte e na Região Metropolitana no canal 9 da TV Aberta. Fonte: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/se-liga-na-educacao>. Acesso em 25 out. 2021.



outras cidades foi disponibilizado o material via link <http://redeminas.tv/como-sintonizar>. As aulas também foram difundidas de forma gratuita no aplicativo "Conexão Escola". Neste aplicativo os estudantes das escolas públicas tinham acesso às videoaulas e materiais veiculados no programa Se Liga na Educação, bem como acessar os Planos de Estudos Tutorados - PET (SEE-MG, 2021).

Apesar das muitas alternativas buscadas como tentativa de minimizar as lacunas com o distanciamento social e escolar, como aulas remotas via internet, televisão, telefone e material impresso, pode-se afirmar que acabaram sendo insuficientes frente ao número de problemas e desafios escancarados nos abismos de estudantes, juntamente com os números da desigualdade social e econômica do país. Ficou mais acentuada a desigualdade, em especial para os estudantes que não dispunham do mínimo para viver, conta difícil e complexa de se fechar, ancorada na relação estudante-conhecimento escolar-realidade (SALES; EVANGELISTA, 2020).

Assim, a pandemia sentenciou muitos dilemas e desafios, em especial para os jovens do Ensino Médio das escolas públicas, que se viram fortemente comprometidos com o processo educativo e social frente à ausência de recursos eletrônicos e da própria internet (SALES; EVANGELISTA, 2020).

As ações com a juventude fazem parte de uma política nacional recente, após dez anos de tramitação e de muitas mobilizações sociais, já que o Estatuto da Juventude foi regulamentado em 05 de agosto de 2013, por meio da Lei nº 12.852, com vigência a partir de 02 de fevereiro de 2014. Estabelece em seus artigos a promoção da aprendizagem, a autonomia, o diálogo e o respeito. E, ainda, em seu artigo 26, o acesso à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Para discutir a ideia da relação com o saber frente a esse contexto pandêmico, na busca dos sentidos com o que e como se aprende, a compreensão enquanto pessoa, como o mundo pode ser apreendido, como se dá esta construção que transforma a si próprio, contamos com o aporte teórico de Charlot (2001), que dialoga com Paulo Freire (1995) ao ressaltar a importância em aprender participando em um processo de libertação e de humanização, particularmente voltado para a juventude.



Referências como Krawczyk (2018), Zan (2018), Spósito (2020), Pais (2012) são bem-vindos na discussão desse dilema social pandêmico e também no período pós-pandemia, com suas pesquisas sobre jovens e seus novos contornos.

Na busca dos sentidos para os jovens em estudar e buscar o conhecimento, a autora Abramovay (2015), coordenadora de várias pesquisas sobre juventude, se alicerça em Freire (1995), Charlot (2001) e Dayrell (2007), que promovem provocações que nos conduzem a refletir sobre a importância em estabelecer diálogos com os jovens, para entender as razões que os levam a buscar ou não o processo educativo.

Dayrell (2007), com uma atuação destacada nos projetos e movimentos juvenis nacionais e locais, pesquisador nos temas juventude, cultura e educação, tem como princípio as relações entre juventude e escola. Relações essas que precisam buscar sentidos, conforme ilustra Paulo Freire, para quem os olhares devem ser voltados para “o outro”. Neste sentido, Dayrell (2007) e os demais autores supracitados defendem relações sensíveis entre os jovens e a escola, estabelecida por meio dos sentidos, nas relações com os jovens, pelo qual se tornam produtores de conhecimento, para serem transformadores atuantes do mundo.

Além do enfoque na participação e nos sentidos das relações, Amorim e Miskulin (2010) pontuam a necessidade de garantir o acesso ativo às tecnologias, buscando soluções tecnológicas de alcance social, diminuindo as diferenças e resgatando os valores de cidadania, ao combater barreiras tecnológicas, educacionais e culturais, o que dialoga com essa pesquisa, já que se propõe a preconizar o estudo das relações dos jovens do Ensino Médio em tempos de pandemia.

A escolha por esses autores é expressa pelo consenso que estabelecem com a temática deste estudo e as escolhas da pesquisadora, já que buscam os sentidos nas relações dos jovens com a escola e estes com as tecnologias, como evidenciam Amorim e Miskulin (2010), e a busca de relações dialogadas com os jovens, como destacam Charlot (2001), Abramovay (2015) e Dayrell (2007).

Neste sentido buscamos entender, nas vozes dos jovens de Ensino Médio das Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais, como a pandemia os atingiu, com o



objetivo de compreender os sentidos e impactos por eles percebidos durante o período de ensino remoto.

2 Metodologia

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o número CAAE 52877121.7.0000.5154. O estudo foi realizado em formato online, com enfoque nos jovens de 15 a 17 anos, totalizando um grupo de 15 participantes, do Ensino Médio das escolas da rede estadual de MG que tenham ofertado o ensino remoto emergencial nos anos de 2020 e 2021.

As entrevistas ocorreram via Google Formulários® e Google Meet®. Os participantes necessários à consecução dessa pesquisa foram recrutados inicialmente por meio da rede de contatos dos pesquisadores e a indicação de outros membros pelos participantes iniciais e assim por diante, utilizando a técnica “bola de neve”. As *sementes*, participantes iniciais que iniciam a indicação de outros sujeitos da pesquisa, inferem o recrutamento tanto pelos pesquisadores quanto pelos indivíduos que potencialmente serão pesquisados ou por outros que possuem um conhecimento da comunidade/ fenômeno a ser investigado (BOCKORNI; GOMES, 2021).

Bockorni e Gomes (2021) compreendem que a amostragem em bola de neve é mais indicada para pesquisas com grupos menores ou, em caso de grupos maiores, em que haja a possibilidade de encontrar diversas sementes, que elas sejam capazes de indicar membros em seu círculo social de diversos níveis de “popularidade” ou até mesmo sementes com contatos mais diversificados dentro do grupo. Essas estratégias podem levar a uma amostra mais representativa do grupo social a ser pesquisado.

O estudo se utilizou da abordagem qualitativa ao qual, como salientam Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Acredita-se que com esta abordagem se consiga alcançar os objetivos apresentados e também pela maior liberdade para a interpretação do material empírico construído, além do método de recrutamento dos participantes selecionados (ALBUQUERQUE, 2009).



O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (<https://forms.gle/JcRCrnZwiH5eDUyv6>) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (<https://forms.gle/b5Z4kXtbjH4SY4WS8>) podem ser consultados nos links em destaque.

A escolha por esse caminho metodológico, “Grupo Focal Online”, permitiu a organização de encontro com esses jovens partícipes da pesquisa de diferentes cidades e realidades.

A Regional de Uberaba, órgão Governamental da Secretaria de Estado de Educação, localidade no qual o estudo está inserido, coordena e atua em 25 municípios num raio de aproximadamente 700 km territorial e com o atendimento a 100 escolas estaduais, 193 escolas municipais, 03 escolas federais e 117 escolas particulares, num universo de 152.595 alunos, conforme consulta ao órgão competente (SEE-MG, 2022).

Desta forma, considerando esse cenário que pudesse ser diverso, foi construído um esboço dos tópicos para serem abordados no grupo, havendo questões abertas, relacionadas ao ensino remoto e seus contornos, e as falas foram gravadas, transcritas e analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). A categorização foi estruturada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

3 Resultados e Discussão

A escuta dos jovens, por meio de Grupo Focal Online, oportunizou-nos refletir acerca das barreiras e dificuldades para que os discentes consigam permanecer ou mesmo avançar frente às lacunas registradas ao longo da história tardia e desigual já refletida por Dayrell (2007) e acentuadas ao longo da pandemia da Covid-19.

3.1 Quem são os jovens pesquisados

Os jovens na sua maioria foram do sexo feminino, aproximando a 70% de 15 participantes no total, mostrando serem bem comunicativos, com sedes de falas, falas



essas que me nos fizeram lembrar do trecho de uma música da cantora brasileira Mallu Magalhães: “não sou do passado nem do futuro, eu só gosto do agora”.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2012 a 2018, reflete dados sobre a Educação Básica no qual consta a fração de dois quintos da população possuírem rendimentos menores. Na rede privada esses dados se invertem e, ainda, “somente 5,6% dos estudantes na rede pública de ensino médio pertenciam aos 20% da população com os maiores rendimentos, enquanto 46,7% dos estudantes da rede privada faziam parte desse quinto da população” (IBGE, 2019, p. 83).

Mesmo conscientes da desigualdade no contexto social e acadêmico, acentuada com o avanço da pandemia no Brasil, o grupo de jovens apresentou ao longo de suas vozes desencantos, porém houve também encantos pela mudança, afirmando o que Pais (2017) já vem compartilhando suas experiências no campo da sociologia da vida cotidiana como metodologia de pesquisa com estudantes, professores e pesquisadores da área da Educação.

Quando o grupo focal de jovens é questionado acerca: “Quem sou eu, além dos muros da escola?”, respondem, quase em coro:

“Sou filha, sou neta, irmã, sobrinha sou uma trabalhadora e por aí vai...”

(JOVEM 1, 2021)

“Fora dos muros eu tive que me virar, comecei uma vida nova, buscar cursos, trabalho também...outras amizades também!”

(JOVEM 2, 2021)

“Um atleta...”

(JOVEM 3, 2021)



O contexto imposto pela pandemia e as falas das jovens, em especial 1 e 2, nos fazem pensar em Pais (2017), no tocante à expressão “curva do tempo” - em que os jovens da rede pública em especial estejam nesta curva, e ainda:

Nem o sistema educativo nem o mercado de trabalho parecem capazes de garantir a realização das aspirações de jovens. Com dificuldades de inserção profissional, são então acossados por sentimentos de desilusão e descrença, traídos na capacidade de imaginar um futuro com esperança. Há pais que fazem um forte investimento na formação acadêmica de seus filhos na expectativa de que possam mais facilmente encontrar trabalho e tornarem-se independentes. Mas o que se observa é que muitos deles permanecem em casa dos pais, sem trabalho, economicamente dependentes. De fato, embora os jovens integrem a chamada geração do futuro, muitos deles não o conseguem vislumbrar, arrastando-se num presente deficitário de esperança (PAIS, 2012, p. 268).

O perfil desse grupo focal em especial refletiu incertezas quanto ao futuro, à fragmentação social, econômica e educacional ancorada na pandemia. Em um texto recente publicado na página da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Zan e Krawczyk (2020) sinalizaram a preocupação com a etapa de ensino do Ensino Médio e também com a geração destas juventudes, no qual o abandono e a mercantilização do Ensino Médio ficaram mais evidentes ao longo da pandemia.

Nesse sentido é importante também compartilhar os dados do IBGE (2020), que apresenta uma população jovem como sendo a maior da história: mais de 47 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos. E esses dados são acompanhados pelas altas taxas de desemprego, trabalho informal, insegurança em permanecer trabalhando e pouca perspectiva de avanço na carreira.

Em Corrochano (2001), numa pesquisa voltada aos olhares para os jovens revela, já naquela década, uma preocupação em relação à escolaridade: 78% já haviam concluído o ensino fundamental, 59 % avançaram para o ensino médio e apenas 4 % chegaram ao ensino superior.

Recentemente o Estado de Minas Gerais, publicou um programa denominado “Trilhas do Futuro”, composto de um catálogo de cursos técnicos com foco nos



estudantes de Ensino Médio. Tal programa também pode ser acessado na página da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE MG, 2022).

Ressalta-se que o Ensino Superior não seja sinônimo de inserção profissional ou de outras garantias, no entanto se deseja que a juventude possa ter direito a escolhas, sejam elas de acessarem um Ensino Técnico ou ainda de buscarem uma formação acadêmica.

Zan e Krawczyk (2020) afirmam que o fechamento das escolas, a falta de acesso aos recursos tecnológicos disponíveis pelas políticas públicas, a desestruturação na economia do país e principalmente das famílias com rendas mais baixas e o desemprego foram fatores que agravaram as condições econômicas de sobrevivência, em decorrência da perda do trabalho de seus mantenedores ou dos próprios alunos.

A escola pode ser considerada como uma instituição central na vida dos jovens, já que é um espaço de encontro com pares, de aprendizado, experiências, valores e de projetos de vida, no qual se passam ali muitos anos de sua vida, ou ainda, para alguns a maior parte da sua vida. Nesse sentido vale ressaltar a importância da saúde física e mental desses jovens que frequentam essa escola, em especial a pública, e que ali, mesmo com todas as dificuldades, é essa escola que deve alimentar boas experiências e valores para a vida desses jovens (ZAN; KRAWCZYK, 2020).

3.2 Jovens em ação

A categoria “Jovens em ação” é fruto das respostas e reflexões em torno da questão se faziam parte de alguma organização social ou Organização Não Governamental. As respostas foram:

“Eu participo de um grupo social da Igreja. Nesse grupo, temos um jovem que é o líder de evangelização, tem também o líder de organização, o líder de divulgação e de consolidação. Consolidação é que acompanha os encontros e que aceita Jesus até o batismo”.

(JOVEM 4, 2021)



Outro jovem também se manifesta:

“Faço parte também de um grupo social, só que de outra Igreja!”

Para Pinto e Mayorga (2012, n.p.), persiste uma descrença, por parte dos jovens, nos modelos tradicionais de ação política e um desejo de práticas democráticas, assim muitos a encontram nos espaços das igrejas, como podemos apreciar a reflexão que considera:

[...] o envolvimento no espaço da religião pentecostal tem levado os jovens a encontrarem um respeito social, o que tem contribuído para construção de um auto respeito e, com isso, a possibilidade de se sentirem capazes até de intervir nos espaços e relações a sua volta com um pouco mais de autonomia frente aos processos de regulação vivenciados.

Não foi encontrada neste grupo outra participação social que não fosse a igreja, nos fazendo concordar com Pinto e Mayorga (2012, n.p.) quando concluem que os jovens podem por vezes vislumbrar outras oportunidades nesses movimentos pentecostais das igrejas, mesmo de forma reflexiva, no campo das ideias, “sem uma ação mais organizada”, que os coloca numa “posição de uma maior autonomia frente aos processos de subordinação vivenciados”.

3.3 Os Jovens e a Escola na pandemia

Esta categoria nos leva a refletir sobre a relação que os jovens têm com a escola ou que por vezes deixaram de ter ao longo da pandemia. São evidenciados elementos acerca do quanto a escola, enquanto instituição, tem a sua importância, não apenas no campo cognitivo, mas também no âmbito das relações sociais que são estabelecidas.

Quando perguntados sobre qual foi o local que sentiram falta de frequentar ao longo da pandemia, a maioria não hesitou em responder:



“A escola foi o local que senti mais falta!”

(JOVEM 3, 2021)

Leão e Carmo (2014, p. 23) nos ajudam a ressignificar essas vozes e olhares para esses jovens que formam esse mosaico no campo das culturas juvenis, quando defendem que esta fase é marcada pelos encontros com o outro: “muitas decisões são tomadas a partir de laços de confiança e reconhecimento construídos nos grupos”, considerando que os grupos aos quais fazem parte são de fundamental importância para a construção de suas experiências. Percebe-se que a pandemia os distanciou dos colegas e da escola, bem como dos professores, como relata a Jovem 2:

“Na pandemia distanciamos muito uns dos outros. Agora que estamos voltando a nos falar mais!” (JOVEM 2, 2021)

A fala da jovem 2 reforça a importância da escola, em especial neste contexto, valorizar esses encontros e falas, valorizar outros espaços de encontros, que por vezes até extrapolem “os controles das salas de aula”, como tratam com tanto cuidado e zelo essa temática as referências Leão e Carmo (2014), mesmo anteriormente ao contexto pandêmico.

Quando perguntados o que é a escola para eles, ou ainda o que ela representa, as seguintes falas se apresentam:

“Lugar de aprendizagem!”

(Jovem 7, 2021)

“Pra mim é a segunda casa!”

(Jovem 1, 2021)

“Que deixa a mente mais ampla para preparar para o futuro!”

(Jovem 3, 2021)



Falas essas que endossam a “trajetória escolar enquanto importante papel no futuro dos jovens e assumindo diferentes significados dependendo do momento vivido” (LEÃO; CARMO, 2014, p. 29).

Por mais que os jovens tenham suas concepções formadas acerca da escola, percebe-se nesse grupo que os sentidos e a importância para com a escola talvez tenham se tornado mais evidentes, uma vez que a falta dela trouxe para alguns até certa ansiedade, reclusão em si mesmos, por falta de motivação para estudar sozinhos sem a presença dos professores, recursos e dos colegas.

A escola pode e deve proporcionar experiências que possam colaborar com o processo de construção das identidades que ali transitam a partir da história que cada um carrega e também a partir das trocas com o outro, outros e pares (DAYRELL, 2007).

3.4 Ensino Remoto das Escolas Públicas

O trabalho de Silva (2019), realizado antes do período pandêmico, já revelava, a partir de um trabalho com os Jovens do Ensino Médio, o reconhecimento da importância da escola, em especial no estabelecimento das relações, considerando que era na escola que eles se encontravam a partir dos grupos que faziam parte, onde as conexões aconteciam. Ao mesmo tempo tinham clareza dos desafios a serem enfrentados enquanto jovens e escola, já que percebiam uma escola muito tradicional, que resistia e ignorava até o uso e a apropriação das tecnologias.

Quisera o destino de um dia para o outro fazer com que professores, sistema e estudantes fossem os mais conectados possíveis, a iniciar das aulas de forma virtual, os registros também virtuais, com conexões essenciais para o estabelecimento das relações. Silva e Pierro (2021, n.p.) também colaboram com essa categoria acerca das reflexões em torno:

[...] da adoção do ensino remoto emergencial sem a necessária preparação de alunos ou professores, a não consideração das limitações tecnológicas e sociais, e a não observação das especificidades de migrantes e refugiados adultos podem levar a novos mecanismos de exclusão e à restrição de direitos educativos.

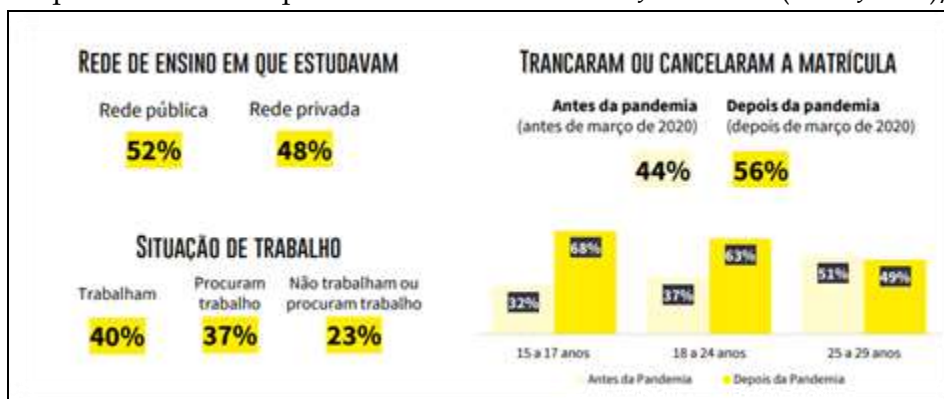


O Brasil vive hoje um sucateamento na educação pública, acentuado em especial pelo ensino remoto ofertado aos estudantes das escolas públicas ao longo da pandemia nos anos de 2020 e 2021, dando maior visibilidade às desigualdades:

[..] de acesso à educação dos jovens brasileiros: há escassez de acesso aos meios digitais; faltam condições adequadas em casa para os estudos; adoecimento dos familiares; agravamento das condições econômicas de sobrevivência, em decorrência da perda do trabalho de seus mantenedores ou o dos próprios alunos (ZAN; KRAWCZYK, 2020, n.p.).

A pesquisa coordenada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) apresenta a estatística que pode ser apreciada na Figura 1, na qual consta que mais da metade dos jovens que não estão estudando trancaram ou cancelaram sua matrícula depois de março de 2020. Nota-se que quanto mais novos, mais a interrupção dos estudos está relacionada ao período da pandemia.

Figura 1. Pesquisa coordenada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)/Pandemia



Fonte: CONJUVE(2021)

Segundo essa mesma pesquisa, os motivos para a evasão podem ser apreciados na Figura 2:



Figura 2. Jovens não estudando: motivos para evasão

		Mulheres	Homens	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Precisei ir ganhar dinheiro	21%	18%	25%	4%	19%	24%
Não consegui me organizar com o ensino remoto	14%	14%	14%	20%	16%	12%
Não estava aprendendo ou não gostava dos conteúdos	10%	10%	11%	18%	13%	8%
Precisei cuidar de filhos ou da gestação	10%	17%	1%	11%	8%	12%
Tive problemas saúde (ex.: depressão, covid-19, outras)	10%	10%	9%	12%	9%	10%
Não consegui conciliar estudo e trabalho	9%	6%	12%	6%	7%	11%
Não tinha recursos tecnológicos disponíveis	4%	4%	3%	2%	4%	3%
Precisei cuidar de outras pessoas da família	3%	3%	4%	2%	3%	4%
Não tinha aulas ou faltavam professores	2%	1%	2%	6%	2%	1%
Não estava me sentindo acolhido(a) / Discriminação	2%	2%	2%	1%	2%	2%
Não tinha de apoio da família	1%	1%	1%	0%	2%	1%
Já estudei o quanto queria	1%	0%	1%	3%	1%	0%
Outro motivo	14%	15%	13%	15%	15%	14%

Fonte: CONJUVE(2021)

Os dados indicados na Figura 2 também aparecem nas falas dos jovens quanto aos desafios com o ensino remoto ao longo da pandemia:

“Foi um período muito difícil... não tínhamos como tirar dúvidas com os professores!”

(JOVEM 4. 2021)

“A falta de hábito e de rotina para estudar, como não tínhamos, ficamos prejudicados nesse sentido.”

(JOVEM 2. 2021)

“Foi complicado o contato com os professores, porque temos professores com muita idade, que não sabia como lidar com as tecnologias! Era bem complicado ter acesso a eles!”

Percebe-se neste grupo pesquisado que o maior desafio com o ensino remoto, para além da ausência de recursos tecnológicos, de terem que procurar um emprego para ajudar na renda da família, fica evidente nas falas a angústia quanto à ausência física do professor ao longo desse processo, demonstrando que o professor sempre terá um papel fundamental na mediação professor-aluno. O papel do professor pode



assumir outros contornos, porém a relação professor-aluno sempre será condição de fundação para o processo ensino-aprendizagem.

Não é o objetivo dessa pesquisa atribuir ao professor toda a responsabilidade para a melhoria da educação, e sim despertar reflexões que o colocam em um papel central no campo dessas relações com o outro, relações essas que podem ser regadas de sentidos ou não a depender de como são estabelecidas.

3.5 Ser Jovem da Escola Pública na pandemia

Talvez o que mais se aproxime desta categoria e destas vozes é “iceberg”. Ou, ainda, para traduzir essa categoria em uma fórmula matemática, esta seria - SER JOVEM DA ESCOLA PÚBLICA DO ENSINO MÉDIO = (ICEBERG X PANDEMIA) ².

A escolha da incógnita traduzida no Iceberg é dada pela própria etimologia que essa expressão carrega, “um grande pedaço de gelo que se desprende das geleiras polares e vagueia pelos oceanos árticos” (<https://www.significados.com.br/iceberg/>).

Assim, mesmo que se perceba, no Ensino Médio das escolas públicas, uma etapa que flutua solitária do todo, que vagueia em um mar de desvantagens com relação a outras realidades e que podem contribuir até para evasão desses jovens da escola e mesmo tendo o seu reconhecimento recente, na década de 1990, mais precisamente com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a oferta do Ensino Médio como etapa de conclusão da Educação Básica, não acompanhou a oferta com a qualidade esperada (DAYRELL, 2007).

Com a pandemia instalada nos anos de 2020 e 2021, a situação desta etapa de ensino tendeu a se agravar, uma vez que ao longo desse período os jovens ficaram longe deste espaço. É na escola e com a escola que há a produção coletiva, com atividades interativas.

Quando perguntados sobre o que é “ser Jovem da Escola Pública em especial no contexto da pandemia”, as vozes ressoam:



“A gente estava até comentando esses dias, que se for comparar com as escolas privadas, nas escolas públicas não tem tanta cobrança!”

“Na escola particular eles cobram mais, são mais presentes...entendeu? Eles pegam mais no pé. Aqui é assim, eles passam a matéria e é isso, se você quiser aprender algo a mais é com você!”

Por essas e outras falas se torna imprescindível a melhoria da gestão de sala de aula e no processo educativo, aumento do investimento em Educação, que faz parte da meta 5 centrada na qualidade e garantia da Educação: exigindo comprometerimentos de políticas públicas e gestão, com foco nas crianças e nos adolescentes mais vulneráveis, com o objetivo de equilibrar as disparidades que acompanham as dimensões econômica, cultural, de gênero, étnico-racial e territorial existentes no Brasil, com destaque para o atual contexto pandêmico (MEC, 2021).

Quando os jovens são perguntados sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado no ano de 2021, respondem:

“Não me sinto preparada não para o ENEM. Nem sei se vou prestar essa prova! Pra quê, né? Pra saber que não estava preparada, isso eu já sei.”

Assim como a jovem 5, a maioria dos jovens participantes revelou sentimento de não estarem preparados para o exame e apresentaram fragilidade e insegurança para a realização do exame.

Em meio à crise instaurada está também o ENEM/2021, fato esse pode ser identificado na figura 3, em especial quanto às abstenções. Mesmo estando em menor número no ano de 2021, não fugiram dos holofotes as críticas à organização do exame. Segundo notícias veiculadas na imprensa: “Duas semanas antes da prova, 37



servidores pediram demissão alegando interferência do governo no conteúdo da avaliação”, conforme publicado no Jornal Correio Braziliense (2021).

Figura 3. Abstenção de participantes do Enem 2020-2021

Ano do Exame	%
2020	51,5%
2021	26%

Fonte: INEP (2021)

Essa crise gerou insegurança nos estudantes e também professores. As vozes dos jovens que participaram do grupo focal e o número de abstenções no ENEM nos anos de 2020-2021 podem sinalizar um alerta. Para Dayrell (2007), Leão e Carmo (2014), Zan e Krawczyk (2020) e Silva (2019), olhares e escuta cuidadosa não só para o Ensino Médio, mas também para cada etapa e para o todo, são necessários de forma a ressignificar o Ensino Médio como etapa de conclusão da Educação Básica com qualidade.

Dados do Censo Escolar do Inep apontam que a crise escolar agravada pela pandemia teve um alcance nacional e também econômica, com alto e significativo número de jovens que saíram da escola pública em 2021, para atuar no mercado de trabalho, como afirma Zan (2022).

Os estados como de São Paulo e Minas Gerais têm buscado desenvolver programas voltados para a busca ativa desses alunos que deixaram os estudos, recuperação e o reforço no contraturno, avaliações diagnósticas, além dos programas de educação integral nas escolas. A proposta de educação integral faz parte do Plano Nacional de Educação. O tempo de permanência em sala de aula aumenta de cinco para sete horas, podendo ser das 7h às 14h ou das 14h15 às 21h15, são algumas das apostas de tentativa de corrigir as possíveis lacunas herdadas na pandemia (SEE MG, 2022).

Ainda assim, Zan (2022) alerta para os dados expressivos da evasão, um cenário que pode ser observado em todas as regiões do país. Apesar das políticas públicas apresentarem programas para a correção de certas distorções, estamos ainda com um grande número de alunos fora da escola que acabam não retornando para concluir o ensino médio. A



pesquisadora também propõe a necessidade de políticas públicas mais ativas com bolsas de estudo para esses estudantes conseguirem cumprir essa etapa da vida.

4 “De que forma os jovens de Ensino Médio das Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais, foram atingidos pela pandemia?”

Se fosse possível mensurar essas perdas, talvez a maior seja a ausência de possibilidades de fazerem amigos, de participarem de grupos, de encontrarem com o outro colega, com o professor, com a escola, com o seu grupo de convivência.

A sociabilidade é dimensão central na vida dos jovens, e é a partir dessa sociabilidade que os vínculos e conexões ocorrem, incluindo aqui vínculos de aprendizagem que podem ser frutos dessas relações quando significativas.

As vozes dos jovens revelam desafios urgentes que emanam pressão por parte das políticas educacionais, para a busca e permanência desses jovens no Ensino Médio, porém com qualidade. É emergente também uma articulação para o acolhimento e atendimento dos jovens, se fazendo também necessário que a formação continuada para os professores seja uma política consolidada, em que os docentes possam renovar suas práticas.

Acredita-se ser importante resgatar a motivação para aprender, permanecer e compreender como os jovens aprendem, sendo exigida atenção cuidadosa com a condição juvenil.

Para além de manter o aluno na escola, é preciso clareza na escola que se tem e a que se deseja, para a construção de uma escola e etapa de ensino com identidade consolidada, para que deixe de ser iceberg, deixe de vagar em mar aberto, sem dono e sem destino.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. **Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: por que frequentam?** Flasco-Brasil, OEI - MEC, 2015.

AMORIM, J. A.; MISKULIN, R. G. S. Multimídia para educação e formação de



professores em tecnologias digitais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n.29, p.223-243, jul./dez., 2010.

BIKLEN, S., BOGDAN, R. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Editora, Portugal, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em 25 out. 2021.

_____. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm), acesso em 25/10/2021.

CORROCHANO, M. **Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo**. Dissertação de mestrado, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, acesso 2022.

DAYRELL, J. A escola faz Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1105-1128, out.2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 set. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: www.ibge.gov.br. ... IBGE. Pesquisa de Indicadores Sociais, 2019.

KRAWCZYK, N.; ZAN, D. **Resiliência ou resistência: um dilema social pós-pandemia**. [S. l.], v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/119966>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Educação e Juventudes sob fortes ameaças**. Disponível: <https://www.anped.org.br/news/educacao-e-juventude-sob-fortes-ameacas-colaboracao-de-texto-por-dirce-zan-unicamp-gt-03-nora>, acesso 09/12/2021.

LEÃO, G.; CARMO, H. C. **Os Jovens e a Escola**. Cadernos Temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.



MAIA, B. R.; DIAS, P. C. **Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19.** Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 37, 2020.

MEC: Brasília - DF, 2008. BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001.

MINAS GERAIS, SEE. **Planos de Estudos Tutorados 2022.** Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets>, acesso 09/12/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Corona vírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>, acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, R. **O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho,** In Trabalho, Educação e Saúde. RJ: v.16, n.1, jan/abr 2018.

Pais, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados** [online]. 2012, v. 26, n. 75 [Acessado 10 Novembro 2022], pp. 267-280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200018>>. Epub 25 Jul 2012. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200018>.

PATRIOLINO, L. **Em meio à crise, Enem 2021 tem 26% de abstenção no país.** **Correio Brasiliense.** Disponível: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/11/4964903-em-meio-a-crise-enem-2021-tem-26-de-abstencao-no-pais.html>, acesso dia 20/11/2021.

PINTO, P. G.; MAYORGA, C. **JUVENTUDE E PENTECOSTALISMO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO DE FAVELA.** Disponível: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-18.pdf>, acesso dia 09/12/2021.

REIS, T. B. et al. A prática do home office em períodos de isolamento social. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento do ISECENSA,** 2020.

SALES, S.R.; EVANGELISTA, G. R. AMOR, coragem! Dilemas e Possibilidades na relação com estudantes em tempo de pandemia. **Revista da Escola,** Brasília, v.14, n.30, p. 858-875, set/dez/2020.

SILVA, L. et al. Educadores Frente à Pandemia: Dilemas e Intervenções alternativas para Coordenadores e Docentes. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 3, n. 7, p. 53-64, 2020.



SILVA, M. I. **Olhares Juvenis para as escolas- gaiolas ou asas? Um estudo em Uberaba-MG.** Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2019.

SILVA, RITA DE CÁSSIA DA CRUZ e PIERRO, MARIA CLARA DIOS IMPACTOS DA COVID-19 NOS DIREITOS EDUCATIVOS DE MIGRANTES E REFUGIADOS ADULTOS - NOTAS DE PESQUISA. **Educação em Revista** [online]. 2022, v. 38 [Acessado 10 Novembro 2022], e34185. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-469834185>>. Epub 10 Jun 2022. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-469834185>.

SPÓSITO, M.; AIMEIDA, E. **Jovens do Ensino Médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional**, In Estudos Avançados, 34 (99), 2020.

SPÓSITO, M.; SOUZA, R.; SILVA, F. **A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos**, In Educação e Pesquisa, v.44, 2018.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 607-620, 2020. DOI: 10.22420/rde.v13i27.1032. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1032>. Acesso em: 18 ago. 2022.



Relato de Experiência Extensionista sobre a aplicação do Programa Candeia: promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional

*Extension Experience Report on the application of the Candeia Program: promoting the
autonomy of adolescents in institutional care*

Ellen Karoline Claudino Antunes¹

Luana Luiza Galoni¹

Grazielly Ribas¹

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto²

Resumo

O presente relato de experiência se refere ao projeto de iniciação científica e extensão da pesquisa intitulada "Avaliação de Programas de Intervenção com Adolescentes Acolhidos Institucionalmente", a qual contou com um estudo piloto para o desenvolvimento do Programa Candeia, um programa que visa promover a autonomia de adolescentes em acolhimento institucional, elaborado enquanto projeto de pesquisa de doutoramento. A aplicação do Programa Candeia foi realizada durante 15 encontros remotos com uma adolescente em processo de desligamento institucional por maioria, com duração de 50 minutos a 120 minutos. Os resultados dessa pesquisa expuseram a necessidade e a importância de estudos e programas brasileiros que tenham o objetivo da promoção e desenvolvimento da autonomia de adolescentes em acolhimento institucional, assim como a urgência em capacitar os funcionários dessas instituições para prepararem de maneira eficaz os adolescentes prestes a completarem a maioria.

Palavras-chave: Programa Candeia. Acolhimento Institucional. Adolescência. Desligamento por maioria. Autonomia.

Abstract

This experience report refers to the scientific initiation and extension research project entitled "Evaluation of Intervention Programs with Institutionally Housed Adolescents", which included a pilot study of the application of the CANDEIA Program: "Promoting the autonomy of adolescents in institutional care". This research

¹ Discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - ellenkaroline29@hotmail.com; luana.luiza.galoni@gmail.com; grazielly.cascon@gmail.com

² Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - claudiaapeixoto@gmail.com



has exposed the need and importance of Brazilian studies and programs that aim to promote and develop autonomy among adolescents in institutional care, as well as the urgency of training the staff of these institutions to effectively deal with and prepare those adolescents. The application of the Candeia Program was carried out during 15 remote meetings with an adolescent in the process of leaving the institution due to age. The meetings lasted from 1h to 1h:30min.

Keywords: Candeia Program. Institutional Care. Adolescence. Shutdown for adulthood. Autonomy.

1 Introdução e Justificativa

A adolescência é uma fase do desenvolvimento que possui suas características singulares. Pode-se compreendê-la como o período entre 12 e 18 anos de idade de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). O ECA declara ainda o adolescente como “pessoa em situação peculiar de desenvolvimento” e um sujeito de direito (Ibid.). Papalia e Feldman (2013) elucidam que esta etapa da vida pode ser entendida a partir de mudanças e transformações do desenvolvimento nos âmbitos físico, cognitivo, emocional e social de forma variada de acordo com contextos sociais, culturais e econômicos (BRASIL, 1990; PAPALIA; FELDMAN, 2013). Ao constatar a violação de direitos das crianças e adolescentes, determinadas medidas protetivas devem ser tomadas como uma forma de proteção temporária, em última instância, o acolhimento institucional (BRASIL, 1990).

O acolhimento institucional, mesmo como medida provisória e de caráter excepcional, assiste muitos adolescentes durante o processo de desligamento institucional por maioridade. De acordo com os dados encontrados através dos Censos do Módulo Criança e Adolescentes (MCA), nos últimos anos pode-se perceber que o tempo médio de permanência de adolescentes em serviços de acolhimento é de 3 anos e 8 meses (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO, 2019). Outro dado relevante que contrasta com este contexto é a porcentagem de interessados na adoção de



adolescentes sendo esta de 0,3%, frente à 77% de adolescentes que integram o Sistema Nacional de Adoção (SNA)³.

Quando há dificultadores em relação à reinserção dessa população em família nuclear ou integração em família substituta, encontra-se então a necessidade de preparação dessas instituições, bem como toda a sua equipe técnica para lidar com processo de desligamento por maioria, visto que parte significativa dessas crianças e adolescentes permanecem nos serviços de acolhimento até completarem 18 anos. Há uma urgência de que a autonomia dos adolescentes seja desenvolvida e fortalecida durante o processo de institucionalização, assim como a preparação para o seu desligamento institucional deve ser trabalhada desde suas entradas aos serviços de acolhimento. Para que haja promoção da plena autonomia do adolescente e esse seja preparado para a transição da vida adulta, é fundamental que ela seja desenvolvida nos mesmos desde situações simples e cotidianas que o envolvam com a dinâmica da casa, até os projetos que suscitam uma perspectiva de futuro e possibilidades de planejamento a longo prazo. (GALONI, 2020; ANTUNES, 2022).

2 O Programa Candeia

O presente trabalho se refere a um relato de experiência extensionista veiculado com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI-UFRRJ). O projeto foi aprovado e concluído pelo Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT) da UFRRJ, com o título “Avaliação de Programas de Intervenção com Adolescentes Acolhidas Institucionalmente”, e consistiu no desenvolvimento de um Estudo Piloto do “Programa Candeia: Promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional”. O programa tem suas sessões baseadas em sete eixos temáticos: história de vida; relações interpessoais e rede social; autonomia, planejamento financeiro e profissional; noções de raça e territorialidade; sexualidade e diversidade sexual; e

³ Dados retirado do Painel de Acompanhamento da SNA: Pretendentes disponíveis x Crianças disponíveis para adoção. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>. Acesso em 2020.



noções básicas de direito de crianças e adolescentes (GALONI; PEIXOTO; RIBAS, 2021). Durante o período compreendido entre setembro de 2021 a julho de 2022, o Programa CANDEIA foi vinculado ao Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O objetivo do trabalho extensionista consistia na aplicação do Programa Candeia para avaliação de resultados e estruturação do mesmo.

O programa foi pensado para o auxílio dos adolescentes que passam pelo processo de desligamento institucional por maioria em casas de acolhimento, para que possibilidades e projetos de vida possam ser suscitados nos mesmos, a fim de prepará-los para a transição de contexto e entrada na vida adulta. Galoni, Peixoto e Ribas (Ibid.) inicialmente elaboraram o programa para ser desenvolvido em 12 encontros presenciais com duração de 2 horas, através de oficinas e rodas de conversa grupais, podendo ser realizado com um grupo de até 10 adolescentes que se encontrassem em processo de desligamento institucional. Mas devido à pandemia de Covid-19, o programa precisou ser aplicado de forma remota e individual com uma adolescente que estava em processo de desligamento da instituição de acolhimento.

3 Metodologia

A metodologia utilizada foi o Estudo de Caso, que consiste em uma compreensão profunda sobre um objetivo a fim de possibilitar um vasto e detalhado conhecimento sobre o que se propõe a analisar (PEREIRA; GODOY; TERÇARIOL, 2009). A metodologia de relato de experiência através de um Estudo de Caso único e documental segue o procedimento de pesquisa por coleta de dados através dos relatos de sessões em *setting* terapêutico, das supervisões clínicas dos encontros com a adolescente participante, da capacitação teórico-prática sobre o Programa Candeia e a sua aplicação, da consulta referente ao conteúdo e relatórios produzidos durante o desenvolvimento do programa pedagógico, assim como as questões psicoterápicas apontadas durante a realização do programa e a avaliação e adaptações construídas durante a aplicação do mesmo (ANTUNES, 2022). A aplicação do Candeia como



estudo piloto se desenvolveu entre abril e outubro de 2021 através de 15 encontros com duração aproximada de 50 a 120 minutos.

Todo o trabalho construído durante os encontros em que foi desenvolvido o programa seguiu o seu rigor teórico e ético, assim como a responsabilidade e comprometimento com as questões singulares da participante, sob o número do processo junto ao Comitê de Ética da UFRRJ: 23083.042949/2020-61, atendendo aos princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 - que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

4 Descrição da experiência pelo olhar da aluna-extensionista

Como se sabe, devido à pandemia de Covid-19 foi imposto o distanciamento social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Assim, as atividades acadêmicas presenciais passaram a ser realizadas durante o ano de 2020 e 2021 de forma remota. A aluna-extensionista e estagiária já se encontrava inserida no Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA) e realizou os atendimentos e pesquisas também de maneira remota graças ao distanciamento. Houve uma urgência por parte de uma das casas de acolhimento parceiras do LEVICA nesse período em relação a um atendimento a uma adolescente que se encontrava em desligamento institucional. Nesse momento se iniciou a intervenção para aplicação do Programa Candeia enquanto Estudo Piloto de um projeto de doutoramento do LEVICA (GALONI, PEIXOTO, RIBAS, 2021). Assim, o Programa Candeia passou a ser uma iniciação científica e projeto de extensão através do suporte da Pró-Reitoria de Extensão (Proext) da UFRRJ em ações de Extensão Universitária pelo projeto de pesquisa denominado “Avaliação de Programas de Intervenção com Adolescentes Acolhidas Institucionalmente”.

A proposta de intervenção do Programa Candeia foi pontual e emergencial. Observou-se que exigir da adolescente uma autonomia e responsabilização em um curto espaço de tempo, aos quais ela não estava habituada - considerando a circunstância limite como a saída do acolhimento, pode ocasionar angústias e



ansiedades, resultando em dificuldades no processo de desligamento institucional de forma saudável (ANTUNES, 2022).

Assim, foi preciso manejar e trabalhar em supervisões as expectativas criadas sobre o atendimento. Concebendo que embora seja necessário pensar a construção de autonomia como algo desenvolvido gradualmente, que ocorre a partir das experiências e aprendizados aos quais os adolescentes se expõem em sua fase de desenvolvimento sendo mediados também por suas redes de afetos, a aplicação do programa poderia trazer algum tipo de benefício para que se pudesse pensar primeiramente com a adolescente seus movimentos de autonomia - entendendo esta como um processo, mas também como um saber empírico e imperativo a ser explorado e incentivado. Em supervisão foram trabalhadas também as limitações do estudo e a impossibilidade de atender a todas as demandas da participante, marcada por anos de institucionalização e com uma história de vida atravessada pelas mazelas da violência. Elaborou-se enquanto grupo de pesquisa que, possivelmente, os impactos e frutos desses encontros não seriam totalmente compreendidos dentro de um curto espaço de tempo, muito menos na demanda de urgência colocada pela instituição, mas eles poderiam reverberar e ecoar futuramente na vida daquela adolescente. Vale ressaltar que a participante em questão está como participante da amostra *Follow-up* dos estudos pilotos que se seguiram na pesquisa de doutoramento do LEVICA.

Para Ramalho (2022, p.101), o vínculo pode ser entendido como

uma estrutura íntima desenvolvida entre os sujeitos, uma ponte que gera conexão e afinidade que não se estabelece unicamente por questões biológicas ou necessidades fisiológicas, mas por necessidades sociais e ambientais, que permite o desenvolvimento de apegos seguros fundamentais para o desenvolvimento humano.

Constatou-se nessa experiência como o vínculo terapêutico bem estabelecido pode trazer um senso de eficácia e essa conexão proporcionou que alguns conteúdos acerca da história de vida da participante atravessassem os temas propostos pelo Programa Candeia e pudessem ser manejados, tais como violência, luto, abandono e negligência, insegurança e ideação suicida. Por conta de uma interrupção da aplicação



por parte da adolescente que já se encontrava na metade da aplicação do programa, já desligada da casa de acolhimento e inserida em seu novo contexto precisando lidar com novas responsabilidades e agenciamentos, alguns eixos não puderam ser melhor trabalhados, como os de raça e territorialidade e direitos de crianças e adolescentes, embora essas discussões tenham sido trazidas pela própria participante durante outras sessões.

No que tange à experiência pessoal, o contato com a adolescente motivou o olhar sob outro prisma para a presente pesquisa, com uma compreensão mais humana, empática, sensível, resiliente e esperançosa mesmo com os inúmeros desafios que são postos durante a trajetória de se fazer pesquisa e se deparar com a realidade socioeconômica vivenciada no Brasil por essa população. O contato e aplicação do Programa Candeia gerou e impulsionou maturidade e segurança profissional e pessoal para as envolvidas e mesmo que emoções diversas se atravessassem nesse processo, essas foram encaradas com autocompaixão, trabalhadas em supervisão.

5 Considerações finais

Considera-se que a aplicação do Programa Candeia alcançou os objetivos propostos. Houve um grande número de dados colhidos durante os encontros realizados com a adolescente participante e a experiência de capacitação e treinamento psicopedagógico para aplicação do programa foi enriquecedora. Vale ressaltar que os resultados de pesquisa encontrados se desdobraram em diversos outros produtos científicos do LEVICA. Dentre eles estão apresentações em congressos e mostras científicas, publicação em anais, dois trabalhos de conclusão de curso, exposições orais em rodas de conversa e também na inserção do Projeto Candeia no Conselho da Criança e Adolescente (CMDCA) de Nova Iguaçu. Os dados coletados justificam a relevância de estudos e projetos que visem o fortalecimento de autonomia desses adolescentes a fim de prepará-los de maneira efetiva diante do processo de desligamento por maioridade e também expressam a relevância da realização de maiores pesquisas e intervenções com este público. Articulando-se a essa questão, durante a aplicação do programa observou-se juntamente com a participante, o



exercício de sua autonomia de forma efetiva. Nesse sentido, pôde-se observar uma significativa conscientização sobre o processo pessoal de institucionalização da adolescente, assim como *insights* sobre sua própria trajetória de vida e a disposição em uma maior habilidade de resolução de problemas. Por fim, cabe ainda defender a implementação de projetos que visem à construção da autonomia de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e, para que a realização seja efetiva, fica evidente a necessidade de se pensar e fomentar políticas públicas que tenham como pauta projetos de desinstitucionalização.

Referências

ANTÃO, S. D.; PEIXOTO, A. C. A. **Intervenções direcionadas para crianças em vulnerabilidade social: uma Revisão Integrativa da Literatura.** In Mosaico- Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, 12(2), p.41-49, 2021.

ANTUNES, E. K. C. **Estudo de Caso sobre a aplicação do Programa Candeia: Desenvolvendo autonomia com uma adolescente recém desinstitucionalizada** (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2022.

BASTOS, R. O. **Projeto de vida de adolescentes institucionalizados.** (Dissertação de Mestrado), Universidade Portucalense, Portugal, 2014.

BERTI, V. M.; RAHIM, S. T. **Um estudo do projeto de vida profissional de adolescentes do terceiro ano do ensino médio da rede estadual em uma cidade do sul de Santa Catarina.** (Trabalho de conclusão de curso) Curso Bacharelado em Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_digital_Defeso_V2.pdf.

CALABAR, F. P. **Desenvolvimento socioemocional de adolescentes em acolhimento institucional e habilidades sociais educativas de seus educadores sociais: avaliação e grupo psicoeducativo.** 2022. p. 53-62. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.



DOS SANTOS, G. A. B.; PEIXOTO, A. C. A.; ANDRADE, M. A. R. L. **Prevenção à violência infantil utilizando o programa ACT - Raising Safe Kids.** In Revista Mosaico, 12(1), p. 76-85, 2021.

GALONI, L. L.; PEIXOTO A. C. A. **Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria.** 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

GALONI, L. L.; PEIXOTO, A. C. A.; RIBAS, G. O. **Projeto Candeia: Promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional.** (Projeto de extensão). Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PPGPSI, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Módulo Criança e Adolescente. 24o Censo da População Infantojuvenil acolhida.** 2019, Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/24o-censo/>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde. Recomendação N° 36 de 11 de Maio de 2020.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>.

MORÉ, C. L. O. O.; CREPALDI, M. A. **O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa.** In Nova Perspectiva Sistêmica, 21(43), p. 84-98, 2017. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/265>.

NASCIMENTO, I. P. **Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações.** In Imaginario, São Paulo, 12(12), p. 55-80, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso.

NOBRE, T. L. **A Técnica de construção da "Linha do tempo" como instrumento para anamnese em psicoterapia psicanalítica.** In Revista Augustus, Rio de Janeiro, 24(47), p. 92-113, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/221>.

OLIVEIRA, G. R. **Direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente.** (Dissertação do Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2022.



OLIVEIRA, G. R.; SILVA, J. C. F.; PEIXOTO, A. C. A. **Diversidade sexual e de gênero em instituições de acolhimento institucional: a invisibilidade de adolescentes LGBTIQA+**. In Revista Mosaico, 11(2), p. 140-145, 2020. Disponível em: <http://editora.universidadedevasouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2305>.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, D. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico]. VERCESI, C. F. M. P. et al. (Trad.), SILVA, M. C. de V. M. et al. (Rev.), 12. ed., Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA, L. T. K.; GODOY, D. M. A.; TERÇARIOL, D. **Estudo de Caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica**. In Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, 22(3), 2009.

RAMALHO, G. **Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2022.



Produção de Cartilha Informativa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: relato de experiência

Production of an Information Booklet on sexual violence against children and adolescents: experience report

Artur Garcia Baptistuta¹
Rafaela Jessily Machado¹
Karin Casarini²

Resumo

No Brasil a violência contra crianças e adolescentes representa uma problemática expressiva no contexto de saúde pública, assumindo proporções cada vez mais significativas, principalmente após as medidas sanitárias impostas pela Covid-19. É neste contexto que surge a proposta de elaboração da *Cartilha Informativa: Vamos Falar sobre Violência Sexual?*, derivada de um projeto de ensino e extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em parceria com um dispositivo de atenção à saúde que operacionaliza políticas de atenção aos casos de violência sexual contra o público infanto-juvenil. A Cartilha foi compartilhada virtualmente com objetivo de alcançar o público-alvo e as instituições desejadas, constituindo-se como um instrumento disparador de diálogos e reflexões, e como facilitador da disseminação de informações sobre violência sexual podendo contribuir para o fortalecimento do apoio aos responsáveis pela proteção das vítimas.

Palavras-chave: Violações de direitos humanos. Infanto-juvenil. Políticas públicas. Guia informativo.

Abstract

In Brazil violence against children and adolescents represents a significant problem in the context of public health, taking on increasingly significant proportions, especially after the sanitary measures imposed by Covid-19. It is in this context that the proposal for the elaboration of the *Informative Booklet: Let's Talk about Sexual Violence?*, originated from a teaching and extension project of the Psychology course at the Federal University of Triângulo Mineiro, in partnership with a health care device,

¹Psicólogos graduados na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - psi.arturgbaptistuta@gmail.com; rafaelajessily@gmail.com

² Docente do Departamento de Psicologia, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - karin.casarini@uftm.edu.br



which operationalizes policies for attention to cases of sexual violence against children and adolescents. The booklet was shared virtually with the aim of reaching the target audience and the desired institutions, constituting an instrument that triggers dialogues and reflections, and as a facilitator of the dissemination of information on sexual violence, which can contribute to strengthening support for those responsible for the protection of victims.

Keywords: Human rights abuses. Children and young people. Public policy. Informative guide

1 Introdução

No Brasil a violência contra crianças e adolescentes representa uma das problemáticas mais expressivas no contexto de saúde pública, assumindo proporções cada vez mais significativas. Nos últimos dez anos houve um aumento nas notificações destas ocorrências, sendo que a maior parte delas ocorreram em ambiente doméstico e foram praticadas mais de uma vez (BARBIANI, 2016).

A violência sexual infanto-juvenil pode ser compreendida como uma situação complexa que envolve uma relação distorcida entre ofensor e vítima, na qual esta participa forçosamente de atividades sexuais não apropriadas à sua idade e desenvolvimento, não possuindo capacidades emocional ou cognitiva para avaliar ou consentir o acontecimento (SANTOS & DELL'AGLIO, 2008; BARBIANI, 2016).

No ano de 2018 o Brasil registrou seu maior índice de violência sexual contra crianças e adolescentes totalizando 32 mil casos (HERDY, 2020). Entre os anos de 2011 e 2018, segundo o Balanço Geral do Disque 100, foram registradas 191.679 mil denúncias. Apesar do alto número de registros, estima-se que o número de casos seja ainda maior em função das subnotificações.

A exposição à violência pode gerar danos reais ou potenciais para saúde, desenvolvimento e dignidade pessoal, o que impõe a necessidade de criar estratégias de prevenção, cuidado e educação voltadas para essa população (DELL'AGLIO; MOURA; SANTOS, 2011). Por ser considerada um fenômeno complexo e singular o Ministério da Saúde (ECA, 1990, Lei nº 8.069/1990) recomenda o desenvolvimento de



serviços de assistência integrados e intersetoriais que atendam às necessidades das pessoas expostas. Tais serviços compreendem ações multiprofissionais de atenção em saúde, ações educativas voltadas tanto para profissionais quanto para a comunidade, e ações de segurança pública (DIAS; PARENTE; VASCONCELOS; DIAS, 2014).

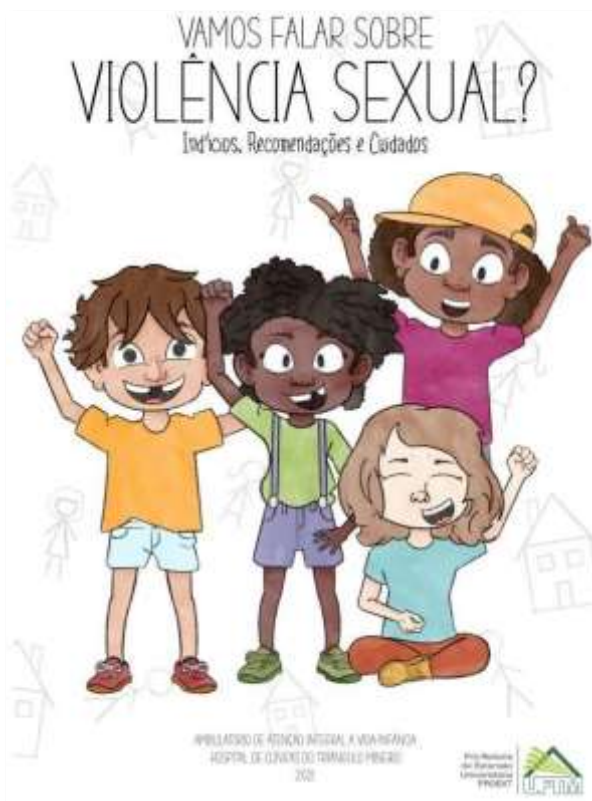
Em março de 2020, com a pandemia da Covid-19, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um artigo enfatizando que este seria um momento de maior risco de exposição à abuso, negligência e violência para menores em função da adoção de medidas de isolamento social que favorecem o convívio entre ofensores e vítimas, num contexto de redução ou afastamento completo das redes de apoio. Divulgou ainda um conjunto de orientações para as organizações e autoridades, nas quais constavam a importância de treinamentos para as equipes de saúde e de educação bem como o estímulo ao aumento do compartilhamento de informações referentes ao tema.

No sentido de ampliar potencialidades de enfrentamento que fortaleçam pessoas expostas e redes de apoio, considera-se que a proposição de estratégias de conscientização e compartilhamento de saberes podem favorecer a prevenção e educação como recursos essenciais para o combate da violência sexual infanto-juvenil. Sob esse viés, disseminar e discutir temas que se relacionem ao processo de desenvolvimento infantil, incluindo o amadurecimento físico e psíquico, as violações e os sinais de suas ocorrências podem contribuir para a identificação de situações de risco e auxiliar no processo de construção de um cuidado efetivo para as vítimas (CHILDHOOD, 2019).

É neste contexto que se apresenta a ação extensionista denominada *Cartilha Informativa: Vamos Falar sobre Violência Sexual?* (Imagem 1), derivada de um projeto de ensino e extensão do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, coordenado pela Profa. Dra. Karin A. Casarini, realizado em parceria com um equipamento público que operacionaliza políticas de atenção aos casos de violência contra o público infanto-juvenil.



Imagem 1 - Capa da Cartilha



Fonte: O autor (2021).

2 Elaboração da *Cartilha Informativa: Vamos Falar sobre Violência Sexual?*

2.1 Contextualização

No que se refere aos equipamentos públicos que integram as ações de enfrentamento e prevenção à violência contra crianças e adolescentes em Uberaba encontra-se o Ambulatório Integral de Atenção à Vida (AII) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM).

O AII/HC-UFTM é responsável pela assistência especializada em saúde de casos confirmados ou suspeitos de violências contra a população infanto-juvenil, de zero a 17 anos, ocorridos nas 72 horas anteriores à denúncia ou entrada em serviço de emergência. Constitui equipamento de referência atendendo usuários de 27



municípios componentes da macrorregião do Triângulo Sul.

O AII/HC-UFTM organiza-se por meio de um trabalho multiprofissional e interinstitucional realizado por profissionais da medicina, psicologia, enfermagem e serviço social. Os planos de cuidados desenvolvidos são delineados durante as consultas multiprofissionais, visando promover ações que contemplem a saúde física e psicossocial da população atendida.

A partir do plano de cuidados, consultas psicológicas com a criança/adolescente e o adulto responsável são iniciadas com o objetivo de ofertar ações de atenção à saúde mental que favoreçam a recuperação dos danos ocasionados pela exposição à violência e a prevenção de novos episódios. É importante salientar que o ambulatório está inserido na rede de atenção psicossocial e que busca continuamente o diálogo com os diferentes órgãos que visam a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

A equipe de psicologia é formada por uma docente do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e por estudantes, que integram um projeto de ensino e extensão, organizado em torno de um estágio profissionalizante curricular.

As atividades desenvolvidas incluem escuta qualificada e avaliação de necessidades psicossociais, consultas psicológicas de acompanhamento em longo prazo, participação nas consultas multiprofissionais e em discussões de caso na equipe e com a rede de atenção psicossocial bem como em ações educativas realizadas em contextos escolares.

De acordo com levantamento realizado por Machado (2021), no ano de 2020, foram recebidos no AII/HC-UFTM 87 casos, sendo 32 correspondentes a casos novos, em primeira consulta. Em função das restrições sanitárias impostas pela Covid-19, das 193 consultas agendadas, 46 não foram realizadas por ausências das famílias e 23 foram desmarcadas pelo próprio serviço.

A maioria das crianças e adolescentes recebidos era do sexo feminino, procedentes do município de Uberaba, com idade entre um e 16 anos, expostos à violência sexual intrafamiliar perpetrada por ofensores predominantemente do sexo



masculino e pertencentes ao círculo familiar. Nesse período as consultas psicológicas presenciais foram suspensas, conforme orientações do próprio serviço, sendo ofertados atendimentos psicológicos mediados por tecnologias de informação e comunicação (TICs) ao adulto responsável, quando apresentavam-se condições materiais de acesso às mesmas, de segurança e de privacidade no ambiente doméstico.

Desse modo, houve uma forte restrição nas atividades desenvolvidas pela equipe de psicologia ampliando as necessidades do desenvolvimento de recursos de intervenção que pudessem ser utilizados com baixo custo e à distância.

2.2 Processo de construção da Cartilha Informativa

A equipe de psicologia, composta então por 12 estudantes e uma docente, por meio de reuniões virtuais semanais, realizadas no ano de 2020, elaborou uma Cartilha informativa e preventiva com os objetivos de divulgar informações e fomentar diálogos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como recomendar cuidados e serviços que pudessem oferecer assistência e proteção à família. O processo de construção da Cartilha foi dividido em:

(a) Levantamento e leitura de referencial teórico

Foram buscados artigos e textos científicos que tratassem da temática especialmente nos seguintes aspectos: características e tipologia da violência, sinais e sintomas comumente associados à exposição, desenvolvimento humano e sexualidade, e estratégias de prevenção da violência. Foram também consultadas publicações da rede de atenção psicossocial de Uberaba, disponíveis nos sites da Prefeitura Municipal, sobre o fluxo municipal de enfrentamento à violência, materiais literários infanto-juvenis que tratassem da temática e publicações ou exemplares de cartilhas informativas utilizadas no contexto de atenção à saúde. O conjunto de materiais identificados foi lido e discutido pelo grupo compondo uma fonte de informação e de ideias para o planejamento e



organização da Cartilha.

(b) Discussão de experiências dos estagiários no AII/HC-UFTM

Foram também examinadas as experiências dos estagiários no AII/HC-UFTM a partir dos contatos com as histórias dos casos com o objetivo de identificar situações que representassem necessidades de informação ou que indicassem aspectos importantes a serem abordados.

(c) Definição de eixos temáticos, redação do texto informativo e elaboração das ilustrações

Procurou-se, a partir de demandas observadas junto às famílias, organizar um conjunto de conteúdos informativos que respondessem às mesmas de modo articulado aos conhecimentos produzidos no campo científico. Estes conteúdos foram separados em eixos temáticos: *O que é violência?*, *Como notar se há violência?*, *Sinais de alerta*, *Tem como evitar a violência?*, *O que ensinar em cada idade?*, *O que fazer em caso de violência?*, apresentados por meio de textos curtos, escrito em linguagem acessível e clara, e acompanhados de ilustrações, como exemplificado nas Imagens 2 e 3.



Imagem 2 - Seção *O que é violência?*



Fonte: O autor (2021).

Imagem 3 - Seção *Sinais de Alerta*



Fonte: O autor (2021).



O processo de redação do texto e da eleição de ilustrações pertinentes foi realizado a partir de formulações e sugestões compartilhadas pelos estudantes e pela docente, sendo revisadas e alteradas até que todo o grupo concordasse com as resoluções propostas para sanar todas as discordâncias e ambiguidades identificadas.

(d) Finalização da Cartilha

O material, organizado em sua forma final, foi apresentado à equipe multiprofissional do AII/HC-UFTM com o objetivo de obter impressões e sugestões de novos ajustes. Desse modo, a Cartilha *Vamos falar sobre Violência?* constitui-se como material informativo sobre violência sexual contra criança e adolescente oferecendo orientações sobre como preveni-la, identificá-la e o que fazer caso ela ocorra. Apresenta ainda informações sobre desenvolvimento humano, que auxiliam no entendimento da sexualidade ao longo do desenvolvimento, buscando instrumentalizar cuidadores e jovens na prevenção de uma violação.

Por fim, a Cartilha foi organizada de modo a ser uma ferramenta de consulta e disseminação de informações claras, acessíveis e atrativas, a fim de alcançar o maior número possível de pessoas, independente da condição socioeconômica e da faixa etária. A divulgação da Cartilha favorece a adoção de medidas de cuidado e proteção de crianças e adolescentes, além de auxiliar nas ações de enfrentamento e denúncias de atos violentos, como exemplifica a Imagem 4.



Imagem 4- Seção Aonde eu vou?



Fonte: O autor (2021).

2.3 Aplicações e Usos da Cartilha Informativa

A partir de sua finalização a Cartilha Informativa foi compartilhada virtualmente pela equipe de psicologia junto às famílias acompanhadas no AII/HC-UFTM, aos órgãos da rede de atenção psicossocial do município e na página da UFTM, tornando-se material auxiliar para intervenções psicossociais.

Observou-se que, especialmente durante os momentos de imposição de distanciamento social, a Cartilha favoreceu o contato com as famílias expostas à violência constituindo-se como instrumento disparador de diálogos e reflexões. Além disso, ela pareceu facilitar a disseminação de informações sobre violência sexual entre



os diversos membros das famílias expostas, contribuindo para o fortalecimento do apoio ao cuidador responsável pela proteção da criança ou do adolescente.

Com a retomada das atividades escolares presenciais a equipe de psicologia foi convidada, por uma escola municipal, para apresentar a Cartilha para crianças e adolescentes, com idade entre sete e 12 anos, em sala de aula. Realizou-se uma leitura conjunta e dialogada do texto favorecendo o processo de informação das crianças e adolescentes, e o esclarecimento de dúvidas.

Estas experiências se mostraram potentes formas de intervenção em nível preventivo, estimulando o planejamento e organização de rodas de conversas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, utilizando a Cartilha como instrumento disparador. Desse modo, solicitou-se a impressão física da Cartilha, que foi concluída em agosto de 2022, e, atualmente, a equipe de psicologia tem trabalhado para a execução de tais rodas de conversa em contextos escolares.

3 Considerações Finais

A Cartilha Informativa, resultante de uma ação extensionista vinculada a um projeto de ensino e extensão executado em parceria com um dispositivo de assistência em saúde, mostrou-se instrumento útil e versátil para o trabalho com famílias expostas à violência sexual, na medida em que contribuiu para a realização de intervenções nos formatos presencial e virtual, de natureza preventiva, mas também junto às situações em que violações já haviam ocorrido.

Destaca-se que a organização textual e as ilustrações permitiram que o material fosse acessível a pessoas pertencentes a diferentes faixas etárias e condições socioeconômicas, além de ser potencialmente responsivo às necessidades identificadas junto a esta população. Tais características são relevantes ao considerar as desigualdades presentes na sociedade brasileira e a exigência de fomentar ações de saúde equitativas e integrais.

Materiais como este podem contribuir para a disseminação de informações ligadas aos direitos da infância e juventude no Brasil, promovendo a conscientização



da população de modo rápido e simples, fortalecendo o protagonismo comunitário no enfrentamento da violência e a promoção do cuidado e proteção de crianças e adolescentes.

Ressalta-se ainda que esta iniciativa promoveu significativas oportunidades de ensino e aprendizado, tanto aos estudantes quanto para a docente, em um momento em que a maioria das atividades de estágio e de extensão foram suspensas na Universidade em função da Covid-19.

O processo de elaboração da Cartilha requereu o desenvolvimento criativo de recursos para a manutenção do contato e do cuidado com as famílias expostas a violência, estimulando o estudo e a reflexão sobre formas de atuação inovadoras da psicologia no âmbito da saúde.

Por fim, salienta-se que a alta prevalência da violência contra crianças e adolescentes, bem como a significativa vulnerabilidade de grande parte das famílias brasileiras, estabelecem a urgência dos esforços para a consolidação das políticas públicas de proteção aos direitos da criança e adolescente especialmente por meio de ações preventivas. Neste sentido, materiais como a Cartilha aqui apresentada podem desempenhar importante papel no planejamento e realização de intervenções intersetoriais.

Referências

BARBIANI, R. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. **Saúde Debate**, v. 40, n. 109, p. 200-211, mai./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WKKJ9BtCkdfkQMJY9tYPZ3k/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 19 set. 2021.

CHILDHOOD. Educação sexual para a prevenção do abuso de crianças e



adolescentes. 2019. Disponível em:

<<https://childhood.org.br/educacao-sexual-para-a-prevencao-do-abuso-sexualde-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 19 set. 2021.

DELL'AGLIO, D. D.; MOURA, A. ; SANTOS, S. S. Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: considerações teóricas e práticas. **Psicologia Clínica**, v. 23, p. 53-73, 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652011000200005. Acesso em: 18 set. 2021.

DIAS, M. S. A.; PARENTE, J. R. F.; VASCONCELOS, M. I. O.; DIAS, F. A. C.

Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4371- 4382, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/crwbjGhzHJ3vvRN3RDYchRB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2021.

FEUERWERKER, L.; COSTA, H. Intersetorialidade na rede UNIDA. **Divulg. saúde debate**, n. 22, p. 25-35, 2000. Disponível em: <>. Acesso em:

HERDY, T. Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. **Globo.com**, Rio de Janeiro, v. 2, 2020. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadassexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326>. Acesso em: 19 set.2021.

LERNER, T.; PAULINO, S. E. Isolamento social e riscos de abuso infantil. **Sociedade de Pediatria de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<<https://www.spsp.org.br/2020/05/19/isolamento-social-e-riscos-de-abusosexual-infantil/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MAIA, A. C. B.; Pastana, M.; Pereira, P.C.; Spaziani, R.B. Projeto de intervenção em educação sexual com educadoras e alunos de uma pré-escola. **Revista Ciência em Extensão**, v. 7, n. 2, p. 115-129, 2011. Disponível em: <

https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/419>. Acesso em: 13 dez 2022.

PINTO, B. K.; SOARES, D. C.; CECAGNO, D.; MUNIZ, R. M. Promoção da saúde e intersetorialidade: um processo em construção. **Rev. Min. Enferm.**, v. 16, n. 4, p. 487-493, 2012. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/552>. Acesso em: 18 set. 2021.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia**,



Campinas, v. 25, n. 4, p. 596-606, dez. 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/M3MMpw8W7KgjNmLn5Tg3Q4F/?lang=pt#>>.

Acesso em: 19 set. 2021.

SCORSOLINI-COMIN, F.; VILELA E SOUZA, L.; SANTOS, M.

A. Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 113-125, dez. 2008. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2021.

SOUZA, M. C.; ARAÚJO, T. M.; JÚNIOR, W. M. R.; SOUZA, J. N.; VILELA, A. B. A.; FRANCO, T. B. Integralidade na atenção à saúde: um olhar da Equipe de Saúde da Família sobre a fisioterapia. **O Mundo da Saúde**, v. 36, n. 3, p. 452-460, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mis-36731>. Acesso em: 18 set. 2021.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Covid-19: Crianças em risco aumentado de abuso, negligência, exploração e violência em meio a intensificação das medidas de contenção. 2020. Disponível em: <

<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/comunicados-de-imprensa/covid-19-crian%C3%A7as-em-riscos-elevados-de-abuso-neglig%C3%Aancia-explora%C3%A7%C3%A3o-e>>. Acesso em 13 dez.2022.



Construindo hábitos alimentares na infância: um olhar para o futuro

Building childhood eating habits: a look to the future

Luana Lima de Mesquita¹
Paloma Gonçalves de Sousa¹
Yve Ferreira Gomes dos Santos¹
Ana Beatriz de Araújo Ferreira¹
Bruna Marcelle Peixoto Souza¹
Camila dos Santos Américo Dantas¹
Caroline Chaves Augusto Leitão¹
Claudilene da Silva Porto¹
Elaíde Cristina Araújo¹
Gustavo Henriques Chifarelli¹
Juliana Rodrigues Nascimento¹
Larissa Almeida Silva¹
Paloma Silva Mendes¹
Reidner da Silva Rivelto¹
Luciana Ribeiro Trajano Manhães²

Resumo

Sabe-se que diversos fatores estão correlacionados no que se refere à promoção de uma melhor qualidade de vida e prevenção de doenças, incluindo a garantia de uma alimentação adequada desde os primeiros anos de vida de um indivíduo. Crianças que, durante seu desenvolvimento, mantêm uma alimentação adequada, baseada em alimentos do tipo *in natura* e/ou minimamente processados, apresentam maiores chances de se tornarem adultos saudáveis no futuro. Diante disso, este relato de experiência do Projeto de Extensão Universitário “NutriAção - Projeto de Incentivo a Nutrição e Alimentação Saudável nas Comunidades”, cujo propósito é baseado na alimentação saudável infantil, visa ilustrar a ação de práticas de educação alimentar e nutricional como estratégia na construção de hábitos alimentares saudáveis na infância a partir de atividades em instituições filantrópicas na cidade do Rio de Janeiro.

¹ Discentes do curso de Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - luana.mesquita@edu.unirio.br; palomasousa@edu.unirio.br; yveferreira@edu.unirio.br; anabia@edu.unirio.br; brunapeixoto@edu.unirio.br; camiladantas@edu.unirio.br; carol.leitao@edu.unirio.br; claudilenenutri@edu.unirio.br; elaidearaujo@edu.unirio.br; gustavohenriques11@edu.unirio.br; juliana.nascimento@edu.unirio.br; larissa.silva@edu.unirio.br; paloma.18@edu.unirio.br; reidner.rivelo@edu.unirio.br

² Docente do curso de Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - lucianartmanhaes@gmail.com



Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional. Alimentação infantil. Saúde.

Abstract

It is known that several factors are correlated with regard to the promotion of a better quality of life and disease prevention, including ensuring adequate nutrition from the first years of an individual's life. Children who, during their development, maintain an adequate diet, based on *in natura* and/or minimally processed foods, are more likely to become healthy adults in the future. Therefore, this experience report of the University Extension Project "NutriAção - Incentive Project for Nutrition and Healthy Eating in Communities", whose purpose is based on healthy infant nutrition, aims to illustrate the action of food and nutrition education practices as a strategy in construction of healthy eating habits in childhood from activities in philanthropic institutions in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Food and nutrition education. Infant feeding. Health.

1 Introdução

A educação alimentar e nutricional (EAN) é considerada um amplo campo de conhecimento e prática contínua, permanente e multiprofissional, no qual diferentes abordagens nutricionais podem ser utilizadas para sua aplicação.

Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013), a EAN tem como objetivo contribuir na garantia da segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada. Portanto, sua prática deve ser incentivada gradualmente desde os primeiros anos da infância para que ocorra adesão da criança à alimentação segura e saudável, perpetuada por todas as fases de sua vida.

Sabe-se que a idade pré-escolar é marcada por processos extremamente relevantes para formação do indivíduo. Nesta fase ocorre o desenvolvimento de importantes habilidades cognitivas, linguísticas, físicas e psicossociais, além do desenvolvimento dos hábitos alimentares, os quais são primordiais para o adequado consumo de macro e micronutrientes essenciais na garantia da saúde e crescimento esperado (GANDRA, 1981).



Entretanto, ao utilizar como base o contexto da pandemia da COVID-19 foi possível observar, a partir de um estudo realizado pela United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF, 2021), que 50% das famílias com crianças menores de 6 anos, sendo 25% com renda familiar de até um salário mínimo e 25% com renda familiar de dois a cinco salários mínimos, apresentaram um elevado consumo de alimentos do tipo ultraprocessados, os quais caracterizam-se por serem ricos em conservantes e açúcares e estarem diretamente relacionados com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

Observou-se também o reduzido consumo de alimentos do tipo *in natura* e minimamente processados, como frutas, legumes e hortaliças, na maioria das vezes devido a desigualdade no acesso a esses alimentos pela população em situação de vulnerabilidade social.

Sabe-se que a exposição a alimentos do tipo ultraprocessados durante a infância é impulsionada em grande parte pela mídia através de publicidades inadequadas (PEREIRA, 2021), onde estas fazem uso de técnicas persuasivas apelativas para atingir o público infantil (SOUZA, 2014), podendo levar risco à saúde das crianças em idade pré-escolar e escolar, tais como carências vitamínicas e desenvolvimento de doenças crônicas, como obesidade e dislipidemia.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva relatar a experiência extensionista do projeto "*NutriAção - Projeto de Incentivo a Nutrição e Alimentação Saudável nas Comunidades*" mediante ações de educação alimentar e nutricional na construção de hábitos alimentares saudáveis na infância e com isso minimizar os possíveis riscos de desenvolvimento de doenças crônicas que podem desencadear impactos na adolescência e fase adulta.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia



Criado em 2018, o Projeto de Extensão universitário intitulado “NutriAção - Projeto de Incentivo a Nutrição e Alimentação Saudável nas Comunidades”, vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tem por primazia a promoção da educação alimentar e nutricional (EAN) ao público infantil de idade pré-escolar e escolar através de ações presenciais e virtuais de EAN.

As ações presenciais acontecem em creches filantrópicas que atendem crianças em vulnerabilidade social e as ações virtuais acontecem através de materiais educativos disponibilizados no perfil da página do projeto na rede social Instagram®.

Atualmente a equipe é composta por 14 discentes da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a docente coordenadora. Em junho de 2022 o projeto iniciou ações presenciais em uma instituição filantrópica localizada no bairro da Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro, a qual conta com seis turmas: berçário 2A, maternal 1A, maternal 2A, pré-escola 1A, pré-escola 1B e pré-escola 2A.

Em uma ação realizada no mês de agosto de 2022 os discentes do projeto, sob supervisão de sua coordenadora responsável e apoio das nutricionistas vinculadas à creche, elaboraram atividades voltadas à EAN tendo como temática a ser trabalhada o “grupo das frutas” evidenciando para as crianças como o consumo variado desses alimentos do tipo *in natura* se fazem fundamental para o estabelecimento de uma alimentação saudável.

Foram realizadas várias reuniões para planejamento das atividades, execução dos materiais a serem utilizados e treinamento da equipe. Dentre esses inclui-se documentos, roteiro de execução de teatros com fantoches, roteiro de falas, pesquisa sobre escala hedônica facial e execução de material lúdico, arte cenográfica e trabalhos de audiovisual como vídeos lúdicos sobre a temática.

2.2 Resultados e discussão

As atividades foram realizadas com cinco turmas da instituição: maternal 1A, maternal 2A, pré-escola 1A, pré-escola 1B e pré-escola 2A, totalizando 67 alunos



presentes na data da ação, com idades entre 2 anos e meio e 6 anos e meio. A ação foi organizada em três atividades, sendo elas: apresentação de vídeo, peça teatral com fantoches e atividade sensorial.

Na primeira atividade foi apresentado um vídeo lúdico e educativo (Imagem 1) produzido pelos alunos integrantes e autores deste trabalho sobre a origem das frutas e nele expressava como se transcorre o cultivo de árvores frutíferas e elucidava sobre os diferentes tipos de frutas e suas diversas formas, cores e riqueza de vitaminas, além de reforçar a relevância de uma alimentação saudável, baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados, como sugere o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014).

Imagem 1 - Apresentação do vídeo educativo sobre as frutas



Fonte: Mesquita (2022).

Os alunos da instituição, no decorrer do vídeo, interagiam entre si comentando acerca do conhecimento de determinada fruta mostrada nas imagens bem como demonstravam consciência de sua importância para a saúde e manifestavam já terem experimentado ou não determinadas frutas dentre as presentes no vídeo.

A segunda atividade contou com a apresentação de um teatro com fantoches



(Imagem 2) no qual o diálogo dos personagens, com uma linguagem de fácil entendimento infantil, baseava-se na temática das frutas e contava com a interação dos alunos da instituição.

Imagem 2 - Apresentação do teatro com fantoches.



Fonte: Mesquita (2022).

O diálogo entre os personagens evidenciava o quão as frutas são fundamentais para manter nosso corpo saudável, forte e nutrido. Os discentes que conduziram a peça teatral estimulavam a participação das crianças a partir de perguntas efetuadas pelos fantoches, como: “qual a sua fruta preferida?”, “você prefere as frutas doces ou azedas?”, “quais frutas tem a cor vermelha?”.

Ao final do teatro, os fantoches indagavam os alunos a terem o contato com as frutas afirmando que prepararam uma surpresa. A “surpresa” era referente a terceira atividade, na qual as crianças puderam participar de uma experiência sensorial muito proveitosa.

A atividade final foi realizada no refeitório da instituição, para que os alunos explorassem o que foi ensinado. Na ocasião, foi proposto uma experiência sensorial



(Imagem 3) com quatro frutas previamente higienizadas e cortadas que foram abordadas nas duas atividades anteriores.

As frutas ofertadas foram: banana, maçã, mamão e melancia. Os alunos foram estimulados a conhecerem e explorarem cada fruta individualmente. Tal atividade visava estimular que eles tocassem, sentissem o cheiro e experimentassem as frutas.

Imagem 3 - Atividade sensorial com as frutas.



Fonte: Santos (2022).

Nesse momento, também foi apresentada uma escala hedônica facial ao aluno enquanto ele provava individualmente as frutas e ele era motivado a expressar, através dela, o grau de aceitação (Imagem 4). Assim, a criança tinha a possibilidade e voz para expressar qual sua opinião sobre a fruta ofertada a partir de cinco opções: detestei, não gostei, indiferente, gostei e gostei muito, que eram demonstradas a partir de expressões faciais presentes na escala.



Imagem 4 - Teste de aceitação das frutas com o uso da escala hedônica facial.



Fonte: Manhães (2022).

Cabe destacar que tornar o momento da alimentação prazeroso, sem tensão, com experiências positivas é um dos “12 passos para uma alimentação saudável”, segundo o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos de Idade (BRASIL, 2019).

Isto posto, ao final da ação houveram diversos depoimentos das próprias crianças da creche onde reforçaram como foi divertido aprender sobre as frutas e experimentá-las, e sobre a importância de comê-las para ficarem mais saudáveis.

É válido destacar que em reunião de pais em data posterior a esta ação foi possível ouvir relatos demasiadamente positivos a respeito das atividades realizadas com os alunos. Os responsáveis relataram que as crianças “pediram para eles comprarem frutas”, que “gostaram de experimentar frutas” e que “iriam crescer fortes, pois comeram frutas”, o que nos demonstra um excelente resultado acerca das três atividades desenvolvidas pelo projeto e aplicadas na instituição.



3 Considerações Finais

Em virtude dos relatos realizados pela equipe a partir da observação das crianças durante a ação e do relato dos pais após a ação foi possível observar a importância de ações de Educação Alimentar e Nutricional durante a infância, principalmente quando aplicadas de forma assertiva. Essas ações são estratégias plenamente efetivas na construção de hábitos alimentares saudáveis durante a infância e que poderão trazer resultados positivos a respeito da saúde do indivíduo no futuro.

Referências

Almeida, M. S.; Linhares, I. C.; Brum, L. S. A.; Coelho, L. S.; Machado, M. S.; Pinto, P. M. O impacto da má alimentação infantil à longo prazo na saúde do adulto. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 39, p. E9272, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reac.e9272.2021>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2ªed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022..

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed.,1.reimpr. - Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.



Gandra, Y. R.. O pré-escolar de dois a seis anos de idade e o seu atendimento. **Revista de Saúde Pública** [online]. v. 15, n. suppl , p. 3-8, 1981. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89101981000700002>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Pereira, A. N. Influência dos meios de comunicação no comportamento alimentar de crianças e adolescentes: uma revisão. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 16750-16755, jul./ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv4n4-188>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Silva, L. A. C.; Costa, A. B. J.; Lopes, C. A. A. Food and Nutrition Education: use of audiovisual resources in the complementary feeding of children in Primary Health Care. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e7111729580, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29580. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29580>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Souza, G.F. O efeito de vídeos de alimentação saudável sobre as escolhas de alimentos em crianças. 2014. 108 p. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/10814>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Alimentação na Primeira Infância: Conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.



Em nome do sujeito: psicanálise, arte e educação, o trabalho em rede em prol de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

In the name of the subject: psychoanalysis, art and education, networking for vulnerable children and teenagers

Lucia Maria de Freitas Perez¹

Rita Maria Manso de Barros¹

Alice Cristina Ensá²

Resumo

Este relato de experiência aborda a trajetória e o redirecionamento do projeto de extensão “Em nome do Sujeito: Encontros de Psicanálise, Educação, Literatura e Artes”, que compõe o programa de extensão “Enredando Saberes: Impasses da Prática”, vigente desde o ano de 2017 e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Buscamos apresentar como a Psicanálise, dentro da extensão universitária, pode contribuir com a causa de direitos humanos, com ênfase em crianças e adolescentes. Bem como interrogar o lugar concedido ao sujeito nos diferentes dispositivos institucionais, partindo da premissa de que o contato com a arte aliado a uma escuta marcada pela psicanálise se configura como possibilidade de enfrentamento político no lidar com o mal-estar na cultura.

Palavras-chave: Programa de extensão. Psicanálise. Arte. Cultura.

Abstract

This experience report addresses the trajectory and redirection of the extension project "In the name of the Subject: Meetings of Psychoanalysis, Education, Literature and Arts", part of the extension program "Weaving Knowledge: Dead-locks of Practice", in force since the year of 2017, integrating the Dean of Extension and Culture of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). We seek to reflect on how Psychoanalysis within the university extension can contribute to the cause of human rights, with an emphasis on children and teenagers. As a goal, we seeks to question the place granted to the subject in the different institutional devices, starting from the premise that the contact with art allied to a listening marked by psychoanalysis are configured as possibilities of political confrontation in dealing with the malaise in culture.

¹ Docentes do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - luciafreitasperez@gmail.com; ritamanso2008@gmail.com

² Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - alice.ensa@gmail.com



Keywords: Extension program. Psychoanalysis. Art. Culture.

1 Introdução

Apresentamos, sob a forma de relato de experiência, o projeto de extensão “Em nome do Sujeito: encontros de psicanálise, educação, literatura e artes”, desenhando sua linha do tempo e traçando seus atuais objetivos. Criado em 2017, como parte do programa de extensão "Enredando, saberes, impasses da prática", está vinculado aos núcleos de pesquisa "O que pode a psicanálise oferecer à educação" e "Violência, pulsão e gozo: o ódio ao feminino". Através de encontros semanais de estudo e planejamento, buscava a formação de bolsistas e voluntários para atuação no programa, capazes de promover eventos artísticos e culturais em diferentes espaços da UNIRIO e do município do Rio de Janeiro. Dentre os eventos propostos na primeira etapa destacaram-se visitas a exposições e museus, promoção de saraus, lançamentos de livros, entre outras atividades, sempre acompanhadas por rodas de conversa. Em 2018, através da parceria com Serviço de Psicologia da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE), originou-se o Programa Interinstitucional “Eu apoio a voz do adolescente”, cujo convênio foi formalizado em Diário Oficial, em 28/01/2018, e, desde então, até maio do presente ano, o projeto voltou-se, de forma privilegiada para a socioeducação.

Na construção desse trabalho em rede, contamos com a participação dos setores educativos do Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ), do Museu Histórico Nacional (MHN) e do Palácio Tiradentes da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), com alunos de graduação da UNIRIO, professoras psicanalistas do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE-UNIRIO) e, especialmente, com o Serviço de Psicologia da VEMSE - Vara de Execução de Medidas socioeducativas da Comarca da Capital. Nosso grande objetivo passou a ser, através das ações e atividades propostas, colaborar com a única psicóloga dessa Vara, tanto na escuta dos adolescentes em conflito com a lei, como na dos diferentes



profissionais da educação que atuavam no trabalho socioeducativo na Comarca do Rio de Janeiro.

O trabalho em rede constituído por essa parceria possibilitou-nos percorrer caminhos de emancipação e de construção de cidadania, que favoreciam a emergência e o empoderamento dos sujeitos participantes. As atividades propostas, sempre sucedidas por rodas de conversa, promoviam uma reflexão coletiva a respeito das posições e papéis desempenhados por esses diferentes atores na sociedade. Nelas, os adolescentes e seus familiares eram convidados a elaborar suas experiências e, a partir de seus desejos e possibilidades, vislumbrar caminhos para a construção de um novo destino.

Desde 2018 até meados de março de 2020, quando, em função da pandemia, tivemos que interromper nosso trabalho presencial. As visitas mediadas realizadas em museus e centros culturais, a apresentação de esquetes teatrais, que culminavam sempre em rodas de conversas, nas quais os adolescentes e seus familiares expunham e discutiam sua experiência na socioeducação à luz das vivências artísticas, históricas e culturais experimentadas ao longo do dia, exerceram um papel de destaque no cenário do trabalho socioeducativo realizado no âmbito do Rio de Janeiro.

A partir de uma perspectiva que objetivava provocar efeitos transformadores nos jovens e no tecido social, escutar os adolescentes e seus familiares era por nós tomado como um trabalho socioeducativo crucial e, para tanto, pareceu-nos necessário ir além do convite para a já tão importante manifestação oral. Consideramos imprescindível registrar e anexar tais considerações a seus processos físicos em um documento, “denominado por nós como ‘A voz do adolescente’ que, quando autorizados pelos autores, puderam ser anexados aos seus autos processuais, fazendo reverberar a voz e a perspectiva desses jovens no espaço jurídico” (PEREZ et al., 2021, p 304).

2 Da socioeducação à juventude marginalizada



Nosso trabalho encontra respaldo jurídico no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990 e formulado a partir da Constituição Federal de 1988. Esse importante documento traz no seu terceiro artigo:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p.15).

Segundo relatório da ABRINQ (2022), o número de mortes violentas de pessoas menores de 19 anos foi de 6,7 mil em 2020, o que nos mostra como essa parcela da população está em posição de vulnerabilidade social e tem seus direitos negligenciados, sem políticas públicas que ajam de forma efetiva para a preservação e segurança dessa faixa etária. A negação de direitos e privação de qualidade de vida associadas à pobreza são uma das responsáveis pela criminalidade infanto-juvenil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em 2018 o Brasil possuía 117 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. (BRASIL, 2018, p.5). Apesar de ser uma alternativa que deveria ser exceção, o encarceramento juvenil tornou-se quase compulsório, seja pela falta de profissionais para atendimento na área ou por não acreditar na execução de medidas em meio aberto, fazendo com que as unidades do DEGASE sofressem com a superlotação. Tal situação levou o Supremo Tribunal Federal (STF), representado pelo ministro Edson Fachin, a atender ao pedido de Habeas Corpus (HC) de número 143.988 da Defensoria Pública do Espírito Santo, determinando o cumprimento da excepcional medida de Internação Domiciliar (BRASIL, 2018).

Neste importante documento, os ministros do STF reconhecem os malefícios gerados pela internação, posto que esta reforça o caráter carcerário e ignora os direitos da Criança e do Adolescente assegurados pelo ECA, que dentro de um país que



enfrenta uma onda reacionária vê o estatuto como um inimigo e defende políticas de redução da maioria penal e um certo apego ao extinto código de menores.

A introdução dessa medida de exceção - “Internação domiciliar” - e o grande número de jovens colocados nessa condição, redirecionou o foco de nosso projeto, até então mais centrado nos adolescentes que cumpriam medidas em “Liberdade assistida”. Importante frisar que os jovens em cumprimento dessa nova medida estavam impossibilitados de circular pela cidade, somente podendo participar de nossas atividades acompanhados de seus pais e/ou responsáveis, dentro do Palácio da Justiça. Tal mudança de foco contribuiu para que, necessariamente, passássemos a incluir os pais e familiares desses jovens em nossas atividades, e conseqüentemente rever nosso plano de ação, posto que a circulação por múltiplos espaços não lhes era facultada.

Buscando no acervo bibliográfico do programa de extensão, encontramos o seguinte relato:

Desde a rua, eram convidados a examinar coletivamente a fachada do prédio, adentrando até o interior dos diversos salões, mediados pelas intervenções do setor educativo do museu, que buscavam despertar a curiosidade dos adolescentes pelo espaço. Durante o percurso, discutiam-se, entre outros assuntos, temas referidos aos sentidos que podem ser conferidos à palavra justiça. O momento culminante se dava no Salão do Antigo Tribunal do Júri, quando os adolescentes dramatizavam um ato que narrava, ao modo do júri popular, um processo de julgamento. A dramatização lhes permitia, além de experienciar diferentes papéis, refletir coletivamente sobre as encenações e sobre valores éticos e morais (PEREZ et al, 2021, p.306).

A partir do momento em que o programa passou a atender os adolescentes que estavam sob o regime de internação domiciliar, essa dramatização foi substituída por esquetes produzidas pelo grupo cultural Kriadaki, protagonizada pelos atores Adriano Rodrigues Oliveira (Jacaré) e Edson Sodré, alunos do curso de teatro da UNIRIO. A peça, sempre provocativa, era o ponto gerador de uma roda de conversa com os adolescentes e seus familiares. O dia tinha assim atividades voltadas a visitas ao Museu da Justiça que somadas a esquete teatral, culminando em rodas de conversa com os adolescentes e seus familiares. Nessas rodas surgiam relatos sobre suas



experiências durante o período de internação, os traumas gerados, a negligência estatal, a dificuldade para realização de matrícula nas escolas, testemunhando a falta de acompanhamento e de políticas efetivas de assistência a esses adolescentes.

Embora mais de 30 anos tenham decorrido, desde a promulgação do ECA, percebemos que conquistas ali preconizadas ainda não se efetivaram no cotidiano da realidade brasileira. Transformações se fazem ainda necessárias, especialmente no que tange ao tratamento conferido à juventude pobre e negra, predominante no sistema socioeducativo. Por colocar em trabalho esses impasses e apostando, com Lacan, que o psicanalista pode estender sua ação e seu campo de reflexão para as questões de seu tempo, consideramos da maior importância a parceria estabelecida na tentativa de fazer avançar alguns desses imperativos. A passagem por essas vivências produziu efeitos não só nos adolescentes que cumprem algum tipo de medida, mas em todos os que participam do processo: alunos de diferentes cursos tais como Pedagogia, Biologia, Música, Teatro, Serviço Social, além de voluntários da Museologia e da Filosofia, enredando saberes na construção de uma prática mais inclusiva e que faz valer a função do sujeito.

Imagem 1 - Dramatização da peça “Nosso Evangelho”



Fonte: O autor (2019).

Em virtude da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), que interrompeu as atividades presenciais, o projeto se voltou para a elaboração de materiais didáticos que poderiam ser empregados pela psicóloga da vara em seus contatos virtuais com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, para a formação dos discentes voluntários, e de novos bolsistas com o aprofundamento de estudos sobre a



temática, à organização do material coletado durante a experiência e a construção de um site para o Programa. Dentre os materiais desenvolvidos, destacam-se a criação de tirinhas, e um *rap* intitulado “Artigo 59”, fazendo referência ao artigo 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz o direito à cidade como obrigação dos municípios apoiados pelos estados e a União.

Ao final da pandemia, no retorno às atividades presenciais, mais precisamente em maio de 2022, fomos surpreendidos com a extinção do Setor de Psicologia da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital e, conseqüentemente, com o final de nossa parceria. Situação que exigiu que nosso projeto fizesse um novo redirecionamento, tomando outros rumos.

3 Conclusão

Movidos pelo questionamento: “Que contribuições pode a psicanálise e, mais especificamente, a psicanálise em extensão, inserida na Universidade, oferecer à causa dos direitos humanos?”, direcionamos o projeto de extensão para a oferta de atividades educativas, culturais e de escuta subjetiva para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em parceria com o já citado “Grupo Cultural Kriadaki”, sediado na comunidade do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, bem como retomamos a promoção de atividades culturais dentro da UNIRIO.

As ações por nós desenvolvidas em diferentes cenários institucionais permitem que interroguemos, a partir de uma pesquisa-ação, o lugar conferido ao sujeito em diferentes dispositivos sociais, fazendo avançar as seguintes questões: Que relações podem ser estabelecidas entre o trabalho do artista, o do psicanalista e o do educador comprometido com a causa do desejo? O contato com a história, com a arte, com a literatura, com artistas e psicanalistas abre, mesmo, caminhos para uma transmissão que leve em conta o sujeito? Que efeitos podem ser recolhidos de uma experiência que coloca em trabalho impasses históricos, tais como o “racismo estrutural”?



Ao longo dos quatro anos de atividade, a práxis do programa segue sendo valorizar o lugar de fala e a potência de escuta, na qual buscamos aproximar os jovens, tanto os universitários quanto os atendidos, assim como a própria Universidade, de outras realidades, contribuindo para o ampliar de perspectivas. Através da efetivação de experiências que evidenciam o quanto os processos históricos se perpetuam, atuando de forma inconsciente na naturalização e manutenção de formas jurídicas obsoletas, racistas e colonialistas, o programa busca contribuir para a formação acadêmica dos jovens, integrando-os na dimensão simbólica de seu tempo, a partir de uma elaboração de seu lugar na polis. Seguimos nosso trabalho pautado no desejo de oferecer aos sujeitos maiores chances de virem a ocupar novas posições no laço social: não mais assujeitados a uma moral da conformação, mas fazendo valer uma ética que afirma e sustenta um lugar para a diferença.

Referências

ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. São Paulo, Fundação ABRINQ para os direitos da criança. 1º edição, 2022.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no sistema único de assistência social**. 2018.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ag. reg. no Habeas Corpus 143.988. AGTE. (s): Todos os Adolescentes Internados na Unidade de Internação Regional Norte. ADV.: Defensor Público-Geral do Estado do Espírito Santo. AGDO.: Superior Tribunal de Justiça. Rel. Ministro Edson Fachin. Brasília, DF, 16 de agosto de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**, 20 de agosto de 2018. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20180817_169.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2022.



D'ICARAHY, M.; MANSO DE BARROS, R. M.; DE FREITAS PEREZ, L. M.; MARTELLO, A. Psicologia, Psicanálise, Arte e Encarceramento juvenil. **Psicanálise & Barroco em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 184-198. DOI: 10.9789/1679-9887, out, 2019. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9482>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no sistema único de assistência social**. 2018.

Disponível em:

[extension://elhekieabhbkmcefcobjddigjcaadp/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf). Acesso em: 22 de ago. 2022.

PEREZ, L. M. de F.; MARTELLO, A.; JRAIGE, S.; D'ICARAHY, M. E.; BRITO, L. de S. F.; NASCIMENTO, Y. C. dos S. Relato de experiência: Direitos Humanos e Justiça "Enredando Saberes: Impasses da Prática": O trabalho em rede na Socioeducação. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 300-313, jul/dez, 2021. DOI: 10.22481/recuesb.v9i16.9569. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/9569>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PEREZ, L. M. de F.; D'ICARAHY, M. E.; MANSO DE BARROS, R. M.; MARTELLO, A. Por uma ética da pólis: psicanálise e política. In BRANDÃO, E. (org.). **Psicanálise e Direito: subversões do sujeito no campo jurídico**. Rio de Janeiro: Nau, 2019, p. 262-276.



Psicoterapia em tempos de pandemia: a transferência em um caso de violência doméstica com criança

Psychotherapy in times of pandemic: transference in a case of domestic violence with a child

Renata Alves de Paula Monteiro¹
Lucas Guarnieri da Cruz²

Resumo

O presente relato de experiência tem como objetivo trazer uma discussão sobre uma experiência de atendimento psicoterapêutico ocorrida durante o contexto da pandemia de Covid-19 e toma como eixo norteador o conceito de transferência. Apresentam-se os efeitos da formação ocorrida a partir de um projeto de extensão voltado ao trabalho clínico com crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência doméstica.

Palavras-chave: Atendimento psicoterapêutico. Transferência. Violência doméstica. Infância e adolescência. Pandemia de Covid-19.

Abstract

The present experience report aims to bring a discussion about an experience of psychotherapeutic care that occurred during the context of the Covid-19 pandemic, and takes the concept of transference as its guiding axis. The effects of training that took place from an extension project aimed at clinical work with children and adolescents involved in situations of domestic violence are presented.

Keywords: Psychotherapeutic care. Transference. Domestic violence. Childhood and adolescence. Covid-19 pandemic.

¹ Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) - rapmonteiro2014@gmail.com

² Psicólogo formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - lucasguarnierida.nave@gmail.com



1 Introdução

O presente relato de experiência tem como objetivo trazer uma breve discussão sobre uma experiência de atendimento psicoterapêutico ocorrida durante o contexto da pandemia de Covid-19 nos anos 2020 e 2021, destacando as possibilidades e impasses do formato remoto, principalmente no que foi observado como pontos importantes de formação clínica para alunos e psicólogos recém-formados participantes de um projeto de extensão.¹

O projeto Oficina de Palavra - formação em violência doméstica - trata-se de uma ação de extensão vinculada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e teve como objetivo principal oferecer uma experiência de formação clínica e social na temática da violência doméstica com crianças e adolescentes.³

Tal iniciativa ocorreu em parceria com o Núcleo de Atenção à Violência⁴ (NAV), organização da sociedade civil que há mais de 20 anos realiza um trabalho de sensibilização, capacitação de profissionais e atendimento a pessoas envolvidas em situação de violência doméstica.

A experiência de formação no projeto se deu através da possibilidade de atendimentos psicoterapêuticos, participação em reuniões de equipe e supervisão clínica. A ação de extensão teve como eixo principal o atendimento psicoterapêutico a crianças, adolescentes e autores de agressão envolvidos em situação de violência doméstica. O referencial teórico adotado para formação dos alunos na prática clínica foi a psicanálise. Assim, a partir da psicanálise, entende-se que teoria e prática estão

³ Em seus dois anos de realização, o projeto teve como composição de sua equipe seis discentes e psicólogos extensionistas sob coordenação da professora Renata Alves de Paula Monteiro, do Instituto de Psicologia da UFF Niterói. Cada extensionista foi responsável pelo acompanhamento de quatro pacientes, tendo sido acompanhados ao todo 28 situações envolvendo crianças, adolescentes e familiares em situação de violência doméstica.

⁴ Projeto "Oficina de Palavra - Construindo Histórias" financiado pela Petrobras através do programa Petrobras Socioambiental. Este financiamento possibilitou, através da parceria do NAV com o UFF, quatro bolsas de extensão para os extensionistas do projeto Oficina de Palavra - formação em violência doméstica.



intrinsecamente articuladas e só assim se torna possível sua transmissão (LACAN [1964], 1990).

Confirmado para ter seu início em março de 2020, o projeto teve – como todo o planeta – a ocorrência da pandemia de Covid-19, o que impactou diretamente seu início. Com a suspensão das atividades acadêmicas e a necessidade do distanciamento social, o projeto só pôde ter início em outubro de 2020 em formato remoto, com o uso de recursos tecnológicos e plataformas de reunião, como Zoom® e Google Meet® para a realização de reuniões de equipe, supervisão e grupo de estudo.

Ferramentas foram incorporadas para o atendimento ao público do projeto neste novo formato e novo *setting*: tela do computador, tela do celular, conversa via telefone ou até mesmo troca de mensagens via aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp®, sem abrir mão de princípios orientadores da clínica. Assim, o projeto se lançou à essa aventura do atendimento em formato remoto forjado pela impossibilidade do presencial.

Diante deste cenário, algumas questões desafiadoras acompanharam a realização do projeto: como manter uma escuta ética sem a possibilidade de um *setting*, um espaço que favoreça e garanta a privacidade e o sigilo necessários? Como sustentar um vínculo e um laço, condição necessária para o trabalho, sem o suporte do contato presencial?

A discussão proposta aqui se dá a partir de um recorte de atendimento psicoterapêutico realizado por um extensionista e tem como eixo norteador o trabalho realizado a partir do conceito de transferência, tomando-o como mola mestra de um tratamento orientado pela psicanálise.

2 Considerações sobre a transferência e o atendimento remoto

A transferência pode ser considerada como um dos conceitos principais da obra freudiana e um dos motores da clínica psicanalítica. Mencionada pela primeira vez em 1895 por Sigmund Freud, no seu texto “A Psicoterapia da Histeria” (1893-1895), o autor a definiu como uma “falsa ligação” que o paciente teria para com a pessoa do



terapeuta. Porém, foi somente no texto “A interpretação dos sonhos” (1900) em que Freud utiliza o termo “transferência” pela primeira vez e a define como “[...] o processo de transferir a um objeto contemporâneo sentimentos que originalmente se aplicavam, e ainda se aplicam inconscientemente, a um objeto infantil” (FREUD, [1900] 1977, p. 599).

Portanto, pode-se compreender a transferência como uma ligação singular e complexa estabelecida pelas fantasias e desejos do paciente, que são renovadas e revividas “não como pertencentes ao passado, mas aplicadas à pessoa do médico no momento presente.” (FREUD, [1905] 1977, p. 113)

Jacques Lacan também introduziu conceitos importantes à noção da transferência, um deles sendo o do sujeito suposto saber. No Seminário 8: “A Transferência”, Lacan define o sujeito suposto saber como a forma que o paciente aborda o analista: “um homem, o psicanalista, de quem se vem buscar a ciência daquilo que se tem de mais íntimo [...]” (LACAN, [1960-1961] 1992, p. 70-71). O sujeito suposto saber seria, portanto, a forma como o paciente, de saída, supõe no analista um saber sobre si mesmo. Esta relação particular estabelecida pelo sujeito com o analista coloca logo no início da terapia uma relação ímpar que abre caminho para o estabelecimento da transferência.

Porém, é importante ressaltar o fato de que tais ponderações e conceitualizações acerca do conceito da transferência foram realizadas dentro de um contexto psicoterapêutico “padrão”, no qual há um divã, uma sala e a presença física tanto do paciente quanto do analista. Dessa forma, quando a lógica do atendimento remoto se coloca como fator imprescindível para o tratamento, questiona-se se ainda pode-se falar de transferência.

Para explicitar e discutir as possibilidades de articulação com o conceito de transferência e o atendimento remoto, faz-se uso do relato de um caso clínico acompanhado por um extensionista durante o projeto. O caso refere-se a uma paciente de sete anos que foi acompanhada durante 15 meses através de atendimentos remotos a partir do uso do celular do extensionista e do responsável pela paciente, com duração média de 50 minutos por atendimento, que ocorriam uma vez por semana.



A paciente, durante o acompanhamento, encontrava-se majoritariamente em sua residência e várias interrupções ocorreram, fato que atrapalhou ou até mesmo inviabilizou alguns encontros diante de contingências oriundas do formato remoto.

2.1 Caso clínico

Núbia⁵, uma paciente de sete anos, foi encaminhada ao projeto pelo Conselho Tutelar. De acordo com os relatos, comete atos de desobediência e destruição de itens na casa onde vive. A paciente também tem comportamentos de jogar fora certos objetos, como cartões de crédito, remédios, brinquedos, entre outros, ou misturar elementos que não “devem” estar misturados, como por exemplo sabão em pó e farinha, ou suco com água sanitária.

A paciente tinha o histórico de ter vivido uma situação de negligência até os cinco anos, quando esteve sob os cuidados da mãe, usuária de álcool e drogas. Tal período se demonstrou muito traumático para a paciente, com relatos de abusos físicos e sexuais sofridos, e grande precariedade em que viveu até ser “resgatada” por uma tia-avó que passou a ter seu cuidado integral.

Desde o começo do acompanhamento, o extensionista e Núbia conversam sobre os seus rompantes em que quebra coisas ou as joga fora. Tais comportamentos, de acordo com os responsáveis, teriam surgido sem motivo aparente e era um mistério como lidar com eles. A situação causava tanta angústia que havia a possibilidade iminente de que a paciente fosse devolvida à sua mãe. Os responsáveis relataram dificuldade em abordar os motivos com a paciente, que ficava em silêncio quando questionada, o que lhes causava desconforto. Diversos métodos foram utilizados pelos responsáveis no intuito de aliviar a angústia e sobrecarga causada pelos comportamentos da paciente, que envolviam desde ficar distante sob os cuidados da avó à vigilância vinte e quatro horas por dia.

⁵ Nome fictício.



O extensionista pergunta à Núbia sobre os seus comportamentos e pede que lhe diga o que havia ocorrido. Tal movimento tinha como objetivo fazê-la falar sobre o que sentia ou pensava durante tais situações, valorizando a sua palavra e, no primeiro momento, o seu silêncio – que também pode ser compreendido como uma fala.

Apesar do inerente desconforto de tal ato, muitas vezes o extensionista mantinha o silêncio com a paciente, respeitando a sua dificuldade e oferecendo lugar para o que não podia, ainda, ser elaborado em palavras. Aos poucos, o que de início aparecia completamente sem palavras, foi tomando forma e ganhando significantes que circulavam a questão do amor e ódio.

Ribeiro afirma: “A voz, apresentando-se também como silêncio, é a parte do corpo do analista que se põe em jogo para a produção de um enunciado, que por sua vez, apaga a voz” (2020, p. 59-60). Em outras palavras, a dimensão da escuta psicanalítica vai além do ouvir o som daquele que fala, permitindo a escuta de um enunciado presente também no silêncio e que produz algo para além da voz: um enunciado.

Após estes primeiros momentos de silêncio, significantes começaram a fazer parte das sessões, e sentimentos e situações, antes sem palavras, começaram a ganhar corpo.

O primeiro significante a se fazer presente nas sessões foi o do amor que apareceu em uma sessão na qual Núbia estava chateada por ter jogado fora um objeto de valor para o seu cuidador. A paciente então afirmou que “não tinha amor e era triste”, portanto fazia essas coisas. O extensionista recebeu tal declaração e lhe disse que não acreditava que ela era triste, mas sim que ela estava triste.

Os efeitos deste primeiro aparecimento do significante amor permitiram que, posteriormente, ele aparecesse em sua negativa: o ódio. Nubia que até então não conseguia dizer sobre suas emoções nos momentos em que cometia os atos de desobediência, começou a falar e introduzir algo novo: a raiva que sentia.

Através desse sentimento de ódio, Núbia começou a falar sobre a sua história de negligência sofrida quando sob os cuidados da mãe biológica e de que lembrava



dela quando se encontrava em momentos de raiva. A sua história com a mãe pôde aparecer e um novo contorno foi dado para o que antes aparecia sem palavras.

Os dois significantes, então, passaram a aparecer juntos, quando a paciente pôde afirmar que sentia amor e raiva pela sua mãe. Núbia relatava o quanto era difícil sentir essas duas coisas ao mesmo tempo, como se elas não “devessem” estar juntas – semelhante aos itens da casa que a paciente misturava.

No texto “A dinâmica da transferência”, Freud ([1912] 1977) atribuiu a característica de ambivalência à transferência, admitindo que esta pode aparecer em duas faces: a positiva e a negativa. Enquanto a primeira se manifesta na forma de sentimentos afetuosos e tenros, a segunda é percebida na forma de sentimentos hostis e de destruição direcionados à imagem do analista.

Um novo elemento surge no atendimento. Núbia passa a dizer ao extensionista ao final das sessões que o amava: “Tchau, eu te amo!”. Nas brincadeiras, surgiram situações nas quais o terapeuta seria o príncipe que salvaria a princesa, imersa em uma maldição que foi lançada por uma bruxa, que a odiava. Após a quebra da maldição, príncipe e princesa dançavam em um baile, comemorando e concretizando a realização.

O que antes aparecia como significantes e palavras, passou a se manifestar na brincadeira durante os atendimentos. Assim, Núbia estava, em sessão, experienciando os sentimentos que passou a endereçar ao extensionista. Através dessa elaboração e experiência do amor e do ódio, a paciente fez um novo movimento, no qual o amor inicialmente dirigido ao extensionista pôde tomar outro caminho. Eventualmente, em uma sessão após o aparecimento do amor por meio das despedidas e das brincadeiras, a paciente então disse ter aprendido “amar a si mesma”.

O caminho trilhado pelo amor, nesse caso, se deu posteriormente a toda a elaboração feita pela paciente sobre seus sentimentos conflitantes e o quanto estes estavam presentes nos seus comportamentos. Primeiro, apareceu a falta de amor e a presença da raiva. Conforme tais significantes puderam se agarrar a lugares antes sem nenhuma palavra, a história da paciente começou a aparecer com mais detalhes e seus atos passaram a ter algum significado.



A partir do movimento feito pela paciente de nomear os seus sentimentos e os motivos pelos quais apresentava determinados comportamentos, estes começaram a reduzir em quantidade e qualidade, tornando-se cada vez mais espaçados e “menos graves”, envolvendo situações que os responsáveis definiam como “coisa normal de criança”.

O estabelecimento e, principalmente, o manejo da transferência permitiu elaborações e, com elas, a paciente conseguiu se apropriar de seus sintomas e sua história, e lidar de forma diferente com suas questões e seus comportamentos.

Na medida em que é só pela via da transferência que o sujeito pode aceder ao saber do inconsciente, é só por meio desta que o sujeito pode vir a saber a que elementos significantes do inconsciente ele se encontra assujeitado. No caso de Núbia, o amor e o ódio, significantes de sua história que ao serem experienciados na relação com o extensionista, puderam ganhar outro destino.

Como manejo do material manifesto na transferência, foi possível convidar o que até então se apresentava como compulsão à repetição a tomar o destino de ser recordado, historicizado.

O espaço de atendimento no projeto permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança e de transferência, a partir da qual a paciente pôde atravessar o caminho do silêncio em direção ao caminho da palavra, conforme percebia que suas falas tinham valor e eram escutadas. A partir dessa construção, o seu sintoma e o seu trauma vivido passaram a ter sentido, podendo ser lembrado pela paciente e articulado com o momento presente. Após o período de 15 meses de acompanhamento, os sintomas e o comportamento de Núbia não mais ocorriam com a mesma intensidade ou constância e foram ressignificados, principalmente pela paciente, mas também pelos seus responsáveis que passaram a responder de maneira diferente aos comportamentos de Núbia, tomando uma posição de cuidado e acolhimento com esta. Diante destas mudanças e também com o fim do projeto, foi tomada a decisão de encerramento do acompanhamento de Núbia.

3 Considerações finais



De acordo com Freud ([1919] 1996), é na infância que a sexualidade é despertada e esta tem papel fundamental no desenvolvimento psíquico do sujeito. Quando uma situação de violência de caráter traumático ocorre ainda neste período, a maneira que esta é ou não elaborada pela criança tem consequências para sua organização psíquica.

O objetivo do projeto foi oferecer um espaço no qual os sujeitos pudessem se apropriar do que lhes aconteceu através da palavra. No caso aqui relatado, percebe-se o quanto a valorização da palavra e do silêncio tiveram efeito para a paciente que estabeleceu uma relação de confiança com o extensionista. Esta relação, compreendida como uma relação de transferência, permitiu ao sujeito que desse palavras aos seus atos, através do caminho trilhado pelos significantes “amor” e “ódio” durante o atendimento. Essa elaboração sobre suas dores, inseguranças, dificuldades e traumas a permitiu ressignificar os seus comportamentos e as marcas que sua experiência deixou.

Através da escuta psicanalítica, suportada pela transferência, a paciente conseguiu percorrer um caminho simbólico - através do amor e do ódio - que ofereceu significado para seus atos antes taxados como sem sentido e sem palavras. A partir daí, pôde se apropriar de seus próprios comportamentos e ressignificar a sua experiência traumática de forma que fosse possível seguir em frente, se identificando com outros significantes além do da violência.

É inegável que o atendimento remoto, como consequência da pandemia, se mostrou uma contingência inevitável para o trabalho e impôs limites e potências, o que fez com que toda a experiência fosse reconhecida e avaliada por uma perspectiva diferente.

Diante disto, foi necessário a reinvenção da clínica. Apesar desta contingência significativa e das dificuldades, necessidade de ajuda para o paciente utilizar o dispositivo, problemas de conexão, interrupções durante o atendimento, falta de privacidade, entre outros, o trabalho foi possível e, de forma surpreendente, o formato



remoto, em algumas situações, tornou possível abordagens e interações que antes não seriam viáveis.

No caso relatado, apesar da distância física entre extensionista e paciente, percebe-se a força da transferência. Lacan localiza a posição do analista como sujeito suposto saber como pilar da transferência e afirma que “[...] desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber, ... - há transferência” (LACAN, [1964], 1990, p.220).

Compreendendo a transferência como “um fenômeno essencial, ligado ao desejo como um fenômeno nodal do ser humano” (LACAN, [1964], 1990, p. 219), aliada ao desejo e posição do analista, valorizando a palavra do sujeito, a nossa aposta é de que, mesmo em uma lógica de atendimento remoto, a transferência tenha chão suficiente para deslizar pelo campo significante e se estabelecer. E, se há transferência, podemos atuar.

Referências

FREUD, S. A psicoterapia da histeria . *In:* _____ (FREUD, S.?). **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 311-367.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1900). Rio de Janeiro: Imago, 1977. (

FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905 [1901]). *In:* _____ (FREUD, S.?). **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 1-119.

FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). *In:* _____ (FREUD, S.?). **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 111-119.

FREUD, S. **Uma criança é espancada** - Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. **O seminário, livro 8: a transferência (1960-1961)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.



LACAN, J. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Zahar, 1990. (Campo Freudiano no Brasil).

RIBEIRO, M. M. C.; Análise *on-line!* Considerações sobre a transferência. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 57-64, dez. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372020000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.



Coleção infantojuvenil: História das artes visuais do litoral do Paraná

Children's collection: History of the visual arts of the coast of Paraná

Carla Beatriz Franco Ruschmann¹

Luciana Ferreira¹

Resumo

Relato de experiência que descreve os processos de pesquisa, ensino e extensão realizados, ao longo dos anos de 2020 e 2021 pelo Projeto de Extensão: “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais” da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, durante a produção e publicação de dois livros infantojuvenis sobre as Artes Visuais do Litoral do Paraná. Estes livros apresentam o contexto de produção das artes visuais desenvolvidas no litoral do Paraná desde suas primeiras manifestações, passando pelos principais artistas e períodos, até chegar à produção artística atual. Publicados nos formatos ebook e físico, ambos tiveram como intuito auxiliar os processos em arte sendo direcionados ao público infantojuvenil, primeiramente, e a estudantes, professores e pesquisadores como fomento para o conhecimento, fruição e valorização da arte e da cultura do litoral paranaense.

Palavras-chave: Artes visuais. Educação em artes. História das artes. Livros infantojuvenis.

Abstract

Experience report that describes the research, teaching and extension processes carried out over the years 2020 and 2021 by the Extension Project: “Knowing and Experiencing the Visual Arts” of the Federal University of Paraná, Setor Litoral, during the production and publication of two children's books on the Visual Arts of the Coast of Paraná. These books present the context of the production of visual arts developed on the coast of Paraná since its first manifestations, passing through the main artists and periods until reaching the current artistic production. Published in ebook and physical formats, both were intended to help art processes in art, being directed to children and young people, primarily, and to students, teachers and researchers as a promotion for knowledge, fruition and appreciation of art and culture of the coast of Paraná.

Keywords: Visual arts. Arts education. History of arts. Children's books.

¹ Docentes do curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - carlaruschmann@ufpr.br; lluasol@gmail.com



1 Introdução

O Projeto de Extensão: “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais” vem, desde 2015, desenvolvendo uma série de ações para as crianças e jovens da cidade de Matinhos, litoral do Paraná. Este projeto se encontra vinculado ao curso de Licenciatura em Artes, da UFPR, Setor Litoral, e está na sua segunda edição.

O objetivo principal é estimular o desenvolvimento artístico e cultural local, fomentar a leitura, o conhecimento e o aprofundamento sobre as artes visuais através da divulgação e incentivo à análise, crítica, reflexão, experimentação, criação e produção em e sobre as artes visuais.

A cidade de Matinhos, sede do Setor Litoral da UFPR, conta com infraestrutura mínima de promoção à cultura e às artes. Desta forma, a universidade se torna um importante veículo social de desenvolvimento humano e de fomento às ações educativas não-formais e informais em Artes, contribuindo para a formação cultural da comunidade local, além de propiciar um leque de oportunidades educacionais tanto aos estudantes do curso de Licenciatura em Artes quanto a toda comunidade interna e externa.

Desde o início desta extensão, uma de suas principais ações foi o “Atelier de Artes Visuais para Crianças”. O Atelier atende à comunidade oferecendo aulas ministradas por estudantes do curso de Licenciatura em Artes, assim como estudantes de outros cursos. Nestas aulas procura-se incentivar a apreciação artística das obras de artistas através de livros – uma vez que o Atelier surgiu para dar apoio à coleção de livros de artes visuais adquiridos a partir do “Prêmio Procultura de estímulo às Artes Visuais, 2010”, da FUNARTE, e atualmente pertencentes ao acervo da biblioteca desta universidade, parceira deste projeto.

Em 2019, o projeto criou seu primeiro livro infantojuvenil: “Pintando um planeta para todos!” a partir das pinturas das crianças do ateliê e realizadas nas aulas de artes visuais com os conteúdos centrados nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da ONU, ODS 4.7, e com o apoio financeiro para a publicação física do edital de “Fortalecimento da Extensão”, PROEC UFPR.



A partir desta primeira experiência, em 2020, o projeto participa do Edital de Fomento à Extensão Universitária do Fundo de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade Federal do Paraná/FDA 2020, com a proposta de criação de uma coleção de livros infantojuvenis intitulado "História das Artes Visuais do Litoral do Paraná".

A ideia de realizar esta coleção partiu da constatação do reduzido número de obras publicadas sobre a História da Arte do litoral Paranaense, além das escassas fontes bibliográficas para utilização pedagógica em sala de aula. Estes pressupostos advêm do fato de sermos professoras em um curso de Licenciatura em Artes e atuarmos nesta região desde 2007, envolvidas em diferentes projetos de extensão, além do PIBID Artes, e em contato direto com estudantes e professores das escolas públicas de Matinhos e região litorânea. Esta coleção desenhada especialmente para o público infantojuvenil vem ao encontro do resgate da memória e da construção de um imaginário pautado na diversidade artística e cultural do local onde estas crianças e jovens estão inseridos. De acordo com a UNESCO, na "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural", Artigo 3º:

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória (UNESCO, 2020, p. 3).

Desta forma, o maior desejo com esta produção bibliográfica era o de contribuir na aproximação: arte do litoral do Paraná e leitor. Entendendo como leitores: estudantes, professores, artistas, educadores e o público adulto em geral. Esta produção permitiria também uma maior aproximação do público infantojuvenil com a arte e a cultura, já que a região praticamente não possui espaços para a apreciação das artes visuais, além de contribuir para a formação a partir da diversidade cultural.

2 Processos de extensão, pesquisa e ensino, e a produção dos livros da coleção infantojuvenil "História das artes visuais do litoral do Paraná".



Em março de 2020 o Brasil parou, universidades e escolas fecharam suas portas para o ensino presencial. Neste momento de isolamento social e incertezas devido ao vírus da Covid-19 e a pandemia, uma das primeiras ações do Projeto de Extensão “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais” foi o de realizar uma série de videoaulas curtas, inicialmente para as crianças que já frequentavam o ateliê. O objetivo era o de auxiliar no estabelecimento de uma rotina como estratégia de conforto psicológico no meio de tantas novidades.

Outra ação deste período foi a criação do @arteslitoral na plataforma Instagram, convidando o público interno e externo da UFPR Litoral a publicar suas produções artísticas e a realizar ações de aproximação e pertencimento através da plataforma.

Surge então a ação “Mapeamento dos Artistas Visuais do Litoral do Paraná”, realizado com a participação da comunidade, e que subsidiou parte das pesquisas referentes aos livros da coleção infantojuvenil, sobretudo o que traz referências da contemporaneidade.

Imagens 1 e 2 - Publicações realizadas pelo Projeto de Extensão “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais”.



Fonte: Instagram @arteslitoral (2022).

A ação do @arteslitoral foi fundamental neste processo extensionista de produção dos livros, aliando pesquisa e ensino por meio da extensão.



Através do mapeamento pudemos fazer o levantamento dos artistas na contemporaneidade, ao mesmo tempo em eles eram apresentados ao público. A equipe de bolsistas do projeto de extensão, na maioria estudantes do curso de Licenciatura em Artes, foi fundamental para auxiliar nas pesquisas teóricas e sua divulgação, assim como realizar as ilustrações e a produção do material que estava sendo compartilhado com o público. Deste modo, quase que simultaneamente, enquanto realizávamos as pesquisas do material para a criação dos livros, elas eram compartilhadas com o público, num processo de retroalimentação. Este processo de pesquisa, extensão e ensino junto aos estudantes e ao público do @arteslitoral foi realizado sobretudo no segundo semestre de 2020.

No primeiro semestre de 2021 passamos a nos dedicar ao projeto gráfico e a produção textual dos dois livros. Em agosto de 2021, após a finalização, realizamos o lançamento dos livros em formato *ebook*. A divulgação foi feita através de *lives*, vídeos, notícias e outras mídias sociais, pois ainda estávamos no isolamento da pandemia. A impressão física dos livros – 1000 exemplares de cada unidade (que acontecerá ainda no segundo semestre de 2022), tem como finalidade a distribuição gratuita dos mesmos às bibliotecas das escolas do litoral do Paraná e outras bibliotecas, assim como às instituições culturais, aos docentes de artes, e às crianças e jovens participantes das ações do projeto.

O livro “História das artes visuais do litoral do Paraná: da arte primitiva aos artistas modernos” partiu inicialmente da tese doutoral realizada por uma das autoras, “Imaginárias topografias iconológicas e iconologias topográficas do litoral do Estado do Paraná de Alfredo Andersen (1860-1935)”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal, em 2014.

A tese em questão adentrou em muitas questões relacionadas à produção das artes visuais desenvolvidas no território do litoral do Paraná. Partindo deste material teórico, que teve complementação de outras pesquisas, iniciamos a seleção dos textos levando em consideração o número de páginas dos livros a serem impressas e a necessidade de adaptação dos textos para o público infantojuvenil. Decidimos pela

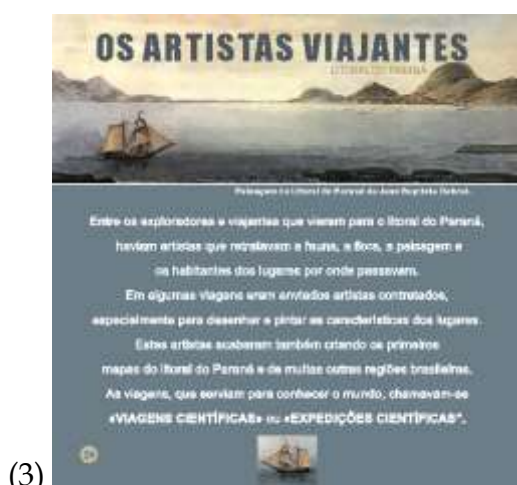


produção dos seguintes tópicos: Arte Primitiva, Sambaquis, Grupos Ceramistas, Primeiros Exploradores, Artistas Viajantes, Artistas de Paranaguá, Alfredo Andersen e seus discípulos, Lange de Morretes, João Turin e o Paranismo. Artistas que registraram o litoral do Paraná e; Patrimônio Histórico e Cultural do Litoral Paranaense – destacando sempre a relevância desta história que surge no litoral e que se dissemina, posteriormente, no primeiro planalto paranaense – Curitiba.

Durante a pesquisa tivemos a colaboração do pesquisador Marcos Gernet, especialmente nos capítulos iniciais do livro e na concessão de imagens de seu acervo pessoal.

Paralelamente às pesquisas teóricas houve a necessidade de solicitar o uso e cessão das imagens que ilustrariam o livro através do contato com as instituições públicas que as possuíam: museus, galerias, casas de cultura, entre outras. Não sendo demais destacar a importância deste patrimônio cultural e de todas as pessoas que estão à frente dessas importantes instituições e que autorizam o uso das imagens de seus acervos especialmente do Museu Alfredo Andersen, Museu Paranaense, Casa João Turin, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Casa da Memória de Curitiba, Centro Cultural Humaitá e Fundação Biblioteca Nacional/Biblioteca Nacional Digital.

Imagens 3 e 4 - “História das artes visuais do litoral do Paraná: da arte primitiva aos artistas modernos”, páginas 24 e 25.



(3)



(4)

Fonte: Ferreira e Ruschmann (2022).



O segundo livro, “Artes Visuais do Litoral do Paraná: Artistas na Contemporaneidade”, realizou pesquisa sobre a produção em artes visuais que aconteceu entre o final do século XX e os dias atuais. Metodologicamente, partiu do Mapeamento das Artes Visuais no Litoral do Paraná, realizado na plataforma do Instagram @arteslitoral, cujos artistas foram convidados a enviar imagens de suas obras e seus currículos artísticos.

Foi realizado também um questionário solicitando à comunidade informações sobre os artistas, as categorias e os equipamentos culturais presentes no litoral do Paraná.

Na fase de elaboração do livro ocorreu a escolha dos artistas que entrariam no livro, estas foram pautadas na participação voluntária dos artistas, no mapeamento e nas indicações obtidas a partir do questionário participativo, mas sobretudo, estiveram orientadas para o objetivo de apresentar às nossas crianças e jovens à diversidade das categorias das artes visuais no litoral do Paraná, do bidimensional ao tridimensional, dos suportes tradicionais aos mais tecnológicos: tela, papel, parede, corpo, ambiente, natureza, *web*, monitor, projeção, entre outros.

Este livro não pretendeu abarcar todos os artistas e categorias das artes visuais expressas no litoral do Paraná, mas sim fazer uma primeira aproximação destes com o público. Inicialmente programado para conter quarenta páginas, o livro foi ampliado para poder ser representativo da grande diversidade de categorias das artes visuais produzidas na região.



Imagens 5 e 6 – “Artes Visuais do Litoral do Paraná: Artistas na Contemporaneidade”, páginas 48 e 49.



Fonte: Ruschmann e Ferreira (2022).

Quanto à diagramação, ilustração, arte e design dos livros foi integralmente realizado pelos autores, colaboradores, voluntários e bolsistas. Nos dois livros não houve terceirização.

Para a diagramação e design muitas questões foram analisadas, levando em consideração especialmente o público-alvo, mas também: 1º. Formato dos livros (escolhemos pelo formato quadrado); 2º. Cores (após pesquisas decidiu-se por utilizar em maior quantidade as primárias e as quentes). Para o segundo livro, em especial, as cores foram pensadas a partir das obras dos artistas escolhidos; 3º. Estilos e tamanhos de fontes (fontes em tamanho acima de 13 e 14 para facilitar a leitura e de preferência sem serifas); 4º. Diagramação (rica em detalhes, como caixas de informações e/ou curiosidades que dialogam com os leitores e elementos elaborados especialmente para cada página); 5º. Inserção de ilustrações (todas produzidas por voluntários e bolsistas do Projeto “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais”) e de imagens das obras escolhidas a partir dos tópicos selecionados para serem os capítulos; 6º. Especificamente no segundo livro foram inseridos endereços e links para acesso aos artistas e suas obras.

A estética dos livros teve como objetivo tornar os conteúdos e as imagens utilizadas atrativas e lúdicas. Pode-se dizer a coleção é essencialmente visual, uma fonte de pesquisa, de conhecimento e de reconhecimento para nosso público infanto



juvenil, mas também para pesquisadores, estudantes, docentes e demais interessados pela arte e a cultura.

3 Considerações finais

Todo o processo de realização destes livros, que envolveu professores, pesquisadores, estudantes, técnicos, diferentes instituições e colaboradores da comunidade externa, foi muito interessante e envolvente como experiência, uma vez que a mesma nos confirmou a grande importância da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, demonstrando que é possível realizar pesquisas de qualidade na extensão, assim como atuar no ensino formal, não formal e informal através de suas ações.

A produção deste material bibliográfico para o público infantojuvenil nos fez também refletir, obrigatoriamente, sobre outras tantas questões intrinsecamente relacionadas a ele: sobre educação e docentes; sobre educação em artes, sobre artes visuais e artistas visuais; e sobre espaços expositivos e de fomento às artes visuais existentes no litoral do Paraná.

Portanto, tivemos que analisar e refletir sobre como todos estes assuntos, conceitos e meios se interrelacionam, gerando inúmeras respostas aos cidadãos e sobre a importância de todos eles para as futuras gerações de crianças e adolescentes desta região.

Afinal, é notório que o contato desde cedo com a educação em artes e com instituições de fomento à arte e à cultura (e seus diferentes universos) ampliam as oportunidades de conhecer diferentes realidades, diferentes comunidades, conhecer a história, a geografia e as diferentes culturas.

Além disso, estes contatos levam o cidadão a exercer atitudes de preservação cultural e patrimonial, além de intensificar o senso crítico, potencializar experiências e diferentes perspectivas de uma educação integradora. Tudo isso a partir do amalgama proporcionado pela extensão em sua vinculação sempre profícua com a pesquisa e a educação.



Referências

Canal do Youtube **Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais**. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCV10_EJj349jj5gFWV0BlGg>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FERREIRA, Luciana. **Imaginárias topografias iconológicas e iconologias topográficas do litoral do Estado do Paraná de Alfredo Andersen (1860-1935)**. 2014. 272p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. Disponível em: <[Imaginárias topografias iconológicas e iconologias topográficas do litoral do Estado do Paraná de Alfredo Andersen \(1860-1935\) \(ufpr.br\)](https://repositorio.ufpr.br/handle/1884/71666)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FERREIRA, Luciana; RUSCHMANN, Carla Beatriz Franco; GERNET, Marcos de Vasconcellos. **História das Artes Visuais do Litoral do Paraná: Da Arte Primitiva aos Artistas Modernos**. 1. ed. Matinhos, PR: Projeto de extensão conhecendo e vivenciando as artes visuais, 2021. v. 1. 60p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71666>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Artes Litoral. **Memórias e chamada a participação**. Matinhos, dias 19 e 20 de outubro de 2020.. Instagram: @arteslitoral. Disponível em: <<https://www.instagram.com/arteslitoral/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RUSCHMANN, Carla Beatriz Franco; FERREIRA, Luciana. **Artes visuais do litoral do Paraná: artistas na contemporaneidade**. 1. ed. Matinhos, PR: Projeto de extensão conhecendo e vivenciando as artes visuais, 2021. v. 1. 64p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71665>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RUSCHMANN, Carla Beatriz Franco; GEARA, Luiz Eduardo. **Pintando um planeta para todos!** 2. ed. Matinhos, PR: Conhecendo e vivenciando as artes visuais, 2019. 40p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66122>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RUSCHMANN, Carla Beatriz Franco. **Relato de experiência do processo extensionista e de criação do livro/exposição: Pintando um planeta para todos!** EXPERIÊNCIA - REVISTA CIENTÍFICA DE EXTENSÃO, 2021. v. 7, p.130-142. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/63308>>. Acesso em: 31 ago. 2022.



UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**, 2002. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **RE|pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento**. Relatório global da Convenção de 2005. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266025>>. Acesso em 07 dez. 2020.



Projeto Shantala: capacitação remota com residência multiprofissional de São Paulo

Shantala Project: remote training with multiprofessional residency in São Paulo

Natanyannie Kayrene da Costa Hou¹

Isabella Luiz Resende²

Nuno Miguel Lopes de Oliveira³

Resumo

A massagem Shantala é realizada em bebês e proporciona vários benefícios entre os envolvidos. A adaptação do projeto de extensão para o formato remoto, no contexto da pandemia, foi necessária para que os extensionistas continuassem a divulgar conhecimento teórico-prático sobre essa técnica. O objetivo foi descrever a experiência das integrantes do projeto durante uma capacitação *online* em parceria com o Programa de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - São Paulo. A capacitação remota ocorreu no dia 07 de outubro de 2021, na plataforma Google Meet®, com duração média de 2 horas e participação de quinze discentes da residência. Apesar da existência de desafios que são inerentes ao modelo remoto de capacitação, é possível realizá-la de maneira efetiva e promover a disseminação dessa arte de amor e estímulos que a massagem Shantala proporciona.

Palavras-chave: Massagem. Saúde da criança. Educação à distância.

Abstract

Shantala massage is performed on babies and provides several benefits between those involved. The adaptation of the extension project to the remote format, in the context of the pandemic, was necessary for extensionists to continue to disseminate theoretical-practical knowledge about this technique. The objective was to describe the experience of the project members during an online training in partnership with the Multiprofessional Residency Program in Integrative and Complementary Health Practices - São Paulo. The remote training took place on October 07, 2021, on the

¹ Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - natanyannie@gmail.com

² Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - isaaresende_@hotmail.com

³ Docente do Departamento de Fisioterapia Aplicada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - nuno.oliveira@uftm.edu.br



Google Meet® platform, with an average duration of 2 hours and the participation of fifteen students from the residency. Despite the existence of challenges that are inherent to the remote training model, it is possible to carry it out effectively and promote the dissemination of this art of love and stimuli that Shantala massage provides.

Keywords: Massage. Child health. Distance education.

1 Introdução

A extensão universitária possui uma função essencial em integrar a universidade e a comunidade no intuito de promover maior transformação da realidade social, através da discussão e disseminação de informações produzidas em meio acadêmico (DINIZ *et al.*, 2020). Pode ser dividida em oficinas, programas, eventos, cursos e projetos. Sendo assim, o projeto vem articulando a prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa para realizar mudanças no meio social (MÉLO *et al.*, 2021).

A pandemia de Covid-19, decretada no ano de 2020, trouxe desafios para o tripé pesquisa, ensino e extensão, principalmente pela necessidade em manter o distanciamento social como uma das medidas mais importantes na redução da disseminação do vírus (TANGO *et al.*, 2020). A transmissão do vírus Sars-Cov-2 ocorre por meio da tosse, fala, ou até mesmo da respiração de pessoas contaminadas e sem as medidas de proteção necessárias (SILVEIRA, 2021). Com esse novo cenário, muitas universidades no país tiveram que se readaptar (CASTRO; VON MUHLER; CARVALHO; WANGHON, 2021).

Com o decorrer do tempo dentre os vários desafios encontrados, frente às restrições das atividades de extensão, estão: utilização de equipamento de proteção individual (EPIs) pelos discentes e participantes, medidas de higienização mais rigorosas, espaços mais amplos e distanciamento físico adequado quando as ações de extensão foram realizadas (DINIZ *et al.*, 2020). Entretanto, na impossibilidade de adotar essas medidas de prevenção, muitas instituições de ensino buscaram outras



alternativas para manter o seu funcionamento e o seu compromisso com a sociedade (SILVEIRA, 2021).

Diversas universidades recorreram a variadas estratégias para que as ações extensionistas dessem continuidade junto à comunidade e contornassem os desafios impostos pelo atual cenário (MÉLO *et al.*, 2021). Os recursos virtuais foram uma das maneiras mais adequadas para que as atividades em meio acadêmico não fossem suspensas em sua totalidade e as alterações na estrutura das disciplinas e atividades extracurriculares fossem mínimas e não comprometessem as mesmas (TANGO *et al.*, 2020).

A massagem Shantala é realizada em bebês e proporciona benefícios físicos e emocionais, além de aumentar o vínculo afetivo entre pais, responsáveis e/ou cuidadores, e os filhos, auxiliando no desenvolvimento da criança (CARVALHO; MOREIRA; PEREIRA, 2010). Dessa forma, a adaptação desse projeto para o formato remoto, no contexto da pandemia, foi necessária para que os extensionistas continuassem a divulgar o conhecimento teórico-prático sobre essa técnica de massagem para a população através de capacitações *online*, conscientizando sobre a importância de realizar a massagem Shantala nos bebês.

O projeto de extensão teve início em 2009, por demanda de acadêmicos do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sendo composto pelo professor orientador e nove discentes do curso de Fisioterapia. Com o passar dos anos, devido a grande procura e interesse de discentes de outros cursos, o projeto ampliou as vagas para os cursos: Medicina, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Educação Física. Atualmente, onze discentes estão inseridos no projeto de extensão, além do docente orientador. O número do registro do curso no projeto de extensão é 00433 da Pró-reitoria de Extensão Universitária da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Edital 01/2021.

Antes da pandemia da Covid-19, eram realizadas capacitações presenciais na própria Universidade para os discentes interessados, familiares nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e para as mães que frequentavam o Centro



de Atenção Integrado à Saúde da Mulher (CAISM), capacitando-os a realizarem a técnica da Shantala em seus bebês.

A duração média da capacitação consistia em duas horas. Os extensionistas também realizavam a técnica em crianças pequenas que ficam sob os cuidados dos Centros Municipais de Educação (CEMEIS), sendo todas essas instituições pertencentes ao município de Uberaba no interior de Minas Gerais.

Entretanto, com a pandemia, foi necessário readaptar as capacitações sobre a massagem Shantala. Diante disso, foi criado o Instagram® do projeto: @projetoshantalaufm, para divulgação sobre o assunto bem como outros temas referentes às gestantes, lactantes e bebês.

Também foi possível conectar-se com o público-alvo do projeto para que fossem realizada a capacitação de maneira remota. Assim, deu-se início às capacitações *online* através de *lives* no perfil do Instagram® e aulas abertas sobre a Shantala e sobre assuntos de interesse do nosso público seguidor, relacionados à saúde e bem-estar dos bebês.

Visto que o projeto de extensão tem o propósito de desenvolver ações de educação em saúde de forma interdisciplinar e acessível, este relato de experiência objetivou descrever a vivência das integrantes do projeto durante a capacitação *online* em parceria com o Programa de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - São Paulo.

2 Desenvolvimento

O presente artigo trata-se de um relato de experiência. Segundo Daltro e Faria (2019), é uma construção teórico-prática importante para refinar os saberes das experiências vivenciadas a partir do olhar dos sujeitos pesquisadores em um determinado contexto.

Frente a adaptação na pandemia foi possível encontrar um público-alvo inesperado. Após a apresentação de trabalhos sobre o projeto de extensão em um Congresso sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, uma participante



integrante de uma Residência Multiprofissional localizada no estado de São Paulo entrou em contato, interessada em receber a capacitação de maneira remota.

Dessa forma, foi encaminhado um e-mail explicando sobre o referido projeto, os assuntos, abordados na teoria e prática da massagem Shantala, e convidando os demais interessados a se inscreverem através de um formulário elaborado no Google Forms®.

Após as inscrições foi criado um grupo no WhatsApp® para facilitar a comunicação com os participantes. Nesse grupo foram divulgadas informações a respeito da capacitação, o *link* da reunião *online*, data, horário e tempo de duração, além da solicitação para que os participantes trouxessem uma boneca ou um urso de pelúcia para treinarem as manobras da massagem Shantala durante a capacitação.

A capacitação remota ocorreu no dia 07 de outubro de 2021 através da plataforma Google Meet®, com duração média de 2 horas. Quinze discentes da Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, dos cursos de Educação Física, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Biologia e Enfermagem se inscreveram para participar da atividade, porém apenas doze discentes estiveram presente na capacitação.

A reunião foi gravada com autorização prévia de todos os participantes e, após toda a capacitação, um questionário previamente elaborado foi aplicado através da plataforma Google Forms®.

Um ponto importante vivenciado pelas extensionistas foram as dúvidas e inseguranças sobre sair da “zona de conforto” em realizar as capacitações apenas para a comunidade situada no município de Uberaba em Minas Gerais, tendo-se em vista que “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 2018).



Para Silva *et al.* (2019), as ações de extensão desenvolvidas pelos participantes geram um grande impacto demonstrando a vitalidade que o “Fazer Extensionista” pode atingir, devendo por isso, ser mantida como proposta aberta, não apenas para os integrantes, bem como para o público interno e externo onde a Universidade está localizada. E assim foi possível expandir a capacitação para o estado de São Paulo de modo muito satisfatório.

Outra questão pontuada pelas extensionistas diz respeito às limitações que a *Internet* impõe, seja pela dificuldade no uso das ferramentas digitais e instabilidade da rede ou pela possibilidade de alguns participantes não conseguirem compreender os movimentos que são realizados na boneca ou na pelúcia. Entretanto, a dinâmica realizada pelas extensionistas foi assertiva, pois a cada capacitação elas procuravam se adaptar melhor com as ferramentas tecnológicas para mostrar as técnicas da massagem Shantala de maneira didática e de fácil compreensão, havendo um retorno positivo por parte dos participantes. Nessa capacitação não houve imprevistos o que permitiu o desenvolvimento das atividades sem interrupções.

Por mais que possam existir desafios inerentes ao uso da tecnologia no ensino remoto, está é uma forma de ampliar o público e permitir novas possibilidades para o projeto. Essa estratégia de capacitação no formato *online* proporciona uma aprendizagem única para todos os envolvidos, pelo uso da criatividade e de adaptações necessárias para abordar o assunto frente à nova realidade encontrada (FERREIRA; FERREIRA, VAZ, 2021).

Frente à nova dinâmica e configuração no processo ensino-aprendizagem, outro desafio encontrado pelas extensionistas foi como avaliar a aprendizagem dos residentes na capacitação remota sobre a técnica de massagem Shantala. Nesse sentido, a proposta feita aos residentes foi que, ao término da demonstração da técnica, eles reproduzissem os movimentos em bonecos ou pelúcias enquanto as extensionistas acompanhavam e respondiam suas dúvidas. Foi uma alternativa de resgatar o conhecimento dos participantes e de verificar se a dinâmica da capacitação foi eficaz.



O contexto da pandemia trouxe algumas reflexões acerca da avaliação dos discentes no formato *online*, de modo geral, e possibilitou a busca por novas estratégias para verificar a aprendizagem dos acadêmicos (MENEZES, 2021).

Diante dos desafios encontrados, as extensionistas avaliavam as capacitações continuamente para melhorar o ensino teórico-prático, proporcionar uma experiência que venha a somar na aprendizagem e proporcionar resultados melhores. Essa avaliação constante promove discussões e análises a fim de melhorar a interação entre os envolvidos, agregar conhecimento frente aos recursos tecnológicos e dar o devido reconhecimento às atividades propostas pelo projeto, curso e instituição de ensino (TERÇARIOL, 2015).

Sabe-se que a massagem Shantala, enquanto uma prática integrativa e complementar em saúde, tornou-se uma boa estratégia no cuidado humanizado e que promove a saúde de bebês e crianças que podem receber a técnica. Além de promover bem-estar, relaxamento, troca de vínculo e benefícios físicos, emocionais, psicológicos e espirituais tanto para quem realiza a massagem quanto para quem a recebe (RIBEIRO-LIMA; CAVALCANTE, 2020).

A experiência vivenciada pelas extensionistas evidenciou que, apesar da existência de desafios que são inerentes ao modelo remoto de capacitação, é possível realizá-la com bastante atenção e cuidado, de maneira efetiva e, assim, promover a disseminação dessa arte de amor, afeto e estímulos que a massagem Shantala proporciona.

3 Conclusão

Percebeu-se que devido o projeto ser composto por equipe multidisciplinar e envolver uma capacitação com residência multiprofissional, ocorreu uma ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos de maneira satisfatória.

Constatou-se que é essencial o papel da extensão universitária no fortalecimento de elo entre a universidade e a comunidade local, bem como para a formação das discentes extensionistas. Entretanto, a oportunidade de vivenciar essa



experiência "fora da comunidade local" habitual também foi muito rica e importante para todos os envolvidos.

Dentro desta perspectiva, os benefícios da capacitação em massagem Shantala caminhou para além dos benefícios e aprendizados já citados, possibilitando o crescimento acadêmico de cada discente, além de uma troca com a comunidade e uma reflexão para tudo aquilo que foi vivenciado com essa experiência.

Referências

CARVALHO, R. L.; MOREIRA, T. M.; PEREIRA, M. A. G. Shantala no desenvolvimento neuropsicomotor em portador da Síndrome de Down. **Pensamento Plural: Revista Científica da UNIFAE**, São João da Boa Vista, v. 4, n. 1, 2010.

Disponível em:

<https://www.fae.br/2009/PensamentoPlural/Todas/Artigo_41_Shantala%20no%20Desenvolvimento%20Neuropsicomotor%20em%20Por.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CASTRO, R.; VON MUHLEN, L. S., CARVALHO, R. S., WANGHON, Z. M. L. Possibilidades em um projeto de extensão de apoio ao programa saúde na escola frente ao contexto da covid-19. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 1, p. 84-93, jan-abr/2021.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/19687>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

DALTRO, M. R.; DE FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

Disponível em: <[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664)>. Acesso em: 16 jul. 2022.

DINIZ, E. G. M. et al. A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.9, p.72999-73010, set, 2020. Disponível em:

<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17434>>.

Acesso em: 14 mar. 2022.

FERREIRA, F. R.; FERREIRA, E. M. R.; VAZ, D. V. Extensão universitária na interface virtual: estratégias de aprimoramento docente e discente do curso de fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Medicina: Ribeirão Preto**, v. 54, n. 1,



2021. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/184783/175272>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MÉLO, C. B.; FARIAS, G. D.; NUNES, V. R. R.; ANDRADE, T. S. A. B. de; PIAGGE, C. S. L. D. University extension in Brazil and its challenges during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1210312991, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12991. Disponível em:

<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12991>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MENEZES, J. B. F. de. Práticas de avaliação da aprendizagem em tempos de ensino remoto. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação**: Fortaleza, v. 2, n. 1, e021004, 2021. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/5384>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RIBEIRO-LIMA, T. V.; CAVALCANTE, L. I. C. Shantala para promoção da saúde e conforto de bebês: revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 48, p. e2375-e2375, 2020. Disponível em:

<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2375>>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVEIRA, H. E. da. Cenário da extensão universitária em tempos de pandemia: um estudo das universidades públicas brasileiras. **Revista Em Extensão**, [S. l.], p. 3-17, 2021. DOI: 10.14393/REE-v0n00-63838. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63838>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TANGO, M. D. *et al.* A missão da universidade no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Fim do Mundo**, n. 03, set./dez. 2020. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10560#:~:text=A%20miss%C3%A3o%20da%20universidade%20no%20contexto%20da%20pandemia%20de%20COVID%2D19,->

[Autores&text=A%20miss%C3%A3o%20de%20uma%20universidade,diversos%20contextos%20nos%20quais%20vivemos](https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10560#:~:text=A%20miss%C3%A3o%20de%20uma%20universidade,diversos%20contextos%20nos%20quais%20vivemos)>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TERÇARIOL, A. A. de L. *et al.* As dimensões da avaliação em cursos online: reflexões e importância. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 19, n. 2, p. 283-300, 2016. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/journal/3314/331445859015/html/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.



Violência contra adolescentes na escola: um debate necessário?

Violence against adolescents at school: a necessary debate?

Douglas de Souza¹
João Bôsko Hora Góis²

Resumo

Este relato de experiência extensionista é fruto da extensão universitária, desenvolvida como parte da construção de uma dissertação de mestrado, realizada em uma escola estadual, na baixada fluminense, no município de Belford Roxo. Lá realizamos atividades com o objetivo de refletir sobre conceitos como LGBTQIA+fobia, racismo, intolerância religiosa e outras violências que se manifestam no cotidiano dos alunos dentro da comunidade escolar. Objetivou-se também trazer esses conceitos à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, sobretudo, demonstrar a importância de abordar sobre a diversidade sexual, diversidade racial e religião dentro da escola como forma de prevenção da violência contra a população infanto-juvenil.

Palavras-chave: Violência. Educação. Adolescência. Direito.

Abstract

This extensionist experience report is the result of an activity developed, as part of the construction of the master's thesis, carried out in a state school, in the Baixada Fluminense, in the municipality of Belford Roxo. There we carry out activities with the aim of incorporating concepts such as LGBTQIA+phobia, racism, religious intolerance and other violence that manifests itself in the daily lives of students within the school community. It was also aimed to bring these concepts to the light of the Child and Adolescent Statute. And above all, demonstrate the importance of addressing sexual diversity and racial diversity and religion within the school as a way of preventing violence against the child and youth population.

Keywords: Violence. Education. Adolescence. Right.

¹Discente no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) - doug.social@outlook.com

²Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) - jbhg@uol.com.br



1 Introdução

A construção desta atividade sobre violência e discriminação contra adolescentes no contexto escolar iniciou a partir de nossa visita ao Colégio Estadual General Ladário Pereira Teles (Belford Roxo – Rio de Janeiro), onde busquei realizar uma pesquisa exploratória para minha dissertação de mestrado, através de entrevistas com adolescentes gays, que tivessem vivenciado situações de homofobia no espaço escolar.

No decorrer da nossa inserção nesse campo empírico, estivemos apresentando a pesquisa para as turmas de ensino médio de 1º, 2º e 3º anos. Contudo, sem muito êxito na adesão dos alunos em participar, foi realizada uma atividade em conjunto com os professores, com o intuito de abrir caminho para maior aproximação dos alunos e para os mesmos se sentirem seguros e confiantes em participar da pesquisa.

Durante o período que estivemos na escola para realizar as entrevistas com alguns alunos interessados em participar da pesquisa, demandas relacionadas a racismo, LGBTQIA+fobia e abuso sexual se apresentaram na rotina escolar. Assim em conversa com professores que disponibilizaram momentos de sua aula para a realização de alguma atividade, cogitamos construir esta atividade dividida em três momentos, para trazer reflexão junto aos alunos, bem como apresentar alguns conceitos distantes da comunidade escolar.

No primeiro momento objetivou-se conhecer qual o entendimento dos alunos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), Diversidade Sexual, Diversidade, Gênero e Sexualidade e Violência no contexto escolar, a fim de que, posteriormente, pudéssemos apresentar de forma não exaustiva esses conceitos. Além disso, procurou-se investigar de que maneira a homofobia, intolerância religiosa, bullying, cyberbullying, racismo, transfobia e masculinidade tóxica interferem na permanência dos alunos na escola, a partir de um contexto de exclusão social.

Em um segundo momento, com a utilização de uma urna, sugerimos que os alunos escrevessem no papel palavras que, segundo eles, melhorariam o relacionamento e a comunicação dentro da escola. E em outro papel pedimos que



respondessem se já foram ofendidos por sua orientação sexual, raça, gênero ou qualquer outra condição que de alguma forma afetou seu relacionamento e permanência na escola.

Finalizando a atividade (terceiro momento), foram distribuídas algumas palavras para a turma, com temas como homofobia, transfobia, bullying, cyberbullying, masculinidade tóxica e intolerância religiosa. Foi orientada a discussão em grupos pequenos e posterior análise com toda a turma. A finalidade dessa atividade foi realizar uma análise dos discursos e entender como se dá a percepção dos alunos sobre temas considerados “polêmicos” e distantes do cotidiano.

O objetivo desse trabalho foi de contribuir para a comunicação não violenta na escola e despertar a reflexão nos alunos a partir da proposição de atividades que trabalhem temas sobre violência. Além disso, a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente objetivou fazer com que os alunos tivessem conhecimento sobre os seus direitos.

2 Desenvolvimento

Para realizar as atividades, iniciamos com a introdução de alguns conceitos “considerados” polêmicos, uma vez que historicamente não se discute sobre diversidade sexual, gênero e sexualidade, intolerância religiosa, entre outros assuntos relevantes para a comunidade escolar, pois, como afirmam Pessoa et. al (2017, p. 27), essas temáticas costumam ser silenciadas nas escolas, “num consenso velado entre os profissionais que nela atuam”. Além disso, devido a valores religiosos e morais assistese, em função da educação tradicional, a exclusão de temas contemporâneos no currículo educacional.

Abordar qualquer assunto que “fuja” do tradicionalismo da educação brasileira e que faça os alunos refletirem sobre suas ações e percepções é um esforço tamanho para a concretização de direitos sexuais e o reconhecimento da diversidade como um todo no espaço escolar, tendo em vista a variedade de identidades sexuais e culturas presentes na escola. Nessa linha de pensamento Balthazar (2020, p. 9) explica:



[...] diversidade é a celebração das diferenças. Seguindo esta lógica, é necessário “respeitar” a diversidade, “tolerar” a diversidade, “aceitar” a diversidade, promover a diversidade, compreender que a diversidade é parte de nós. Nós somos diversos, plurais.

Assim, iniciamos nossa atividade falando sobre a importância do artigo 227 da Constituição Federal e em seguida mostrando um panorama sobre os direitos de crianças e adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por entender a necessidade dos alunos de terem conhecimento sobre os direitos sociais, incluindo o direito à educação, conforme consta no artigo 53:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 34)

Além disso, o artigo 15 explica que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

Para aflorar o debate, após breve exposição da Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentamos o conceito de diversidade sexual, gênero e sexualidade sob a ótica do reconhecimento de novas identidades no ambiente escolar. Identidades essas que outrora eram ocultas devido a um cenário de exclusão social e obscurantismo, para um cenário de reconhecimento de direitos à luz da Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227, quando reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (BRASIL, 1988) e outras políticas sociais cuja a finalidade é o exercício da cidadania de grupos minoritários, uma vez que infelizmente, segundo Teixeira-Filho et. al (2011, p. 729), apenas a heteronormatividade é reconhecida e aceita por alunos, profissionais e a sociedade em geral.

Quando iniciamos a discussão sobre gênero e sexualidade, caminhamos na direção dos direitos sexuais, promoção da saúde e prevenção da violência. Segundo



dados da própria escola, quando a direção estava distribuindo kits de absorvente, após o período de aulas remotas, houve baixa procura das alunas por motivo de “vergonha”. Essa informação indica o quanto não falar de gênero e sexualidade na escola pode impactar na saúde e na vida de um/a adolescente como um todo.

Infelizmente, quando se trata da abordagem da temática de gênero, sexualidade e corpo no ambiente escolar, muitas vezes encontramos resistências e pré-conceitos em função de narrativas distorcidas e alimentadas por *fake news* sobre uma determinada “ideologia de gênero” ou o famoso “kit gay” que supostamente seria distribuído pelo Governo Federal nas escolas, o que já foi esclarecido pela imprensa brasileira como uma teoria falsa compartilhada por grupos políticos conservadores do país. De acordo com César e Duarte (2017, p. 151),

De um lado, a instalação do pânico moral traduzida pela “ideologia de gênero”, isto é, a afirmação do modelo heteronormativo, machista, misógino e LGBTfóbico, promovendo uma narrativa que visa preservar um ideal fantasmático de família contra a sua suposta destruição.

A partir dessas informações é que começa a se construir formas de resistência na contemporaneidade, onde se busca deslegitimar toda uma trajetória de conhecimento científico sobre a importância do debate de gênero e sexualidade nas escolas como forma de promoção da saúde e prevenção das violências, como a violência contra a mulher, a violência de gênero, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, como também o estupro de vulnerável.

Assim, Tozetti et. al nos elucidam que,

[...] a utilização de estratégias de prevenção primária, centradas na educação, visam chegar aos potenciais agressores que normalmente não seriam identificados como “em risco”. Internacionalmente são cada vez mais comuns estratégias de prevenção da violência em escolas, demonstrando que a prevenção primária pode melhorar as atitudes quanto às violências (2019, p. 72).

Segundo Amaro (2011, p. 90), “sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, orientação sexual e relações homoafetivas passaram a compor a agenda obrigatória da educação básica” a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da



Educação³. Entretanto, durante esse período de visitação na escola e com o novo currículo do ensino médio, observamos que essas pautas se encontram distantes da realidade escolar, devido à negligência e projetos de lei conservadores que objetivam cercear para que o debate não seja incluído no currículo e no cotidiano escolar.

Persiste ainda, em muitos discursos conservadores a ideia de que trabalhar a questão da sexualidade com crianças e adolescentes é um assunto delicado, que deve ser tratado no âmbito privado, ou seja, trata-se de uma responsabilidade da família. Porém, à medida em que essas pautas ficam no “jogo de empurra” entre o Estado e a família, crianças e adolescentes vão sofrendo violência, seja a intrafamiliar, por pessoas mais próximas, ou a institucional, quando as instituições não trabalham as temáticas para identificar o problema e desta forma fazer os possíveis encaminhamentos.

Para Louro (2012, p. 89) “se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também “fabrica” sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe”. É, de se considerar que esses sujeitos estão sendo produzidos a partir de relações de desigualdade em um contexto de violência.

Assim, partimos do princípio de que diversas tipologias de violências direcionadas aos adolescentes na escola, encontram pessoas vulneráveis que as vivenciam cotidianamente por não haver ações efetivas, devido ao desmonte da educação pública.

3 Metodologia

Como metodologia de trabalho utilizamos roda de conversa, dinâmica de grupo e debate, com o objetivo de potencializar o pensamento reflexivo e crítico nos alunos, a partir de um cenário de exclusão e violência no cotidiano escolar.

Para a análise, utilizamos duas técnicas – a análise de discurso e a análise de conteúdo. Sendo assim, por meio das palavras depositadas na urna, foi possível analisar de forma quantitativa o número de mudanças sugeridas pelos adolescentes.

³Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.



Conforme afirma Caregnato e Mutti (2006, p. 683)

a AC é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”

Dessa forma, como análise de discurso, as reflexões e o entendimento dos alunos sobre os temas tiveram como o objetivo de identificar quais percepções encontram-se ancoradas em bases do senso comum, valores religiosos ou pensamento crítico.

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança) (Caregnato e Mutti, 2006, p. 680)

3.1 Primeiro momento - Introdução dos conceitos.

Nesse primeiro momento nós buscamos introduzir alguns conceitos aos quais nossa atividade está ancorada, a partir do artigo 227 da Constituição Federal que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, uma vez que percebemos a carência de informação dos adolescentes sobre a própria legislação que resguarda seus direitos, a Lei 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A posteriori, à luz dessa legislação fundamentamos os direitos de crianças e adolescentes no que diz respeito à diversidade sexual, à proteção diante da LGBTQIA+fobia, do racismo, bullying, cyberbullying, intolerância religiosa e a masculinidade tóxica, devido ao fato desses fatores ocasionarem diversas questões negativas para o desenvolvimento dos alunos no espaço da escola.

3.2 Segundo momento - dinâmica

Foi criada uma urna para que os adolescentes pudessem colocar palavras pelas quais já foram ofendidos, devido à sua orientação sexual, raça, gênero ou qualquer outra condição que de alguma forma afetou seu relacionamento na escola. E em um



outro papel eles deveriam escrever palavras que, segundo eles, melhorariam o relacionamento e a comunicação na comunidade escolar.

3.3 Terceiro momento - Sorteio das palavras e divisão dos grupos para discussão dos casos (7 matérias de jornais)

No terceiro e último momento nós sorteamos matérias de jornais com temas que envolveram toda a discussão do primeiro momento, para que os alunos debatessem em grupos e posteriormente expusessem para a turma na roda de conversa.

Títulos das matérias de jornais:

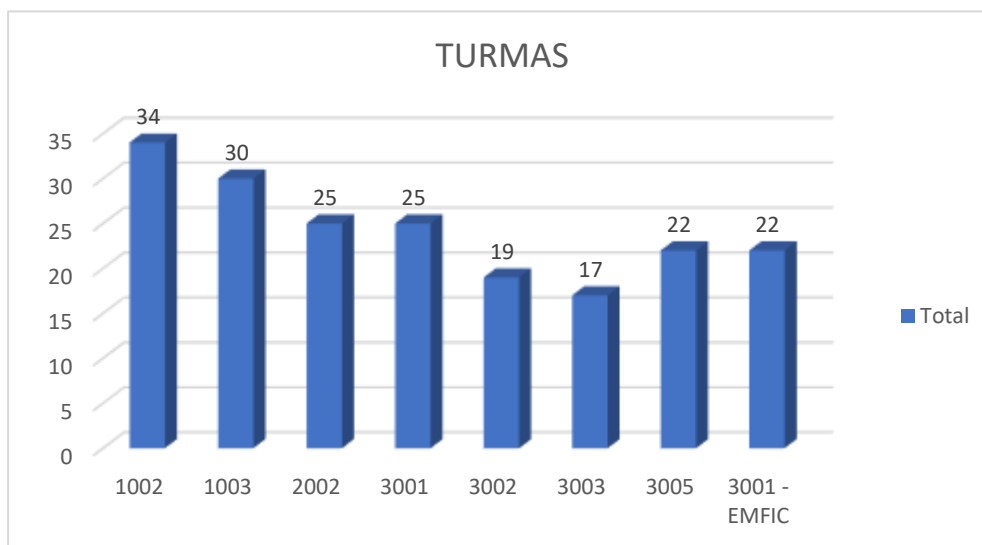
- Cyberbullying: como identificar, impactos e consequências;
- Coletivo denuncia intolerância religiosa após adolescente umbandista ser agredida em escola de Joinville;
- Homem não chora? Projeto com jovens visa o fim da masculinidade tóxica;
- Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio;
- Adolescente afirma ter sido espancado por homofobia após episódios de bullying em escola de Arujá;
- 77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo

3.4 Quantitativo/Público-alvo/Análise de dados:

Para a realização das atividades contamos com 194 alunos/adolescentes de oito turmas, sendo estas turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A turma com maior número de alunos presentes nas atividades reuniu 34 alunos no auditório.



Figura1 – Turmas dos alunos



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Do total de 194 alunos que participaram das atividades, 49% representam o público masculino e 49% o feminino. E 2% não responderam sobre seu sexo.

Desse quantitativo, apenas seis estudantes conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém de forma superficial. E nenhum aluno conhecia o termo “masculinidade tóxica”. Temas como diversidade sexual, a proteção diante da LGBTQIA+fobia, do racismo, bullying, cyberbullying e intolerância religiosa, já tinham ouvido falar, mas não compreendiam.

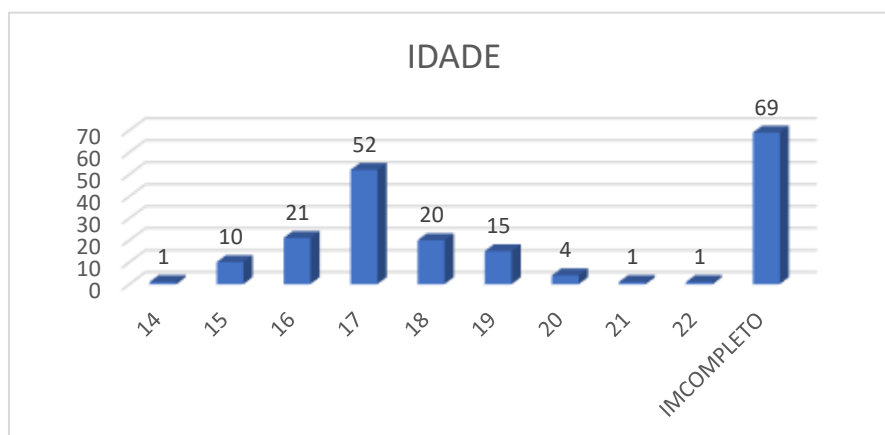
Na turma 2 um grupo de meninos que recebeu a palavra homofobia para debater se recusou a participar. Outro grupo ficou com a palavra transfobia e um dos adolescentes relatou ser inadmissível uma pessoa ser trans, afirmando: “se o meu filho cogitasse ser, eu colocaria dentro de um colégio militar”.

Nas turmas 1 e 3, para alguns alunos, principalmente meninos, foi evidente o incômodo em falar sobre a homofobia, transfobia e masculinidade tóxica. Já nos grupos compostos também por meninas as adolescentes tiveram maior participação.

Dispondo a idade dos participantes em um gráfico (figura 2), podemos observar que alunos com 17 anos formam a maioria, sendo 52 alunos com essa idade. Não responderam a sua idade 69 alunos.



Figura 2 - Quantitativo de idade de acordo com a lista de presença.



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

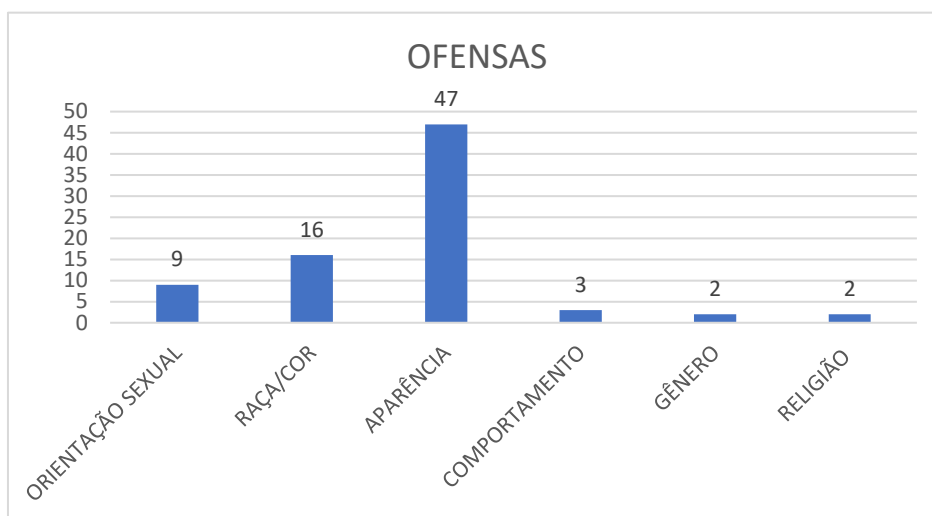
As palavras depositadas na urna, que representam ofensas, foram classificadas quanto à orientação sexual, raça/cor, à aparência, comportamento, gênero e religião (Figura 3). Podemos observar que 47 alunos relataram que já foram ofendidos devido à sua aparência, através de falas como: “gordo”, “cabelo duro”, “esquisito” e “estranho”. No quesito cor/raça, 16 alunos afirmaram ter sido ofendido, através de falas como “macaco” e “preto”.

Em relação à orientação sexual, nove alunos informaram que foram ofendidos como “viadinho”. Para Balthazar (2020, p. 14) essa questão explica o

Paradoxo, da criança viada afirmada ao viadinho, um diminutivo que marca a força da violência como currículo, como pedagogia, que visa normalizar os corpos dissidentes na escola.



Figura 3 – Quantitativo de ofensas de acordo palavras depositadas na urna.



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Em relação às outras três variáveis, que remetem ao comportamento, gênero e religião, alguns alunos afirmaram ter sido expostos por ter comportamentos considerados diferentes dos demais adolescentes na escola.

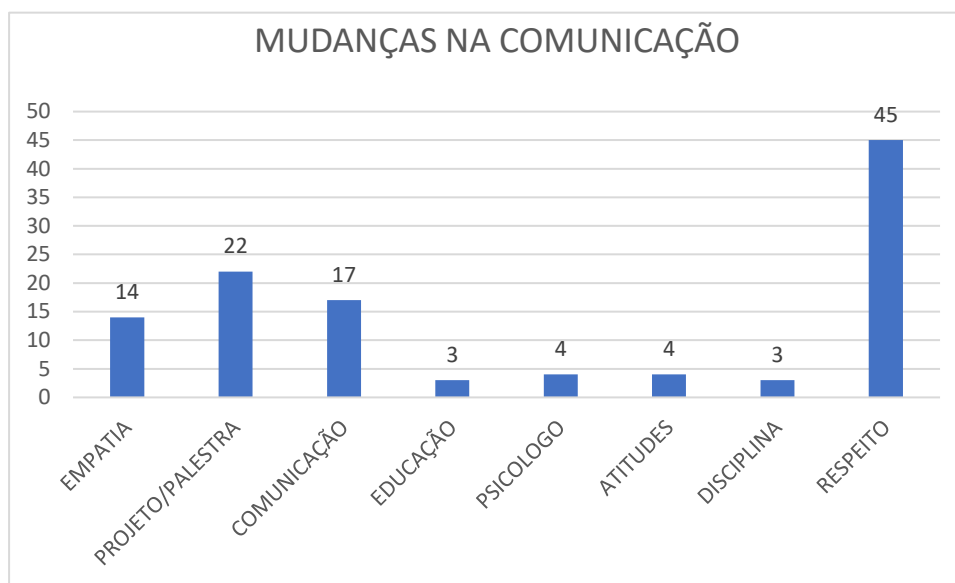
Conforme o gráfico (Figura 4), 45 alunos informaram que o respeito poderia mudar a comunicação entre eles. Para 22 alunos a criação de projetos/palestras pode melhorar a comunicação a partir das violências. Já 17 alunos responderam comunicação e 14 alunos informaram que a empatia pode melhorar esse ambiente hostil.

Palavras como educação, atitudes, psicologia e disciplina tiveram um baixo destaque, visto que os alunos informaram o respeito como maior componente para que haja um bom relacionamento e respeito à diversidade sexual e diversidade de raças e religiões.

No total de 194 alunos participantes, 84 não informaram nenhuma mudança para melhorar a comunicação entre os alunos.



Figura 4 - Quantitativo de mudanças de acordo com palavras depositada na urna



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

4 Considerações finais

As atividades realizadas nas três semanas em que estivemos na escola se constituem em um componente importante para pensar sobre a violência no cotidiano escolar direcionada para adolescentes, no que tange à sua condição de orientação sexual e raça/cor. Observamos que muitos conceitos expostos durante os três momentos das atividades estão longe da rotina escolar, sendo um fator necessário de ser incorporado em atividades habituais na escola, não somente em eventos esporádicos em comemoração a determinadas datas que buscam conscientizar sobre um fenômeno social.

A violência contra crianças e adolescentes necessita de atenção por parte dos responsáveis, educadores e da sociedade civil, sendo esse um assunto de responsabilidade de todos. Sem dúvidas todos esses relatos dos alunos e a falta de conhecimento sobre todo o conteúdo é somente a ponta do *iceberg* para tantas outras violências que essa população sofre dentro da escola, pela negligência e ausência de políticas sociais efetivas.



Portanto, acreditamos que uma política de educação emancipatória, que esteja aberta a discutir sobre a diversidade sexual no seu cotidiano e tantas outras questões pertinentes para o desenvolvimento dos alunos seja o principal mecanismo para uma escola que crie asas nos alunos, como afirma Rubem Alves⁴ no seu poema:

*"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo".*

Referências

AMARO, Sarita T.A. **Serviço Social na educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: ed. UFSC, p. 92, 2011.

BALTHAZAR, G. S. **Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e69557, 2020.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Câmara dos Deputados – Série Legislação, 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAREGNATO, Catarina. Mutti R. **PESQUISA QUALITATIVA: ANÁLISE DE DISCURSO VERSUS ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. **Governo e pânico moral: corpo, gênero**. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, p. 89, 201.

PESSÔA, Lilian Correia, et al. **Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores**. In: Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 2, n. 3. jan./jun. 2017

⁴ ALVES, Rubem. Gaiolas e asas. **Histórias em Português**, 2004. Disponível em: <https://contadoresdestorias.wordpress.com/2012/02/19/gaiolas-e-asas-rubem-alves/> Acesso em: 20 de out, 2022.



TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva, et al. **Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-742, dez. 2011.

TOZETTI, Renata de Fatima, et al. **Gênero e Diversidade na Escola: reflexões sobre uma política pública intersetorial de prevenção à violência.** revista entreideias, Salvador, v. 8, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2019.



Maternagem, Mídia e Infância: principais desafios e aprendizados do projeto @mmi.ufpe

Mothering, Media and Childhood: key challenges and learning of the project @mmi.ufpe

Maria Collier de Mendonça¹
Rogério Luiz Covaleski¹
Rodrigo Phelipe Lopes²
Brenda Guedes²
Marília Félix de Carvalho³
Viviane Maria dos Santos³

Resumo

Este relato de experiência apresenta o projeto de Extensão Maternagem, Mídia e Infância. Esta atividade extensionista objetivou debater como processos de comunicação e produções midiáticas interagem com a maternagem e a infância contemporâneas. Para tanto, realizamos encontros remotos no *Google Meet*[®], *lives* no *YouTube*[®] e programas para a emissora-escola da UFPE Rádio Paulo Freire AM, também publicados como podcasts no *Spotify*[®]. Até agosto de 2022, as sete *lives* realizadas no *YouTube*[®] alcançaram, ao todo, 1000 visualizações e os seis podcasts no *Spotify*[®] receberam cerca de 100 reproduções, enquanto o perfil do Instagram[®] (@mmi.ufpe) ultrapassou a marca de 460 seguidores. Neste texto, descrevemos as motivações que inspiraram o projeto, suas fundamentações teórico-metodológicas e alguns resultados. Por fim, são indicados os próximos passos do segundo ano do projeto, com início em setembro de 2022.

Palavras-chave: Maternagem. Mídia. Infância. Comunicação. Consumo. Covid-19.

Abstract

This experience report presents the project Mothering, Media and Childhood. This university extension activity aimed at discussing how communication processes and

¹ Docentes do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - maria.cmendonca@ufpe.br; rogerio.covaleski@ufpe.br

² Colaboradores voluntários no projeto de Extensão Maternagem, Mídia e Infância (UFPE) - rodrigo.phelipe@ufpe.br; blguedes@gmail.com

³ Discentes do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e extensionistas voluntárias no projeto de Extensão Maternagem, Mídia e Infância - marilia.felix@ufpe.br; viviane.marias@ufpe.br



media productions interact with contemporary mothering and childhood. For this purpose, we have held remote meetings on Google Meet®, live stream debates on YouTube® and programs for UFPE's University Radio Station Paulo Freire AM, also published as podcasts on Spotify®. Until August 2022, our seven YouTube® live stream debates have reached more than 1000 views combined, and our six podcasts have received about 100 plays on Spotify®, while our Instagram® profile (@mmi.ufpe) has surpassed the overall mark of 450 followers. This paper describes the motivations that have inspired this project, its theoretical and methodological foundations, and some of its results. Finally, we allude to its next steps, as the second year of the project starts in September 2022.

Keywords: Mothering. Media. Childhood. Communication. Consumption. Covid-19.

1 Motivações e contextualização do projeto @mmi.ufpe

Durante a pandemia da Covid-19, o distanciamento social intensificou o uso das mídias e da internet como ferramentas para se dar continuidade a atividades educacionais e laborais remotamente. Isolados em casa, adultos e crianças alteraram suas rotinas para manter o contato com professores e colegas de trabalho ou escola. Se antes disso já era necessário debater as relações entre maternagem, mídia e infância integrando a academia com outras esferas sociais, o contexto pandêmico tornou tais discussões imprescindíveis (COLLIER DE MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2021).

No projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância (@mmi.ufpe), organizou-se *lives*, encontros online, programas de rádio e podcasts para conversar sobre significados culturais e construções sociais disseminados nas mídias (publicidade, jornalismo, redes sociais) sobre ser mãe e ser criança, levando-se em conta desafios e aprendizados pandêmicos. A iniciativa procurou estimular a interação dialógica entre a universidade e a sociedade, a fim de incentivar a formação discente e a conscientização social. Buscou-se explorar modos como as identidades e alteridades maternas, paternas e infantis se constroem mutuamente por meio do convívio entre si e interações sociais, sobretudo nos ambientes midiáticos.

O projeto teve início em agosto de 2021, coordenado por Maria Collier de Mendonça e Rogério Luiz Covalski, professores do Departamento de Comunicação da UFPE. Marília Félix, Viviane Santos e Diogo Barbosa (estudantes do mesmo



departamento); Debora Santos e Nirvana Lima (pós-graduandas em Comunicação na UFPE); Brenda Guedes (Pós-doutoranda em Comunicação na UFC) e Milena Freire de Oliveira-Cruz (professora da Faculdade de Comunicação da UFSM) completaram a equipe extensionista⁴.

As atividades têm sido divulgadas no Facebook® e Instagram®. Nesta última rede, o perfil @mmi.ufpe chegou a 519 seguidores em novembro de 2022. Entre agosto de 2021 e maio de 2022, foram realizadas sete *lives* com convidadas(os) da academia e terceiro setor, que computaram, juntos, mais de 1000 visualizações no *YouTube*®. Também foram produzidos seis episódios de um programa para a Rádio Paulo Freire AM, emissora-escola da UFPE, disponibilizados posteriormente como *podcasts* na plataforma de *streaming Spotify*®. O público-alvo reúne discentes e docentes da UFPE e outras instituições educacionais, pessoas que maternam e profissionais de órgãos governamentais, escolas, empresas, organizações não-governamentais e demais setores interessados.

2 Referenciais teóricos e metodológicos: da pesquisa à extensão e vice-versa

O projeto @mmi.ufpe integra conhecimentos das áreas de comunicação, mídia, consumo, sociologia e educação, mas também se baseia nas diretrizes da extensão universitária: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto da formação estudantil e impacto na transformação social. A metodologia que orienta o projeto apresenta quatro etapas – planejamento, organização, execução e avaliação – as quais dirigem a organização de debates, encontros e programas realizados.

Durante as atividades, a equipe acessou referências teóricas que incluem textos lecionados nas disciplinas “Ética e Legislação Publicitária”, “Mídia e Infância” e “Comunicação e Mídias Digitais”; estudos produzidos pelo Grupo de Pesquisa Publicidade Híbrida e Narrativas de Consumo (GP PHiNC UFPE/ CNPq) ou por pesquisadores externos. A bibliografia utilizada abarca pesquisas sobre maternidade

⁴ Protocolo de envio do projeto no SIGProj N°: 369290.2040.360637.21052021



e maternagem nas mídias (COLLIER DE MENDONÇA, 2010; 2014; 2021; COLLIER DE MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020; OLIVEIRA-CRUZ; COLLIER DE MENDONÇA, 2021), bem como estudos de infância e mídia desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Publicidade Híbrida e Narrativas de Consumo (GUEDES, 2014; GUEDES; COVALESKI, 2020; LIMA et al., 2020; SANTOS et al., 2021).

Uma vez que o projeto explora repercussões sociais e midiático-comunicacionais envolvendo maternidade, maternagem e infância, partiu-se de referências interdisciplinares, que articulam estas três temáticas à comunicação, ao consumo e à mídia. Entende-se que práticas e significados socioculturais constituem-se por meio de processos de comunicação, produção e circulação de mensagens e imagens que impactam modos de ser mãe e ser criança contemporâneos.

Os Estudos Maternos abarcam as ciências humanas, sociais e biológicas (O'REILLY, 2010), dialogando com os Estudos Feministas e de Gênero. Tal campo apresenta três temáticas-chave: 1) discussão crítica de políticas públicas, leis, ideologias e imagens que, fundamentadas no patriarcado, sustentam a opressão materna; 2) estudo das experiências práticas de cuidado materno; e 3) impacto do "tornar-se mãe" nas identidades, subjetividades, autoestimas e autoimagens das mulheres. Vista tal amplitude temática, é frequente a participação de organizações não-governamentais, ativistas e profissionais que maternam em debates e publicações da área.

Segundo Collier de Mendonça (2014), Adrienne Rich (1976) cunhou a definição de *motherhood*, que diz respeito ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais da maternidade. Por esse motivo, maternidade é a palavra que melhor traduz o conceito de *motherhood* para o português. O termo *mothering*, por sua vez, resulta da fusão do verbo *to mother* (RUDDICK, 1989) com o sufixo *-ing*, indicando ação e processo contínuo. Assim, a palavra maternagem é o termo que melhor traduz o conceito de *mothering* para o português, por incluir o sufixo latino *-agem*, que expressa ação ou resultado de ação. Nessa perspectiva, áreas como a psicologia e o serviço social já utilizam o termo maternagem para designar cuidados com crianças ou adultos, realizados pelas mães ou outros cuidadores. O termo maternagem foi incluído



no título deste projeto para visibilizar justamente a necessidade de envolvimento de mais pessoas com o trabalho materno e do fortalecimento de estruturas e redes de apoio governamentais e sociais para se evitar a exaustão das mulheres.

Por outro lado, Estudos de Mídia e Infância envolvem as áreas de comunicação, educação e ciências sociais e vêm se consolidando em programas de pós-graduação brasileiros e estrangeiros. O campo integra conhecimentos interdisciplinares e interprofissionais, incentiva debates multissetoriais (envolvendo academia, governo, mercado, terceiro setor e sociedade civil), para compreender as interações de crianças e adolescentes com as mídias considerando a ubiquidade da comunicação na sociedade de consumo (GUEDES; COVALESKI, 2020).

3 Tecendo um novo diálogo sobre maternagem, mídia e infância

Durante as atividades do @mmi.ufpe, conversou-se sobre como mães, pais, responsáveis, educadores, crianças e adolescentes interagem com as mídias e produzem conteúdos; tendo em vista implicações éticas, dificuldades acentuadas na pandemia da Covid-19; influências da cultura do consumo; dos valores patriarcais e neoliberais.

De agosto de 2021 a maio de 2022, foram realizadas sete *lives*, transmitidas ao vivo no canal de extensão e cultura da UFPE no *YouTube*[®]. Dentre os temas debatidos, cita-se: “Crianças, Publicidade e Consumo”, “Crianças e Consumo no Digital”, “Lugar de mãe é onde ela quiser?” e “Maternidades plurais, mídia e desigualdades”. Foram abordados apelos publicitários dirigidos às crianças e o intenso uso das mídias na pandemia; desigualdades de gênero nos espaços domésticos, laborais e acadêmicos; a sobrecarga de trabalho materno e a queda do desempenho científico materno na pandemia, dentre outras questões. Para tanto, foram convidados debatedoras(es) de diferentes regiões do país, atuantes na academia, em movimentos sociais e no terceiro setor. Além disso, houve interação com a audiência online via *chat*, por meio de comentários e perguntas nesses encontros.

Em outubro e novembro de 2021, foram realizados dois encontros remotos através do *Google Meet*[®], intitulados “MMI Conecta” e “MMI Compartilha”, no intuito



de conectar profissionais, discentes e docentes interessados em na temática. Nessas reuniões, estiveram presentes participantes nacionais e estrangeiros. Já os programas de rádio e *podcasts* abordaram temas como dificuldades e desafios para a inserção, permanência e progresso das mães nas universidades; práticas e discursos publicitários direcionados ao público infantil e, por fim, reflexões e aprendizados obtidos ao longo dessa experiência extensionista.

Os materiais de divulgação das *lives*, encontros online, programas de rádio, *podcasts* e demais atividades do projeto foram veiculados no *Instagram*® e *Facebook*®. A seguir estão alguns exemplos das peças veiculadas.

Imagem 1 – Materiais de divulgação do projeto



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

4 Considerações finais

Ao longo do primeiro ano do projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância, discutiu-se os modos de ser e viver a maternagem e a infância em diálogo com as mídias. Concluiu-se que há muitos desafios para ampliar as discussões que se



deseja por se tratar de uma temática complexa, interdisciplinar e interprofissional. Portanto, é necessário fortalecer as redes de colaboração, de modo que se possa desenvolver novos espaços para se debater das questões circundantes abarcando universidades e sociedade.

Observa-se que a pandemia de Covid-19 levou muitas mães à exaustão no período de distanciamento social. A necessidade emergencial de implementação do trabalho e ensino remotos transformou lares em ambientes multifuncionais, sem que existissem estruturas de suporte para mães e crianças. Isso deu visibilidade global às dificuldades femininas em lidar simultaneamente com os trabalhos maternos, domésticos e remunerados, combinados com os estudos e as pesquisas acadêmicas (COLLIER DE MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020; PARENT IN SCIENCE, 2020; O'REILLY, 2020). Em virtude disso, procurou-se destacar as dificuldades maternas, as consequências desse cenário para as crianças e o aumento das desigualdades de gênero na academia e mercado de trabalho ao longo das atividades do projeto @mmi.ufpe. Ressalta-se que, quando há insuficiência de políticas de apoio à infância e à maternagem, reforça-se a prevalência de valores patriarcais e neoliberais.

Talvez a contribuição do primeiro ano do projeto @mmi.ufpe tenha sido pequena perante os desafios enfrentados sobretudo no período de distanciamento social, enquanto se aguardava ansiosamente o início da vacinação em massa. O primeiro ano do projeto foi um passo inicial, cuja continuidade se dará a partir de setembro 2022, com o início da nova temporada na Rádio Paulo Freire AM. Com a retomada das atividades presenciais no *campus*, a nova etapa do projeto @mmi.ufpe incluirá ações presenciais no Centro de Artes e Comunicação da UFPE para incentivar o debate sobre as necessidades de inclusão, permanência e progresso das mães nas universidades.

Além disso, como perspectivas, o projeto seguirá estimulando o debate sobre mídia e infância; para isso, discutirá relações entre crianças e consumo; crianças e publicidade; crianças, internet e mídias digitais; de modo a contribuir socialmente para conscientização das implicações das relações entre comunicação, mídia e consumo com o desenvolvimento infantil contemporâneo.



Agradecimentos

Aos integrantes da equipe do projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância: Carolina Dantas de Figueiredo, Debora Santos, Diogo Barbosa, Márcia Rezende, Milena Freire de Oliveira-Cruz e Nirvana Lima. Aos palestrantes convidados e aos ouvintes que acompanharam nossas *lives*, programas de rádio, podcasts e encontros no *Google Meet*®. À equipe da Rádio Universitária Paulo Freire AM, emissora escola da UFPE; à equipe de comunicação e apoio técnico da Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPE, especialmente ao bolsista Herbert Nicolas de Assis, estudante que nos ajudou com as transmissões das lives no canal de Extensão e Cultura da UFPE no *YouTube*®.

Referências

BUCKINGHAM, David. **Crescer na Era das Mídias Eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

COLLIER DE MENDONÇA, Maria. **Grávidas, mães e a comunicação publicitária**. Uma análise semiótica das representações da gravidez e maternidade na publicidade contemporânea de mídia impressa. 2010. Dissertação de Mestrado (Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

COLLIER DE MENDONÇA, Maria. **A maternidade na publicidade**. Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. Tese de Doutorado (Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

COLLIER DE MENDONÇA, Maria. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/54296>. Acesso em: 8 out. 2021.

COLLIER DE MENDONÇA, Maria; OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. The Challenges of being a mother and an academic researcher during the COVID-19



pandemic in Brazil. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 11, n.2/ v12 n.1, p. 287-308, 2020. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40621>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GUEDES, Brenda; COVALESKI, Rogério. Mídia e Infância: uma experiência perpassada pelo exercício da literacia publicitária. In: COVALESKI, Rogério. **Da publicidade ao consumo: ativismos, reconfigurações, interações**. Recife: Ed. UFPE, 2020, pp. 33-57.

GUEDES, Brenda; CARVALHO, Bárbara J. de (Org.). **Infâncias, juventudes e debates emergentes em comunicação**. 1ª. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oS0NEAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GUEDES, Brenda Lyra. **Publicidade e infância: representações e discursos em uma arena de disputas de sentidos**. Recife, 2014. 125 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação.

LIMA, Antônia Nirvana Gregório; SANTOS, Débora Maria dos; COVALESKI, Rogério Luiz. Seu Filho Está on-line: Segurança Digital de Crianças e Controle Parental no TikTok. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, 2020. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0680-2.pdf>. Acesso: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; MENDONÇA, Maria Collier de (Org.). **Maternidade nas Mídias**. Santa Maria: Editora FACOS UFSM, 2021.

O'REILLY, Andrea. **Maternal Theory: Essential Readings**. Bradford: Demeter Press, 2007.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism. Theory, Activism, Practice**. Bradford: Demeter Press, 2016.

O'REILLY, Andrea. "Trying to Function in the Unfunctionable": Mothers and COVID-19. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v.11, n.1, 2020. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40588/36759>. Acesso em: 30 abr. 2021.

O'REILLY, Andrea; GREEN, Fiona J. **Mothers, Mothering and Covid-19: Dispatches from a Pandemic**. Bradford: Demeter Press, 2021.



PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19 **Informativo Parent in Science**, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born**. Motherhood as Experience and Institution. New York: Norton & Company, 1976.

RUDDICK, Sara. Maternal Thinking. Towards a Politics of Peace. **Feminist Studies**, v.6, n.2, p.342-367, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3177749>

SANTOS, Débora M.; LOPES, Rodrigo P. R.; COLLIER DE MENDONÇA, Maria. Mídia e Infância: uma temática que ainda mobiliza mais autoras mulheres? Reflexões a partir dos anais do Comunicon. In: 8º Congresso Internacional em Comunicação e Consumo. Comunicon, 2021 **Anais** [...]. São Paulo, ESPM-SP. Disponível em: <https://comunicon.espm.edu.br/gtsposgraduacao/>. Acesso: 08 out. 2021.

SOARES, Ana Carolina E. C.; CIDADE, Camilla de A. S.; CARDOSO, Vanessa C. (Org.). **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Editora Bindi, 2020. Disponível em: <https://www.editorabindi.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

TOMAZ, Renata. **O que você vai ser antes de crescer**: youtubers, infância e celebridade. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TOMAZ, Renata; MARÔPO, Lídia. Mídia e infância: perspectivas comunicacionais para a vida cotidiana das crianças. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 1, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/40738>. Acesso em: 30 abr. 2021.



Contação de histórias como ação extensionista para o letramento de crianças na cidade de Bom Jesus (PI)

Storytelling as an extensionist action for the literacy of children in the city of Bom Jesus (PI)

Valdeney Lima da Costa¹
Cleidiana Ribeiro da Silva²

Resumo

Esse texto descreve os resultados da ação extensionista denominada *Contação de histórias na perspectiva do Letramento em ambientes educativos*, promovida pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus de Bom Jesus. Teve como objetivo promover práticas de contação de histórias em ambientes educativos para crianças de 4 a 8 anos de idade. As ações extensionistas ocorreram durante o ano de 2021, por meio da plataforma *Google Meet*, com a participação de crianças e seus respectivos responsáveis. Nos encontros virtuais com os participantes dessa ação, utilizamos a exibição de microvídeos gravados, compartilhamento de histórias, imagens, sugestão de atividades de reconto e produção textual. Ao final da execução do projeto, verificamos, por meio de relatos dos participantes, que as vivências realizadas foram consideradas proveitosas e colaboraram no processo de letramento das crianças, estimulando os usos sociais da oralidade, leitura e a produção textual.

Palavras-chave: Ação extensionista. Contação de histórias. Letramento.

Abstract

This report describes the results of the extension action called *Storytelling in the perspective of Literacy in educational environments*, promoted by the State University of Piauí (UESPI), Campus Bom Jesus. The objective was to promote storytelling practices in educational environments for children aged 4 to 8 years. The extension actions took place over the months of 2021, through the *Google Meet* platform, with the participation of children and their respective guardians. In the virtual meetings with the project participants, we used the exhibition of recorded micro videos, and sharing of stories, and images, suggestion of re-telling and writing activities. At the

¹ Docente do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - valdeneylima@bjs.uespi.br

² Discente do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - cleidiasilva@aluno.uespi.br



end of the project's execution, we verified, through reports from those participants, that the experiences were considered useful and collaborated in the literacy process of the children, stimulating the social uses of orality, Reading, and writing texts.

Keywords: Extensionist action. Storytelling. Literacy.

1 Introdução

A Extensão Universitária, enquanto forma de estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade, é imprescindível. É uma espécie de ponte permanente, na qual surge o elo entre o conhecimento produzido na academia e os saberes elaborados no seu entono, promovendo, assim, o encontro entre os diferentes tipos de saberes.

As ações extensionistas universitárias, unidas ao ensino e à pesquisa, propiciam aos acadêmicos a oportunidade de colocar em prática as teorias aprendidas em sala de aula.

No presente texto, descrevemos os resultados da ação extensionista denominada *Contação de histórias na perspectiva do Letramento em ambientes educativos*, promovida pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no campus da cidade de Bom Jesus, Piauí. Teve como objetivo geral promover práticas de contação de histórias em ambientes educativos para crianças de 4 a 8 anos de idade, utilizando diferentes estilos literários. Em razão da pandemia da Covid-19, a referida ação extensionista foi realizada de modo não presencial, recorrendo às plataformas virtuais.

Nosso relato inicia-se contextualizando a ação extensionista no âmbito institucional, seguida da descrição das atividades realizadas para os participantes da comunidade universitária e finaliza com as considerações sobre a experiência aqui relatada.

2 A contação de histórias como ação extensionista

A contação de histórias é uma atividade pedagógica essencial no processo formativo das crianças. Seja na escola ou em espaços não escolares, essa prática necessita ser estimulada, uma vez que favorece, entre outros aspectos, a competência



leitora dos sujeitos. Como nos diz Lacombe (2015), a escuta de histórias proporciona a imersão no mundo da narrativa, favorecendo o caminho para o aprendizado da leitura.

Partindo do entendimento que ler é diferente de contar histórias, uma vez que esta requer a observação de etapas de organização pelo contador, reconhecemos a limitação de práticas narrativas de histórias, sobretudo, nos espaços escolares de Ensino Fundamental na rede municipal de ensino de Bom Jesus-PI. Entendemos que o tempo escolar deve ser preenchido com atividades cognitivas que, para além do desenvolvimento de competências em leitura e escrita, enfatize os aspectos mais amplos da formação integral dos estudantes, a exemplo da expressão oral e a capacidade de estabelecer relações entre fatos reais e imaginários.

No intuito de colaborarmos com a formação educacional das crianças da cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí, submetemos um projeto de ação extensionista ao Edital nº. 08/2020 do Programa de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEU) da UESPI, sendo contemplado com uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para uma acadêmica do curso de Pedagogia. Com o título denominado *Contação de histórias na perspectiva do letramento em ambientes educativos*, teve como objetivo: promover práticas de contação de histórias, na perspectiva de letramento, para crianças de 4 a 8 anos de idade em ambientes educativos da cidade de Bom Jesus, utilizando diferentes estilos literários. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos: (1) Estimular práticas de leitura, oralidade e produção textual pelas crianças; (2) Elaborar vivências com contação de histórias apoiadas em diferentes gêneros textuais; (3) Produzir material didático impresso e/ou audiovisual contendo histórias infantis para cessão de uma cópia às instituições parceiras desse projeto.

Para o desenvolvimento de nossas atividades, priorizamos crianças na faixa etária de 4 a 8 anos por entendermos que se refere ao início da escolarização e ao período recomendado para a alfabetização das crianças pela escola, segundo uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024).

O projeto deveria iniciar suas atividades no ano de 2020. No entanto, com a emergência da segunda onda da pandemia da Covid-19, precisamos ajustar o cronograma de atividades do referido projeto, pois essa questão sanitária



impossibilitou a realização de atividades acadêmicas presenciais. Com o distanciamento social decretado por medidas governamentais, necessitamos modificar as ações externas em ambientes educativos, deslocando-as do mundo físico para o ambiente virtual.

Sobre as ações anteriormente expressas no projeto que foi submetido ao Edital PIBEU nº. 018/2020, realizamos atividades de (re) planejamento, estudos em grupo e pesquisa de materiais (livretos de histórias infantis) para a composição do nosso baú de contação de histórias. Realizamos, portanto, atividades formativas com o grupo de trabalho para, posteriormente, alcançarmos nossos participantes.

Assim, os primeiros meses de vigência de nosso projeto (fevereiro/julho de 2021) foram dedicados aos estudos teóricos de artigos sobre as temáticas da extensão e letramentos e ao replanejamento das etapas que estavam dispostas no cronograma das atividades do projeto.

No que se refere aos estudos sobre a temática da extensão, destacamos a compreensão de Ribeiro (2011, p. 87), que afirma:

a extensão universitária é um mecanismo que a academia pode fazer uso de diversas formas: realizando ações de prestação de serviços a comunidade universitária e de seu entorno; oferecendo atendimento a comunidade e levando seu conhecimento por meio de cursos, seminários, laboratórios; e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Na instituição que fazemos parte, as atividades de extensão estão normatizadas pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) nº. 38, que estabelece que “A ação Extensionista da UESPI será desenvolvida sob forma de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, 2020).

Em relação aos estudos sobre a temática do Letramento, estudamos a obra de Soares (2018), que o entende como prática social da leitura e da escrita. Apesar do foco na referida temática, buscamos leituras sobre a circulação de outras perspectivas teóricas, a exemplo da ideia de Multiletramentos (ROJO; BARBOSA, 2015), que incorporam em suas discussões não apenas textos literários, mas gêneros textuais



hipermodernos e multimodais apoiados na ideia de multiletramentos.

Ainda no segundo semestre (agosto/dezembro de 2021), as vivências e ações do projeto, transcorreram de forma virtual, considerando o cenário atual, a continuidade da pandemia de Covid-19. Como dito, essa ação foi adversa aos objetivos iniciais e cronograma do projeto, que projetava acontecer de forma presencial. Nesse sentido, com o impedimento de natureza sanitária, as adaptações fizeram-se necessárias para atender a atual realidade do projeto. Parte importante dessas ações teve como suporte o uso de tecnologia digitais, para suprir a ausência física da equipe proponente, assim como das crianças participantes do projeto.

Sobre o desenvolvimento das ações indicadas no projeto, salientamos que, nesta segunda etapa, realizamos reuniões, replanejamento de ações, atividades formativas, rodas de conversas coletivas com cursistas de outros períodos e vivências práticas de contação de histórias de forma presencial em ambiente físico de uma creche municipal de Bom Jesus.

Abordando, nesse momento, algumas atividades desenvolvidas, destacamos, aqui, a vivência de duas ações realizadas em períodos diferentes e que contou com uma boa participação das crianças, acompanhadas de seus pais ou responsáveis.

Imagem 1: Vivência de prática de contação de história alusiva ao Dia do Folclore



Fonte: Arquivo pessoal do coordenador do PIBEU (2021)



A ação representada na Imagem 1 foi alusiva ao Dia do Folclore – 22 de Agosto. A atividade foi gravada e exibida pela plataforma *Google Meet* para as crianças de uma creche da rede municipal da cidade de Bom Jesus. A história contada foi a do personagem Curupira. Utilizamos como recurso didático um livro com as imagens da narrativa para o desenvolvimento dessa atividade. Após a contação dessa lenda, buscamos a interação com as crianças participantes, incentivando-as a recontar a história ouvida, assim como a responder questionamentos sobre outros personagens que fazem parte do folclore brasileiro (Saci Pererê, Mula sem cabeça, Yara). Também abordamos as características do gênero textual Lenda com as crianças participantes, explicando ou propondo questionamentos.

Em outro momento, confeccionamos um recurso para a contação da história clássica do Patinho Feio, conforme demonstrado na Imagem 2.

Imagem 2: Produção de material didático para o projeto



Fonte: Arquivo pessoal da bolsista extensionista (2021)

A história foi contada através de palitoches. Como na vivência anteriormente relatada, gravamos o conto por meio de um vídeo curto que, posteriormente, seria exibido pela plataforma *Google Meet* no momento do encontro virtual. Ressaltamos que essa produção audiovisual foi disponibilizada aos professores de uma creche



municipal para ser usado como recurso didático nas aulas remotas dessa instituição de ensino.

As atividades dos últimos meses do projeto (final do ano de 2021) ocorreram de acordo com a proposta inicialmente apresentada no projeto, sendo possível desenvolver ações presenciais com as crianças, uma vez que as aulas escolares estavam retornando gradualmente, após a redução dos indicadores sanitários de Covid-19 no município de Bom Jesus. Assim, realizamos um evento que contou com dois momentos alusivos ao mês das crianças (outubro).

As vivências envolveram bolsista, professores e alunos da rede municipal da cidade de Bom Jesus. As ações foram importantes, pois oportunizaram experiências para a bolsista extensionista, agregando, certamente, conhecimentos em formação e construção profissional, ao mesmo tempo em que auxiliou no aprendizado e interesse das crianças pela leitura.

Imagem 3 - Contação de história realizada presencialmente em creche municipal de Bom Jesus



Fonte: Arquivo pessoal da bolsista extensionista (2021)



A divulgação dessas ações foram realizadas no I Seminário extensionista do Curso de Pedagogia, realizado virtualmente pela plataforma *Google Meet*, nos dias 28 e 29 de julho e 03 e 04 de agosto de 2021, sobre as temáticas: leitura, letramento e contação de histórias.

Imagem 4 - Abertura do I Seminário extensionista do Curso de Pedagogia da UESPI de Bom Jesus, realizado em 2021



Fonte: Arquivo pessoal dos pesquisadores (2021)

O registro da Imagem 4 ilustra a Cerimônia de Abertura do Seminário extensionista, que contou com a participação do coordenador de Pedagogia, diretor do Campus do Bom Jesus e a Pró-reitora da Pró-Reitoria de Extensão (PREX) da UESPI, além de professores coordenadores de projetos extensionistas nessa unidade universitária e a palestra desse primeiro encontro.

Esse evento envolveu professores das escolas das redes de ensino de Bom Jesus e cidades vizinhas, no qual promovemos palestras e oficinas sobre as preditas temáticas.



A organização e realização desse Seminário estava previsto no cronograma das ações do projeto na seção Disseminação dos Resultados, em que destacamos as formas pelas quais iríamos publicizar os resultados de nossas ações extensionista.

Feita essa exposição, em seção seguinte, expomos nossas considerações, ressaltando as contribuições da atividade extensionista realizada na formação educacional das crianças participantes e para o desenvolvimento profissional dos proponentes do projeto.

3 Considerações finais

Comprendemos, a partir dos estudos teóricos que embasaram a presente ação extensionista, que a prática da contação de histórias carece de maior preparação por parte da escola, dos educadores. Como sabemos, contar histórias não é mesma ação que ler histórias. Ademais, essas práticas precisam de uma melhor organização nas escolas. Em nossa leitura, a didática da contação de histórias precisa ser conteúdo formativo nos encontros pedagógicos direcionados aos professores.

Outra questão que merece reflexão refere-se aos recursos didáticos para as preditas contações, que devem incorporar uma variedade de materiais, sejam eles concretos ou audiovisuais, considerandando-se a diversidade de cores, formas e tamanhos.

Ao final da execução do projeto, foi observado, por meio de relatos orais colhidos dos responsáveis e das próprias crianças, que as vivências realizadas foram satisfatórias, uma vez que colaboraram com a formação educacional das crianças, notadamente fortalecendo o processo de letramento dos participantes, estimulando a oralidade, a leitura e a produção textual. No que se refere as impressões colhidas, observamos que as respostas do tipo “*eu gostei muito de participar*” ou ainda “*eu gostei*” foram recorrentes nas falas e/ou escritas pelos participantes no chat da sala virtual, na plataforma *Google Meet*.



Apesar das atividades ocorrerem no formato virtual, as ações foram avaliadas como proveitosas na percepção dos responsáveis e das crianças, pois as interações e as aprendizagens foram construídas por meio das vivências virtuais realizadas.

A participação nas ações extensionistas possibilitou ganhos também na formação da equipe proponente, visto que oportunizou vivências e situações que não seriam possíveis somente em discussões teóricas em sala de aula ou demais espaços internos da instituição universitária.

A partir dessa experiência, foi possível observar o quanto a comunidade do entorno da UESPI de Bom Jesus carece de atividades de intervenção pedagógica e social, especialmente de propostas relacionadas ao letramento ou ao chamado Multiletramentos.

Concluimos esse texto ressaltando que as ações de extensão proporcionaram uma formação diferenciada, fortalecendo o protagonismo estudantil e contribuindo na formação acadêmica, profissional, pessoal e cidadã dos sujeitos envolvidos.

Referências

LACOMBE, Ana Luísa. **Quanta História numa história!** Relato das experiências de uma contadora de histórias. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

RIBEIRO, R. M. C da. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos**. Brasília. v. 15. n.1. p. 81-88. jul. 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br>.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Memorial Final de Atividades Extensionista** - PIBEU/PREX/UESPI, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) nº. 038/2020**, de 21 de dezembro de 2020. Estabelece diretrizes para as Ações Extensionistas e a Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários - PREX/UESPI.



Avaliação do aprendizado em anatomia on-line com o Museu Interativo de Anatomia (MIA)

Ensino das ciências morfofuncionais para crianças: um desafio em tempo de pandemia

Online Anatomy Learning Evaluation with the Interactive Museum of Anatomy (MIA)

Teaching morphofunctional sciences for children: a challenge in pandemic time

Vinícius Neves Paiva Oliveira¹

Roberta Barbizan Petinari²

Resumo

O ensino de anatomia nas escolas é, frequentemente, inserido na grade curricular de forma superficial e precária, o que prejudica o conhecimento dos alunos perante às ciências morfofuncionais. Tendo como foco a avaliação desse conhecimento, o Museu Interativo de Anatomia (MIA) elaborou uma apresentação on-line atrelada a um questionário aplicado a alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. Durante a realização da ação, foi possível observar o aumento da curiosidade e desejo por parte dos alunos sobre os conhecimentos científicos expostos, além de constatar a efetividade da ação mediante aos dados colhidos pelo questionário. Tal ação foi importante não somente para a construção do pensamento crítico e científico pelo público-alvo do projeto, com o fomento do saber e educação no eixo temático da saúde aos alunos, mas também para os membros deste aprenderem e atrelarem em propostas futuras, ferramentas utilizadas na apresentação on-line durante a realização das atividades.

Palavras-chave: Anatomia Humana. Questionário. Aprendizagem On-line.

Abstract

The education of anatomy in schools is often superficially inserted into the curriculum, impairing student knowledge of morphofunctional sciences. To assess this knowledge, the Museu Interativo de Anatomia (MIA) prepared an online presentation and a questionnaire applied to 5th year of Elementary School students at a private school.

¹ Discente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - roberta.barbizan@ufvjm.edu.br

² Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - vinicius.neves@ufvjm.edu.br



During the action, there were an curiosity increase and desire about the scientific knowledge exposed in the students, in addition to verifying the effectiveness of the action through the data collected by the questionnaire. Such action was fundamental not only for the construction of critical and scientific thinking by the target audience of the project, with the promotion of knowledge and education in the thematic axis of health to the students, but also for the members of this to learn and link in future proposals tools used in the online presentation during practical activities.

Keywords: Human Anatomy. Questionnaire. Online Learning.

1 Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem que o papel das Ciências Naturais é colaborar para que os estudantes possam ter uma melhor compreensão do mundo e suas transformações, além de reconhecer o ser humano como parte integrante do Universo (BRASIL,1997). Assim, em qualquer fase da vida, principalmente na infância e adolescência, para se obter respostas e orientações significativas quanto a esses assuntos, é necessário primeiramente a introdução da Anatomia Humana na prática escolar (LUIZ; MATURANA, 2013). Ao estabelecer tais princípios como norteadores das ações do Museu Interativo de Anatomia (MIA), este cumpre com objetivos e metas essenciais dos projetos de extensão científica universitária. O projeto, ao contribuir e viabilizar práticas de cidadania entre os discentes convidados, visa realizar de forma prática uma transformação social sólida com a abrangência e disseminação do conhecimento científico ao público-alvo, indo ao encontro do proposto por Pereira (CARBONARI E PEREIRA, 2007). Ademais, uma das missões dos museus universitários consiste na valorização e preservação dos acervos, com vista a resguardar o patrimônio científico e cultural e, com isso, promover um espaço de ensino e aprendizado ao público-alvo das visitas e ações desses (BAPTISTA, 2015), por meio do contato com as peças e inserção de temas expositivos, o que gera fascínio e curiosidade entre os visitantes.

O ensino de ciências biológicas nas escolas é de suma importância pois age em dois pilares fundamentais: preservação da vida e manutenção da saúde. Propor



diálogos, rodas de conversa e discussões de temas de biologia no ensino básico, auxilia a formação intelectual dos alunos, gerando assim conhecimento científico de qualidade a ser utilizado não somente pelos alunos, mas também pela comunidade inserida (LIMA, 2009). Nessa perspectiva de gerar e levar temas acadêmicos para fora da universidade, o MIA desenvolveu um questionário, conforme mostra o Anexo 1, com o objetivo de mensurar os conhecimentos prévios sobre a anatomia e as ciências morfofuncionais do público-alvo e se esse conhecimento foi aprimorado de maneira significativa após a realização de palestras sobre o tema proposto.

2 Desenvolvimento

O ponto de partida da ação extensionista deu-se com a avaliação do impacto da exposição on-line do MIA no processo de aprendizagem de Anatomia Humana de escolares, atrelada de maneira concomitante com a análise e comparação do desempenho dos estudantes no questionário aplicado. Tais metas foram traçadas com o enfoque, sobretudo, em avaliar o conhecimento prévio dos alunos e das alunas da escola-alvo perante as noções básicas de temas anatômicos, como: nome de ossos, músculos, funcionamento dos grandes sistemas e patologias básicas. Outrossim, a ação do MIA teve como objetivo secundário a formação de sujeitos críticos e autônomos, sendo o ensino sobre o corpo humano importante nesse processo, uma vez que, o contato do público-alvo com temas da área da saúde e a inserção de temáticas desse eixo que dialoguem com o dia a dia dos estudantes colaboram para que o discente conheça os limites físicos e mentais do seu corpo, além da importância em aderir a hábitos de vida saudáveis e prevenir possíveis doenças que a carência do conhecimento científico pode, muitas vezes, proporcionar como a obesidade, diabetes e dislipidemia (PRADO, 2019).

A metodologia da ação teve como início a escolha dos cinco grandes sistemas do corpo humano: Nervoso, Cardiorrespiratório, Digestório, Urinário/ Reprodutor e Locomotor, para serem abordados em uma apresentação *on-line*, na plataforma



“Google Meet”, com 18 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, de Governador Valadares-MG em 2021, sendo a participação do público-alvo aprovada pelo responsável legal no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Para mensurar o aprendizado, foi aplicado, antes e após a palestra, um questionário no “Google Forms” conforme mostra o Anexo I, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)³, contendo dez perguntas sobre os temas. Para proporcionar maior engajamento e interesse entre os alunos, foram utilizadas ferramentas lúdicas, como um atlas virtual de anatomia, vídeos, além do uso de perguntas introdutórias para estimular a curiosidade. Para a análise dos dados obtidos nas respostas do questionário, optou-se pela utilização do *Teste t de Student* pareado, com grau de significância de 5%. Por fim, os dados foram compilados e calculados na plataforma "Planilhas Google".

Após a análise estatística, foram encontrados os seguintes valores: Média das Diferenças entre os Pares (2,611), Desvio-padrão das Médias (2,062), t_{crit} (1,740) e t_{calc} (5,221). Como t_{calc} é maior que t_{crit} , a hipótese nula foi rejeitada e a alternativa, portanto, aceita. Assim, há evidências de que as novas notas obtidas pelos alunos, após assistirem à aula ministrada pelo MIA, foram maiores que as notas antigas, o que ilustra a melhora no aprendizado dos estudantes sobre anatomia. Ante os dados objetivos coletados, verificou-se um *feedback* positivo importante após a intervenção, com nítida empolgação, curiosidade e ativa participação dos alunos, por meio de perguntas, relatos e da cooperação com as dinâmicas. Tal percepção corrobora com descrições e revisões que relatam a aprendizagem interagindo com o desenvolvimento do aluno, produzindo abertura nas Zonas de Desenvolvimento Proximal, ou seja, a diferença entre aquilo que a criança faz sozinha e o que ela é capaz de fazer após a intervenção de um adulto ou pares mais avançados (RODRIGUES, 2021 e SANTOS, 2021). Assim, as interações sociais são centrais, estando então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados (SANTOS, 2021). Tal percepção é de suma importância, uma vez que demonstra que o processo de aprendizagem

³ CAAE: nº 46300721.2.0000.5108



realizado pelo projeto produz, no aluno, a abertura de Zonas de Desenvolvimento Proximal, que consistem na diferença entre aquilo que o indivíduo já conhece e aquilo em que este pode vir a conhecer com o suporte e assistência do professor na sala de aula, de forma que este atua como um mediador no processo de construção do conhecimento (SANTOS, 2021). Com isso, notou-se que as crianças, com o auxílio da intervenção científica da ação, conseguiram alcançar conhecimentos sólidos referentes aos tópicos abordados sobre as ciências morfofuncionais, em que foi possível correlacionar o conhecimento popular prévio dessas, com múltiplas interações perante os temas discutidos. Tem-se, portanto, a solidificação do desenvolvimento cognitivo e a maturação do saber proposto (RODRIGUES, 2021).

É notório que a pandemia de Covid-19 modificou a forma que o ensino é realizado e divulgado para a população como um todo, e trouxe para alunos e professores um sentido de urgência e adaptação (SANTOS, 2020), frente às ferramentas de ensino. Se antes de tal cenário epidemiológico, as ações eram passíveis de serem executadas de forma presencial, com tal realidade foi necessário transferir tal metodologia para o meio virtual, de forma a manter o funcionamento, nessa situação em específico, do projeto de extensão. Com isso, os membros do MIA tiveram que reinventar o processo de avaliação e ensino do projeto para o formato e necessidades do meio digital, de forma a manter o funcionamento da ação em um novo formato, promover a aplicação do questionário e manter a qualidade da apresentação para conseguir captar e conservar a atenção do público-alvo durante o período de exposição dos temas escolhidos. Desse modo, foi possível observar o aperfeiçoamento de técnicas de comunicação entre os palestrantes e o aprimoramento da capacidade de transmitir conhecimentos, muitas vezes restritos à comunidade acadêmica, de forma eficaz e lúdica para as crianças. Além disso, as professoras responsáveis pelos alunos da escola-alvo da ação não somente elogiaram a ação, mas também solicitaram algumas imagens, vídeos e “softwares” utilizados na apresentação para dar continuidade ao ensino da anatomia e das ciências morfofuncionais na sala de aula, o que demonstrou a importância de atrelar as tecnologias digitais nas práticas do projeto como importante ferramenta na conquista da atenção do público-alvo e perpetuação do



conhecimento entre professor e aluno na sala de aula, conforme imagem 1:

Imagem 1 - Ação do Museu Interativo de Anatomia



Fonte: Os autores (2021).

Ao observar o aumento exponencial do interesse pelo tema por parte dos alunos, a equipe do projeto avaliou como de extrema importância a realização da ação no que tange à independência e a formação do raciocínio crítico por parte dos discentes. De fato, a fase final da infância e início da adolescência é um período em que o indivíduo começa a formar conhecimentos e críticas perante a sociedade em que está inserido de uma forma mais objetiva e precisa, sendo importante a realização de projetos pedagógicos nos mais diferentes campos do conhecimento, que auxiliem o adolescente a tomar decisões conscientes em relação ao seu futuro (ANDRADE, 2007) e com relação à sociedade com que este está inserido. Ao inserir temáticas que dialogam com a promoção em saúde, o MIA age de acordo com princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2014), uma vez que a ação visou não somente o viés expositivo dos temas anatômicos, mas também pautas com orientações voltadas ao reconhecimento das crianças enquanto seres pensantes, passíveis de julgamento do certo e errado e reconhecedoras de perigos e malefícios à sua saúde, contribuindo



assim, na formação de indivíduos com uma percepção de coletividade biopsicossocial salutar e harmônica.

3 Conclusão

Percebe-se, portanto, que a intervenção realizada pelo MIA foi satisfatória, assim como o aprendizado adquirido pelos estudantes, uma vez que o objetivo de aprimorar o conhecimento sobre a anatomia e as ciências morfofuncionais foi alcançado de maneira pertinente e, além disso, houve a preocupação e entendimento por parte do público-alvo sobre medidas pautadas, sobretudo, na promoção em saúde e conhecimento do corpo de cada indivíduo presente na ação. Medidas práticas e objetivas como essa ação representam, por mais que tenham um foco local, uma importante contribuição à sociedade no que tange à prevenção de doenças de cunho crônico, valorização do bem estar entre mente, corpo e indivíduo, além do reconhecimento deste como pertencente a um coletivo social, o que aprimora não somente a responsabilidade do indivíduo, mas também perante aos outros no campo da saúde. Ademais, torna-se necessária repetição do teste com os alunos para avaliar a efetividade da proposta a longo prazo e propor novos momentos de diálogo e discussão entre o público-alvo e os pesquisadores. Por fim, o cenário epidemiológico em que a ação estava inserida fez com que os membros do projeto aprendessem a importância de conciliar as habilidades e ferramentas tecnológicas em ações presenciais futuras, de forma a conseguir, cada vez mais, captar a atenção do público alvo e tornar que a experiência deste durante as visitas seja lúdica, enriquecedora no campo do aprendizado e marcante no campo pessoal, indo assim ao encontro dos objetivos dos projetos de extensão ao contribuir de maneira significativa com a comunidade externa à universidade.

Referências

ANDRADE, Alisson G.. **O papel da intertextualidade na formação do pensamento crítico do adolescente.** 2007. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade do Vale da Paraíba, XI Encontro Latino Americano de



Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós Graduação - Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Diário Oficial da União 2014; 11 nov.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **(PCN) Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental/ Apresentação dos Temas Transversais**. Ministério da Educação e do Desporto, 1997.

CARBONARI, M. E.; PEREIRA, A. C.. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. Revista de Educação, v. 10, n. 10, 2007.

BAPTISTA, Viviane Isabelle de Araújo et al. **Concepções sobre anatomia humana de alunos do ensino médio da cidade de Cuité-PB: funções e relações com cotidiano**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Cuité, v. 15, n. 1, p. 59-78, 201, 2015

LIMA, A.B.; LUCENA, J.D.; FREITAS, F.O.R.; SILVA, Z.Z.L.; OLIVEIRA, J.R.M.S.; FREITAS, Y.M.R. **Anatomia humana para as escolas de ensino fundamental e médio do município de Patos/PB: um estudo preliminar**. Revista Coopex, vol.1, 2009.

LUIZ, P.; MATURANA, G. **Anatomia humana como proposta prática pedagógica para aplicar o tema transversal saúde na rede estadual de ensino de Diamantina - MG**. p. 1-13, 2013.

PRADO, M.C.L.; SANT'ANA, D.M.G.; BESPALHOK, D.N.; DE MELLO, J.M. **A importância do estudo do corpo humano na educação básica**. Arquivos do Mudi, v. 23, n. 3, p. 263-277, 20 dez. 2019.

RODRIGUES, R. G.; **Aprofundando o conhecimento sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky**. Revista Carioca de Ciência Tecnologia e Educação, v. 6, n. 1, 2021.

SANTOS, J. R.; & ZABOROSKI, E. **Ensino Remoto e Pandemia de CoViD-19: Desafios e oportunidades de alunos e professores**. *Interações*, 16(55), 41-57, 2020.

SANTOS, L. R.; **As contribuições da Teoria da Aprendizagem de Lev Vygotsky para o desenvolvimento da competência em informação**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 17, p. 1-15, 2021



ANEXO I

QUESTIONÁRIO

Sistema Locomotor

1- Onde está concentrada a maior parte dos ossos do corpo humano?

- A) No tórax
- B) Na cabeça
- C) No pulso e nas mãos
- D) Na perna e no pé

2 - Em um jogo de futebol, Amilton sentiu forte cãibra após chutar a bola em direção ao gol? De onde surgem as cãibras?

- A) Cansaço ósseo devido ao esforço físico
- B) Paralisação momentânea das articulações
- C) Contração involuntária dos músculos
- D) Desgaste na articulação da perna

Sistema Nervoso

3 - Qual parte (lobo) do cérebro está, principalmente, relacionada à visão? (Lobo Occipital)

- A) Lobo Frontal
- B) Lobo Lateral
- C) Lobo Superior
- D) Lobo Occipital

4 - Qual é uma das principais funções do cerebelo? (Equilíbrio)

- A) Equilíbrio
- B) Fala
- C) Visão
- D) Olfato

Sistema Cardiorrespiratório

5 - Qual é a maior artéria do corpo humano? (Aorta)

- A) Artéria Cava
- B) Artéria femoral
- C) Artéria Aorta
- D) Artéria Renal

6 - Qual é o principal músculo que quando contraí, proporciona a entrada de ar nos pulmões?



- A) Diafragma
- B) Pulmões
- C) Bíceps
- D) Abdômen

Sistema Digestório

7- A digestão realizada pelos órgãos do sistema digestório é indispensável para a absorção de nutrientes. Qual desses nutrientes leva mais tempo para ser completamente digerido?

- A) Carboidratos
- B) Proteínas
- C) Lipídios ("gorduras")
- D) Açúcares

8- Por que o intestino humano tem grande comprimento e muitas dobras?

- A) Para conseguir compactar grande quantidade de alimento
- B) O comprimento do intestino serve para gerar sensação de saciedade "barriga cheia"
- C) Diminuir a absorção de água no corpo humano
- D) Para aumentar a área de contato e facilitar a digestão

Sistema Excretor

9- A ingestão, em grande quantidade de refrigerante, alimentos ricos em sal e a falta de atividade física, geram, principalmente, qual doença nos rins? (Pedras no rins - Litíase Renal)

- A) Dor de cabeça
- B) Diarréia
- C) Excesso de urina
- D) Pedra nos rins

10- Qual é a principal função dos rins no corpo humano?

- A) Filtração de nutrientes
- B) Digestão de nutrientes
- C) Destruição de nutrientes
- D) Sinalização de nutrientes



**PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA**



REDREU

Red de Editores de Revistas
de Extensão Universitaria de AUGM